

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

OS MORADORES DE RUA E SUAS
TRAJETÓRIAS

*Um estudo sobre os territórios existenciais da População de Rua de
Belo Horizonte*

Mariana Vilas Bôas Mendes

Belo Horizonte, 2007

Mariana Vilas Bôas Mendes

OS MORADORES DE RUA E SUAS
TRAJETÓRIAS

*Um estudo sobre os territórios existenciais da População de Rua de
Belo Horizonte*

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia do Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Área de Concentração: Sociologia da Cultura

Orientador: Doutor Eduardo Viana Vargas
Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG
2007

538m

MENDES, Mariana Vilas Boas.

Os moradores de rua e suas trajetórias. Mariana Vilas Boas.
BH, 2007
130p.

Originalmente apresentada como dissertação da autora
(Mestrado)-UFMG

I.Moradores de rua. 1.Título

CDU 316 –058.51

Dedico esta dissertação aos moradores de rua de Belo Horizonte e, especialmente, ao Marrom, ao Tubarão, ao Cachorrão, ao Fan, à Maria, à Magda, ao Carlinhos, à Marília, ao Sidney, à Tica, ao Renato, ao Josmar, ao Josías, ao Antônio de Pádua, ao Marquinho, ao Toninho. In memoriam: ao Max, ao Maurício, ao Joel, ao Sr. José e à pequena Jéssica.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por tudo,

À Nat, que leu, releu e me aturou...

Ao Léo, meu companheiro de estradas, caminhos, carregador de mapas e GPS,

Ao Eduardo Vargas, meu orientador nômade,

Ao professor Jorge Alexandre, pela enorme paciência,

À CAPES por me ter concedido a bolsa que viabilizou esta pesquisa,

Ao Jadir de Assis, cujo apoio e amizade foram fundamentais para a realização desta pesquisa e que me acompanhou nas malocas, me ofereceu espaço para a realização das entrevistas, me contou histórias e me apontou caminhos,

À Vanessa, ao Mateus, ao Gustavo, à Cecília, ao Guilherme e ao João, companheiros do Centro de Referência da População de Rua,

Ao cyberangel Antônio Marcos Pereira, que, além de tudo, ainda elaborou o *abstract* desta dissertação, à Maggy, que me presenteou com a ficha catalográfica e ao Bráulio, que me presenteou com um croqui,

Aos meus amigos que compartilharam minhas angústias e minha ansiedade, por sua paciência, por sua atenção e por suas idéias,

Às professoras Magda Neves e Ana Lúcia Modesto por terem aceito examinar esta dissertação.

“Mas esta forma elevada do suicídio egoísta não é a única que ele apresenta; há outra mais comum. O indivíduo em lugar de meditar tristemente sobre o seu estado toma alegremente partido deste. Tem consciência do seu egoísmo e das conseqüências lógicas que ele implica; mas aceita-as antecipadamente e decide-se a viver do mesmo modo que a criança ou do que o animal com a única diferença de que tem a noção daquilo que faz. Impõe-se, portanto, o único objectivo de satisfazer as necessidades pessoais, chegando ao ponto de as simplificar para assegurar a satisfação delas. Tendo noção de que não pode esperar outra coisa, não pede mais nada, e está disposto, se não conseguir atingir este único objectivo, a acabar com a existência que deixou de ter qualquer sentido. É o suicídio epicurista. Com efeito, Epicuro não obrigava seus discípulos a apressarem a morte mas, pelo contrário, aconselhava-os a viverem enquanto tivessem interesse pela vida. Simplesmente, como sabia perfeitamente que, se não se tem outro objectivo, corre-se o risco de já não vir a ter nenhum, e que o prazer sensível é um vínculo muito frágil para ligar o homem à vida, exortando-os a estarem sempre prontos para se separarem dela quando as circunstâncias o impusessem. (...). Não está surpreendido do fim a que chegou (...). Tal é, nomeadamente, o caso desses boêmios que, chegado o momento inevitável em que não podem continuar a sua existência fácil, se matam com uma tranquilidade irônica e uma espécie de simplicidade.”

DURKHEIM

O Suicídio (1974)

RESUMO

Esta dissertação versa sobre os territórios existenciais dos moradores de rua de Belo Horizonte. O objetivo maior deste trabalho é descrever e analisar como vivem os moradores de rua de Belo Horizonte, observando sobretudo a maneira como eles se relacionam entre si e as estratégias de vida por eles desenvolvidas, ou seja, sua sociabilidade. Como, de modo geral, a rua não é a única alternativa de vida para esta população, interessa também saber quais são os agenciamentos e constrangimentos que fazem com que os moradores de rua se mantenham nas ruas, assim como aqueles que os levam a deixar as ruas ou a mudar de cidade. Por fim, como os moradores de rua estão inseridos em um contexto social urbano, esta dissertação tem por objetivo compreender de que maneira a sociedade urbano-industrial produz modos de vida que lhe são antagônicos.

O foco da narrativa se concentra nos moradores de rua e na maneira como eles constroem, no espaço urbano, seus territórios existenciais. Assim sendo, interessa saber como os moradores de rua de Belo Horizonte se apropriam do espaço público e de espaços institucionais da cidade para neles construir as suas vidas, deles extraindo os recursos necessários para sua sobrevivência e transformando-os com sua presença.

ABSTRACT

This thesis addresses questions related to the existential territories of street people from the city of Belo Horizonte, Minas Gerais, Brazil. Its main goal is to analyze the way street people live in Belo Horizonte, observing first and foremost the ways they develop and maintain interpersonal relationships and the life strategies they develop, that is, their sociability.

The narrative focus is concentrated on the street people and on the ways they make, in the urban space, their existential territories. Thus, one of the aims of the present work is to understand how the people who live in the streets of Belo Horizonte take hold of the public space and of institutional spaces in the city in order to build their lives therein, extracting from such spaces the resources for their survival while simultaneously transforming them with their presence.

Considering that the street is, generally, not the only alternative available for these people, there's also the interest in knowing which are the strategies and constraints that make street people continue to live in the streets, as well as to understand the processes that lead some of them to leave the streets or move to another city.

Finally, once street people are part of a urban social context, this thesis aims to understand the ways by which urban-industrial society engenders ways of living that antagonize the very foundations of this society.

INTRODUÇÃO	3
Problemas de Definição	3
A Casa e a Rua em um só Território	7
Pesquisando os Moradores de Rua de Belo Horizonte	10
Construindo uma Narrativa	13
Sobre Nomes	15
CAPÍTULO I A POPULAÇÃO DE RUA DE BELO HORIZONTE	16
I.1 A Composição da População de Rua de Belo Horizonte	17
I.2 Pontos de Partida, Lugares de Passagem e Pontos de Acomodação	19
a) Distribuição dos Moradores de Rua na Cidade e Rede de Atendimento à População de Rua de Belo Horizonte	24
b) Entre o Direito e a Caridade	32
CAPÍTULO II OS MORADORES DE RUA	37
II.1 Migrantes, Trabalhadores Itinerantes e Trecheiros	40
a) Indo de um ponto ao outro	40
João	42
Paulista	43
b) Migrantes X Moradores de Rua	46
c) Trabalhadores Itinerantes	47
d) Vivendo no Trecho	52
II.2 Morando nas Ruas	60
a) Vivendo em malocas	60
b) Os caídos	63
II.3 Entre si	66
a) Amigos, parentes...	66
CAPÍTULO III OS TERRITÓRIOS OU ONDE TUDO SE MISTURA	74
a) Identidade e memória	74
b) Territorialidade X Identidade	76

III.2 Na Maloca, Na Rua, Tudo ao mesmo tempo agora e outras possibilidades	78
a) Malocas e Instalações	78
b) O agenciamento trecheiro ou o impulso de deslocamento	85
c) O circuito das instituições e das territorialidades	90
III.3 Tempo e Dinheiro; Consumo e Conflito	92
a) Onde está o dinheiro?	96
CONCLUSÃO	102
Linhas de Fuga, Redes de Captura	102
No meio da rua na boca do povo	104
As explicações “macro” – desemprego, migração e crescimento urbano	108
As explicações “micro” – quem são os moradores de rua?	116
Alguma coisa está fora da ordem	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121
<i>Gráficos</i>	
GRÁFICO 1 POPULAÇÃO DE RUA DE BELO HORIZONTE POR FAIXA ETÁRIA	18
GRÁFICO 2 POPULAÇÃO DE RUA POR REGIÃO DE ORIGEM.....	19
GRÁFICO 3 POPULAÇÃO DE RUA NÃO NASCIDA EM BELO HORIZONTE POR TEMPO DE PERMANÊNCIA NA CIDADE ..	23
GRÁFICO 4 POPULAÇÃO DE RUA DE BELO HORIZONTE POR SEXO E REGIÃO DE ORIGEM.....	23
<i>Croquis</i>	
CROQUI 1 REGIÃO DE MAIOR CIRCULAÇÃO DA POPULAÇÃO DE RUA DE BELO HORIZONTE.....	26
CROQUI 2 REDE DE ASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO DE RUA DE BELO HORIZONTE POR REGIÃO ADMINISTRATIVA ..	29
<i>Tabelas</i>	
TABELA 1 POPULAÇÃO DE RUA POR LOCAL UTILIZADO PARA PERNOITE OU PERMANÊNCIA	25
TABELA 2 ESTIMATIVA DO NÚMERO DE MORADORES DE RUA EM DOIS PAÍSES E EM ALGUMAS GRANDES CIDADES DO MUNDO – LOVISI, 2000.....	112
TABELA 3 POPULAÇÃO DE RUA E POPULAÇÃO DESEMPREGADA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA	112
<i>Quadros</i>	
QUADRO 1 AÇÕES E INSTITUIÇÕES QUE COMPÕEM A REDE DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO DE RUA DE BELO HORIZONTE	30

INTRODUÇÃO

Esta dissertação versa sobre os territórios existenciais dos moradores de rua de Belo Horizonte. O objetivo maior deste trabalho é descrever e analisar como vivem os moradores de rua de Belo Horizonte, observando sobretudo a maneira como eles se relacionam entre si e as estratégias de vida por eles desenvolvidas, ou seja, sua sociabilidade. Como, de modo geral, a rua não é a única alternativa de vida para esta população, interessa também saber quais são os agenciamentos e constrangimentos que fazem com que os moradores de rua se mantenham nas ruas, assim como aqueles que os levam a deixar as ruas ou a mudar de cidade. Por fim, acredito que, como os moradores de rua estão inseridos em um contexto social urbano, esta dissertação tem por objetivo compreender de que maneira a sociedade urbano-industrial produz modos de vida que lhe são antagônicos.

Nesta dissertação não tive a pretensão de realizar um estudo antropológico sobre a cidade de Belo Horizonte, que teria como pretexto a maneira como a “cidade” trata seus moradores de rua ou a maneira como o espaço urbano desta cidade se oferece para eles de modo singular. Ao contrário, o foco está nos moradores de rua e na maneira como eles constroem, no espaço urbano, seus territórios existenciais. Assim sendo, interessa saber como os moradores de rua de Belo Horizonte se apropriam do espaço público e de espaços institucionais da cidade para neles construir as suas vidas, deles extraindo os recursos necessários para sua sobrevivência e transformando-os com sua presença.

PROBLEMAS DE DEFINIÇÃO

Sobre a população de rua, poucos trabalhos foram realizados no Brasil. A maioria daqueles a que tive acesso para a realização desta dissertação foram textos apresentados em seminários e congressos, por pessoas ligadas a organizações não governamentais (ONG's), igrejas ou ao poder público, comentados por cientistas sociais¹. Outros foram pesquisas de grande porte realizadas no intuito de informar os

¹ Como por exemplo em BURSZTYN, Marcel (org.), 2000 e ROSA, Cleisa M.M. (org.), 1995.

órgãos públicos da situação da população de rua em algumas capitais, como Brasília, São Paulo e Campo Grande².

Exceção feita a esses trabalhos e a artigos como o de Sarah Escorel sobre a população de rua da cidade do Rio de Janeiro (ESCOREL, 2000), poucos foram os dados etnográficos encontrados sobre as populações de rua das cidades brasileiras e muitos dos comentários apresentados sobre essas populações não têm como base os modos de vida por elas desenvolvidos ou mesmo as narrativas dos moradores de rua, mas sim análises macro-sociais ou macroeconômicas. Assim sendo, a maioria dos autores que escrevem sobre a população de rua enfatiza questões como o desemprego, os reflexos da crise mundial, as mudanças estruturais da economia, a crise social provocada pelo crime organizado e o tráfico de drogas e a ideologia neo-liberal, entre outros, como fatores que explicam (e no mais das vezes justificam) a existência de pessoas que se encontram fora do mercado formal de trabalho e que se utilizam do espaço público como local de moradia.³

Uma questão que se destaca ao lermos esses trabalhos é que a definição do que seja a população de rua varia imensamente. Não existe um acordo entre os pesquisadores ao definir, entre migrantes, trabalhadores itinerantes, trecheiros – pessoas que vivem pelas estradas, passando pelas cidades sem nelas se fixar -, camelôs, catadores de papel, prostitutas, mendigos, desabrigados etc., quem deve compor a população de rua. Além disso, um pesquisador, ao escolher uma definição, se depara com uma segunda dificuldade: a de distinguir, entre as pessoas que vivem nas ruas, das ruas ou em condições precárias de habitação, aquelas que se encaixam ou não na definição em questão. Para os que pretendem realizar pesquisas de tipo quantitativo, existe então um terceiro desafio, que é o de contabilizar a população de rua considerando que pelo menos parte dessa população, qualquer que seja sua definição, está sempre em movimento, não havendo como aplicar adequadamente os métodos conhecidos de recenseamento desenvolvidos para populações sedentárias.

Muitas vezes considera-se população de rua aquela composta por toda pessoa que tira seu sustento da rua, incluindo, portanto, vendedores ambulantes, camelôs,

² Como é o caso de TAVEIRA, ALMEIDA, 2002; ROSA, BEZERRA; VIEIRA, 1994; e BURSZTYN, Marcel (org.), 2000, por exemplo.

³ A esse respeito ver: BURSZTYN (org.), 2000 e ROSA, Cleisa M.M. (org.), 1995..

catadores de material reciclável etc., mesmo que essas pessoas não tenham a rua como local de moradia, como ocorre nos trabalhos de Marcel Burstzyn (BURSTZYN, 2000, p. 27-55, p.230-258) e de Carlos Henrique Araújo (ARAÚJO, 2000, p. 88-120), entre outros. Nesses trabalhos, os moradores de rua aparecem como trabalhadores desempregados que buscam formas alternativas de inserção econômica, como os vendedores de boró⁴ ou os catadores de material reciclável. Nesses casos a questão da moradia é colocada em segundo plano, posto que muitos desses trabalhadores do mercado informal têm suas casas em regiões afastadas dos centros das cidades e dormem apenas eventualmente nas ruas. Outras vezes, a questão da população de rua se confunde com a da migração e são consideradas moradores de rua pessoas que migraram do meio rural para o meio urbano ou mesmo pessoas que circulam pelo meio rural em busca de trabalhos sazonais e que, não tendo sucesso em sua busca, procuram novas oportunidades nas cidades. Nesses casos, muito se ressalta a escassez de recursos nas áreas rurais, a falta de qualificação do trabalhador rural para se inserir no meio urbano e os problemas de adaptação das pessoas provenientes de um meio rural no meio urbano, sobre os quais nos fala Eunice Durham (DURHAM, 1984) e Maria Conceição D’Incao (D’INCAO, 1995). Nos países de língua inglesa, a população de rua é definida como *homeless*, sendo incluídos junto à população de rua todos aqueles que habitam casas improvisadas, mesmo que em vilas ou favelas. Essa definição também é aceita por alguns autores brasileiros, como Bursztyn (2000). Escorel (SCOREL, 2000) nos aponta ainda as distinções entre os que consideram como população de rua todos os que estão usando a rua como moradia num determinado momento e os que consideram apenas os que tomam a rua permanentemente como moradia, considerando os primeiros como “pessoas em situação de rua”. A distinção entre “moradores de rua” e “pessoas em situação de rua” nos remete a uma distinção entre o que seria uma espécie de “núcleo duro” da população de rua e uma população de rua flutuante, como se para alguns essa condição fosse necessariamente permanente e para outros não necessariamente. Escorel também nos chama a atenção para os que consideram como população de rua “o conjunto daqueles que vivem permanentemente nas ruas ou que dependem de atividade constante que implique ao menos um pernoite semanal na rua” (RODRIGUES; SILVA FILHO *apud* SCOREL,

⁴ O boró é uma larva criada em abóboras podres, utilizada como isca por pescadores.

2000, p. 153), o que, segundo a autora, implicaria em incluir os “trabalhadores do sexo” na população de rua, mesmo que estes não tenham a rua como moradia, nem realizem nela todo o seu trabalho.

As conseqüências práticas dessas múltiplas definições da população de rua se refletem, por exemplo, nas diferentes reivindicações que fazem os movimentos sociais ligados a essa população. Assim, a organização dos catadores de material reciclável em cooperativas, tanto quanto políticas de habitação, podem ser consideradas políticas voltadas para a população de rua, ainda que, no primeiro caso, catadores que não dormem nas ruas e, no segundo caso, pessoas que vivam em más condições de habitação sejam beneficiárias destas políticas. Não apenas o tipo de demanda que a população de rua apresenta, mas também o seu tamanho vai variar de acordo com o conceito que a ela se aplica.

Defino, para fins desta pesquisa, os moradores de rua ou a população de rua (termos que serão usados daqui para frente como sinônimos) como aquelas pessoas que não apenas tiram da rua o seu sustento, como também fazem da rua o seu local de moradia, ainda que optem por dormir em instituições de acolhimento para moradores de rua e migrantes. Portanto, pessoas que buscam na rua seu sustento, mas não fazem dela seu local de moradia – como vendedores ambulantes, catadores de material reciclável, guardadores de carro, flanelinhas etc. – não serão consideradas população de rua, mas sim trabalhadores de rua. Os migrantes também não são necessariamente moradores de rua; no entanto, na medida em que estão na cidade e que se utilizam dos equipamentos de atendimento para a população de rua, eles poderão ser considerados como tal. Nesse sentido, o termo tecnicamente mais adequado para definir o objeto desta dissertação seria “população em situação de rua” – visto que mesmo a condição de moradores de rua é temporária para grande parte desta população, como veremos mais adiante. No entanto, como os termos “moradores de rua” e “população de rua” são os mais freqüentemente usados para se referir a esta população e são também mais sintéticos, e como também há aqueles que fazem da rua moradia permanente (ou seja, que não estão em “situação” de rua), sempre que me referir neste trabalho à população de rua ou aos moradores de rua estarei me referindo às pessoas que se encontram morando permanente ou esporadicamente nas ruas. Cabe também ressaltar que, em Belo Horizonte, para o atendimento público, são considerados

moradores de rua apenas os migrantes em situação de rua há mais de três meses. Enquanto isso eles têm acesso apenas a uma parte dos serviços públicos prestados aos moradores de rua, como abrigo e a utilização do Centro de Referência da População de Rua. O atendimento à população migrante é responsabilidade do governo Estadual.

A CASA E A RUA EM UM SÓ TERRITÓRIO

Segundo Roberto DaMatta (2000), casa e rua são, no contexto sociocultural brasileiro, espaços complementares de significação que transcendem uma oposição simples entre público e privado. Segundo o autor, enquanto na maior parte da Europa e nos Estados Unidos a ética referente ao espaço público, especialmente no que concerne ao individualismo e à igualdade entre os cidadãos, se universalizou, invadindo o espaço e as relações privadas, no Brasil estabeleceu-se uma dualidade entre esses dois sistemas de significação. Assim, conforme afirma DaMatta (2000), mais do que realizar ações distintas no espaço doméstico e no espaço público, o brasileiro adota também éticas que diferem em cada um desses espaços. Deste modo, não nos causa espície saber que um indivíduo qualquer que apoie movimentos sociais em defesa das minorias étnicas, da causa *gay* ou da igualdade de gêneros, no ambiente doméstico tome atitudes racistas, reprima a sexualidade dos filhos ou seja agressivo com a esposa. Ou seja, ainda que o Brasil seja uma república democrática e liberal, que pressuponha a igualdade entre os indivíduos, nas casas brasileiras o que impera, segundo o autor, é o conservantismo e a hierarquia familiar (IDEM, 2000).

Na visão de DaMatta, o espaço da casa manteve-se na sociedade brasileira como *locus* de uma ética conservadora e a rua como *locus* de uma ética liberal, tanto no sentido de ser o lugar do exercício da igualdade, sob a perspectiva da cidadania, quanto no sentido de ser o lugar da competição do mercado. Porém, como ressalta DaMatta, o universo cultural brasileiro é, sobretudo, um universo relacional, avesso à igualdade. Assim sendo, conforme o autor, a igualdade assume um papel negativo na sociedade brasileira, o que se reflete na desvalorização da idéia de cidadania e na valorização da deslealdade nas relações competitivas, o que torna a rua um lugar especialmente perigoso (DAMATTA, 2000).

Ainda que, segundo DaMatta, alguns indivíduos tentem manter uma unicidade ética nos dois espaços, a sociedade brasileira opera majoritariamente pela dualidade entre esses sistemas, podendo haver o englobamento de um sistema pelo outro – da casa pela rua ou vice-versa – o que normalmente acontece. No entanto, afirma o autor, *“não se pode misturar o espaço da rua com o da casa sem criar alguma forma grave de confusão ou até mesmo de conflito”* (DaMatta, 2000, p.50)⁵.

Conforme DaMatta, os sistemas de valores da casa e da rua se invadem freqüentemente. A rua invade a casa quando a família, ou alguns de seus membros, atuam conforme os valores universalizantes e igualitários da cidadania, invasão que pode gerar confrontos com os membros mais conservadores da família. A rua também invade a casa nas partilhas de bens, nas empresas familiares, quando discutimos “política, religião e futebol” ou quando são realizados negócios entre parentes e amigos. Somos sempre informados do perigo dessas transações – “não empreste dinheiro a um amigo, ou você perderá o dinheiro e o amigo”, diz o dito popular. Conforme DaMatta (2000), nós sabemos que não devemos levar vantagem nas relações de troca e que devemos tentar extorquir o máximo nas transações comerciais.

A casa invade a rua quando são acionadas relações pessoais e até mesmo familiares para recebermos tratamento privilegiado em situações em que deveríamos ser tratados de forma igualitária (o que faz com que a “forma igualitária” de tratamento signifique uma forma pior de tratamento). Ou o contrário, quando somos tratados de forma discriminada nessas mesmas circunstâncias – aos inimigos menos que a lei. Também aciona-se a casa para criar situações de aproximação emocional que levem à lealdade ou à legitimação da autoridade – é o caso, por exemplo, de relações entre patrão e empregado em que se diz “ele é um pai para mim”, ou “eu te trato como um filho e você faz isso comigo”, assim como é o caso do político populista, “pai do povo”. Mas essa aproximação emocional pode se dar também de modo a ressaltar a igualdade – não aquela que existe entre indivíduos que compartilham os mesmos direitos e deveres, mas a igualdade da condição de existência e o apelo tanto à lealdade quanto à solidariedade fraternas – fazendo com que o “outro mundo”, invadido pela casa invada também a rua: “apesar das nossas

⁵ Grifos meus.

diferenças de sexo, raça ou classe social, somos todos irmãos (iguais) diante de Deus”, “somos irmãos na dor”, “somos irmãos na pobreza”, “somos irmãos de rua”.

De um modo geral as sobreposições territoriais entre casa e rua podem se dar no portão, na varanda, na sala de visitas, na sala de jantar, na porta de serviços, nos “fundos” das casas. A casa é dotada de espaços intermediários onde são recebidas as pessoas desconhecidas, os “estranhos”, onde se pode tratar de pequenos negócios – receber vendedores ambulantes, vender produtos caseiros etc. – ou de negócios que exigem privacidade. Quando estamos no universo da rua as sobreposições acontecem sobretudo em recintos fechados – repartições públicas, ante-salas de delegacias, escritórios etc. Nessas circunstâncias, o que se transporta da casa para a rua são as formas de tratamento entre as pessoas, as relações afetivas, as lealdades familiares ou relações de amizade em detrimento do tratamento formal ou profissional. Assim, todos circulamos entre a casa e a rua, mas há toda uma população que circula de outra maneira, que transpôs certos limiares e foi fazer da rua sua casa.

No entanto, o que os moradores de rua realizam não é somente a transposição da sala para a rua, mas sim a transposição dos quartos, dos banheiros e da cozinha. São justamente os espaços de transição entre casa e rua que por vezes chegam a ser eliminados da vida dos moradores de rua. Não são apenas as relações sociais privadas que invadem o espaço público, ou que são invadidas por este. São também ações fisiológicas que se realizam publicamente. Fezes, urina, vômito, pessoas dormindo e acordando invadem o centro da cidade em meio a carros, buzinas, transeuntes, polícia, assistentes sociais, filantropos.

Os moradores de rua desenvolvem estratégias de construção da privacidade. Procuram na rua os lugares menos visíveis para dormir, ter relações sexuais, comer, urinar, defecar e vomitar; ocupando os fundos dos viadutos, construindo casas improvisadas, invadindo construções abandonadas. Para preservar também sua história, sua vida, seus segredos e seus desejos mais íntimos da intromissão de assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais, filantropos, pesquisadores ou policiais, esquivam-se a certos assuntos, mentem, se escondem e, por vezes, abrem mão do atendimento nos equipamentos públicos. Esta dissertação trata das pessoas que vivem nessas condições e das estratégias por elas construídas para viver e sobreviver.

PESQUISANDO OS MORADORES DE RUA DE BELO HORIZONTE

Durante minha pesquisa, concentrei minha atenção sobre os moradores de rua que circulam pela região central da cidade, dentre os quais entrevistei alguns. O enfoque na população de rua do centro da cidade não foi aleatório, ele se deveu, em primeiro lugar, à própria concentração de moradores de rua nessa região da cidade. Além disso, no centro da cidade podemos encontrar a maior parte dos segmentos que compõem a população de rua, enquanto que nos bairros mais afastados do centro da cidade e, principalmente, nas regiões próximas às saídas (e entradas) da cidade, grande parte da população de rua é composta por famílias que perderam suas casas em função de alguma situação especial e por famílias de migrantes, e estão tentando se fixar na cidade. Nessas regiões é comum que as casas improvisadas se fixem e se concentrem de tal maneira que a região se transforma em uma favela, onde as pessoas vivem de maneira bastante diferente daquelas que vivem efetivamente nas ruas.

Outra razão – talvez determinante – para a escolha dos moradores de rua da região central é o fato de eu ter trabalhado junto a eles durante 5 anos (entre 1997 e 2002) no Centro de Referência da População de Rua (CRPR). O CRPR é um equipamento da Prefeitura de Belo Horizonte, criado em parceria com a Pastoral de Rua através do Orçamento Participativo de 1996 que atende os moradores de rua durante o dia, com atividades pela manhã e pela tarde, não oferecendo alimentação, exceto em situações especiais. Deste equipamento os moradores de rua podem ser encaminhados para outros serviços oferecidos pela Prefeitura de Belo Horizonte para a população de rua; lá também eles podem passar as tardes, lavar suas roupas e guardar seus pertences. Além disso o Centro oferece oficinas de artes e esportes, entre outras, como foi o caso da Oficina de Teatro, da qual eu participei como instrutora no período mencionado.

Durante o tempo em que trabalhei no Centro de Referência, acompanhei de perto a trajetória de muitos moradores de rua, participantes ou não da Oficina. Acompanhei também as políticas de atendimento a esta população. Embora para fins desta dissertação eu tenha realizado algumas entrevistas e tenha me utilizado de outras entrevistas e dados de pesquisas de outras pessoas, considero esse período de

convivência intensa com os usuários do Centro de Referência da População de Rua como o momento decisivo dessa pesquisa.

Assim, a pesquisa se concentrou nos períodos de 1997 a 2002, quando foram realizadas a observação participante junto aos freqüentadores do Centro de Referência da População de Rua. Entre 2002 e 2003 fiz algumas incursões a campo para visitar malocas⁶ – especialmente ao conjunto de malocas que se encontrava numa área de ocupação da ASMARE –, e entre dezembro de 2003 e fevereiro de 2004 foram realizadas as entrevistas e a observação dos moradores de rua que ficam nos arredores do Centro. Após esse período, retornei algumas vezes ao Centro de Referência em busca de informações institucionais sobre o próprio Centro, sobre a população de rua de Belo Horizonte e sobre as demais instituições de atendimento a essa população.

As entrevistas que realizei ocorreram dentro do CRPR, embora os entrevistados não tenham sido escolhidos necessariamente entre seus usuários. A escolha do local se deveu ao fato de estar situado em uma região privilegiada para a realização de entrevistas, sendo um lugar fechado, permitindo alguma privacidade e reduzindo os ruídos que atrapalham a gravação⁷. Os entrevistados foram escolhidos considerando os critérios de classificação da população de rua criados pelos próprios moradores de rua e que serão melhor descritos no primeiro capítulo desta dissertação. Assim, procurei entrevistar o mesmo número de “trecheiros”, “maloqueiros” e “caídos”. Foram entrevistados por mim 10 moradores de rua, sendo 3 trecheiros, 3 maloqueiros – moradores de rua que moram em casas improvisadas -, 3 caídos – moradores de rua que se encontram em estado de alta degradação física – e um suposto migrante. Coincidentemente, foram entrevistadas 3 mulheres e 6 homens e, dentre os homens, um era travesti. Isso corresponde aproximadamente à razão entre homens e mulheres na rua (embora não se trate de uma pesquisa quantitativa, com a pretensão de entrevistar uma “amostra representativa” da população de rua guardando todas as proporções entre homens e mulheres, faixas etárias, lugares de origem, tipo de moradia etc.).

⁶ Casas improvisadas construídas próximas às vias públicas pelos moradores de rua.

⁷ Todas as entrevistas foram gravadas por mim entre dezembro de 2003 e fevereiro de 2004, tendo sido efetuada sobre as mesmas uma análise de conteúdo utilizada para esta dissertação.

No mesmo período em que realizei as entrevistas, o CRPR realizou uma pesquisa qualitativa entre seus usuários. Algumas dessas entrevistas puderam ser aproveitadas para esta dissertação.

Por fim, os baixo-viadutos, assim como as instalações sob as marquises e os moradores de rua que dormem em qualquer parte da calçada, atrapalhando o trânsito dos pedestres, sempre estiveram na minha vida, já que habito esta cidade e circulo por ela, como pedestre, como motorista, como passageira de automóveis, ônibus e táxis.

Convivi com os chamados “caídos” tanto na condição de agente da rede de atendimento à população de rua, como na condição de pesquisadora e de cidadã (ou cidadina...). Muitas vezes segurei, e seguro, firmemente a minha bolsa, na ilusão de que isso possa dificultar um assalto. Muitas vezes temi e temo pela minha segurança diante dos moradores de rua. A convivência com eles não me fez acreditar que sejam pessoas inofensivas. Também não me anestesiou a exposição de seu sofrimento ou de sua miséria, embora me tenha feito entender que se trata de um sofrimento e de uma miséria expostos, mas não necessariamente maiores ou mais importantes do que o de outros indivíduos ou coletivos humanos. Aqui acompanho Goldman (1995) e Passaro (1997), que afirmam que o estudo de nossa própria sociedade nos coloca sempre em situação de pesquisa, mesmo quando estamos passeando, nos deslocando entre a casa e a escola, bebendo na calçada, saindo do supermercado, estacionando o carro etc. Nesse caso, a observação participante não se restringe ao momento que delimitamos arbitrariamente para a pesquisa. Portanto, fazem parte também desta dissertação relatos de experiências pessoais com moradores de rua que não se encontravam necessariamente na área pesquisada do hipercentro da cidade, mas também aqueles que se encontravam sob a marquise do meu prédio ou em outras regiões da cidade por onde circulo.

Estão também presentes as impressões de outros moradores da cidade que, sabendo ou não que eu estava pesquisando a população de rua, vieram me contar suas experiências com moradores de rua ou me dizer o que pensavam sobre a população de rua.

E são os sentimentos confusos que a população de rua provoca nos demais moradores da cidade, sentimentos de piedade e de aversão, associados à penalização pela miséria e à agressão que a população de rua realiza por ser um

outro em relação aos modos considerados dignos de se viver na nossa sociedade que fazem dela um objeto privilegiado de estudo e observação. E o espanto e a revolta que essa população provoca nos demais cidadãos quando afirma seu desejo de permanecer na rua ou quando moradores de rua insistem em retornar à vida na rua, mesmo tendo sido dada a eles oportunidade de retomar um modo de vida *normal*, tornam, para mim, ainda mais interessantes essas pessoas que habitam as ruas de nossas cidades improvisando casas, fogões, banheiros, trajetórias de vida, maneiras de ganhar dinheiro, de vestir, de comer, de viver um dia de cada vez.

CONSTRUINDO UMA NARRATIVA

Início esta dissertação apresentando dados gerais sobre a população de rua no Brasil, a fim de situar a população de rua de Belo Horizonte num contexto nacional. Em seguida, procuro responder às questões: quantos são os moradores de rua de Belo Horizonte, qual é a sua origem, sua idade, onde dormem, quais são as zonas de concentração dos moradores de rua na cidade, quais são os seus circuitos e seus trajetos⁸ na cidade? Discorro ainda sobre o conjunto de estabelecimentos, espaços e equipamentos utilizados pela população de rua de Belo Horizonte, especialmente sobre as instituições que atendem a essa população e sobre sua atuação.

No segundo capítulo, abordo a diferença entre migrantes, trecheiros e moradores de rua, considerando as estratégias desenvolvidas por migrantes e trecheiros para se articularem, ou não, às populações de rua das cidades por onde passam. O capítulo trata também da composição da população de rua, particularmente das diferenças que a segmentam por dentro.

No terceiro capítulo discorro mais detalhadamente sobre as condições sob as quais os moradores de rua constituem seus territórios existenciais nas ruas, nos viadutos, nas malocas e nas instituições de atendimento à população de rua e sobre os efeitos produzidos na construção desse território onde essa população – que foi apresentada no capítulo 2 a partir de suas diferenças – se confunde e se aglutina, se misturando a outras populações que encontra pelas ruas. Falo também sobre a

⁸ Segundo diferenciação proposta por José Guilherme Magnani, “circuito (...) une estabelecimentos, espaços e equipamentos caracterizados pelo exercício de determinada prática ou oferta de determinado serviço, porém não contíguos na paisagem urbana, sendo reconhecidos em sua totalidade apenas pelos usuários”. (MAGNANI, 1996, p. 45), enquanto “trajeto aplica-se a fluxos no espaço mais abrangente da cidade e no interior das manchas urbanas” (IDEM, p. 43).

questão da identidade e da memória dos moradores de rua, das dificuldades em se viver ao mesmo tempo segundo a lógica de dois universos antagônicos – o nomadismo da rua e o sedentarismo urbano. O capítulo trata também das relações dos moradores de rua entre si e com os não moradores de rua e das suas estratégias de sobrevivência: como obtêm alimentos, roupas, dinheiro.

Concluo esta dissertação abordando a relação entre migração, desemprego, urbanidade e a “produção” de moradores de rua pela sociedade moderna. Falo também sobre as conseqüências de se adotar um modo de vida que transgride ao mesmo tempo a ética do trabalho e da casa numa sociedade capitalista e urbana. Minha conclusão é que, embora a pobreza, o desemprego, a migração, as deficiências físicas e mentais, o alcoolismo e o consumo de drogas ilícitas façam parte das condições de vida dos potenciais moradores de rua, esses fatores não são suficientes para levar esses indivíduos a viver nas ruas. Para que um indivíduo se torne um morador de rua é necessário antes uma ruptura com os vínculos familiares, com a vida social que levava quando vivia em casa e com o mundo do trabalho formal e a adaptação aos agenciamentos nômades dos que vivem na rua e nas estradas.

SOBRE NOMES

Todos os nomes de moradores de rua que aparecem nesta dissertação foram inventados. Os moradores de rua entrevistados por mim inventaram os nomes pelos quais gostariam de ser chamados. Já os moradores de rua com os quais convivi, mas que não foram formalmente entrevistados, assim como os moradores de rua citados pelos entrevistados aparecerão com nomes inventados por mim, que serão seguidos de asterisco. No caso dos travestis foram usados nomes e pronomes femininos, mas informo se tratar de travestis. Embora tenha conhecido mulheres homossexuais na rua, nenhuma delas usava nomes masculinos.

Capítulo I A POPULAÇÃO DE RUA DE BELO HORIZONTE

Como já foi dito anteriormente, as dificuldades em se contabilizar a população de rua são muitas. Como afirmam Lovisi (2000) e Escorel (2000, p.153), elas começam pela conceituação do que seja a população de rua – se são “população de rua”, se são pessoas “sem teto”, se inclui ou não os trabalhadores de rua (catadores de material reciclável) que dormem na rua durante a semana e em casa nos finais de semana, se inclui os modos precários de habitação – o que incluiria os moradores de favelas – etc.

Havendo uma definição, qualquer que seja, do que deve ser considerada a população de rua, nos deparamos com um segundo problema: como recensear uma população sem endereço fixo, composta, inclusive, por pessoas que estão de passagem pelas cidades? Lovisi (2000) e Dias (1999) relatam algumas formas de pesquisa adotadas para o recenseamento da população de rua: a abordagem de todas as pessoas que estão dormindo na rua ou em albergues em uma única noite; abordagens feitas ao longo de alguns meses, incluindo moradores de residências improvisadas; pesquisa por amostragem, selecionando-se alguns quarteirões; pesquisas por amostra residencial, por telefone, a fim de saber se algum morador da residência já morou na rua por algum período da vida (e quando) fazendo-se então uma estimativa do tamanho da população de rua pela porcentagem de pessoas que declararam ter passado pela rua a cada ano.

No Brasil, embora a população de rua não esteja incluída nos censos nacionais realizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), foram realizados censos da população de rua em algumas capitais por iniciativa das prefeituras municipais. Na cidade de São Paulo, no ano 2000, foram encontradas 8.704 pessoas morando nas ruas⁹; na cidade do Rio de Janeiro, em uma pesquisa realizada por professores da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), foram encontradas 1.300 pessoas em 1999 (RODRIGUES; SILVA FILHO *apud* ESCOREL, 2000, p.154) e em Belo Horizonte, havia 916 pessoas em 1998¹⁰.

⁹ Fonte: Censo de Moradores de Rua da Cidade de São Paulo, 2000 - Secretaria de Assistência Social -SAS/Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

¹⁰ Fonte: PBH. 1º censo da população de rua do município de Belo Horizonte. 1998. Nesta dissertação, todos os dados estatísticos referentes à população de rua de Belo Horizonte têm como fonte este Censo, que foi o único realizado até o momento em que esta pesquisa foi realizada. Um novo censo da população de rua está em andamento, mas seus dados ainda não foram disponibilizados, a previsão é de que isso ocorra a partir de setembro de 2006.

Em relação à população total, conforme o censo do IBGE realizado em 2000, a população de rua corresponde a aproximadamente 0,08% da população total da cidade de São Paulo, a aproximadamente 0,04% da população de Belo Horizonte e a aproximadamente 0,02% da população da cidade do Rio de Janeiro. Em Belo Horizonte e em São Paulo foram consideradas tanto as pessoas que estavam dormindo nas ruas, marquises e viadutos, quanto as pessoas que constroem casas improvisadas próximas às vias de trânsito e as que dormem em abrigos e albergues. Na cidade do Rio de Janeiro foram contabilizadas apenas as pessoas que fazem uso dos espaços públicos como dormitório.

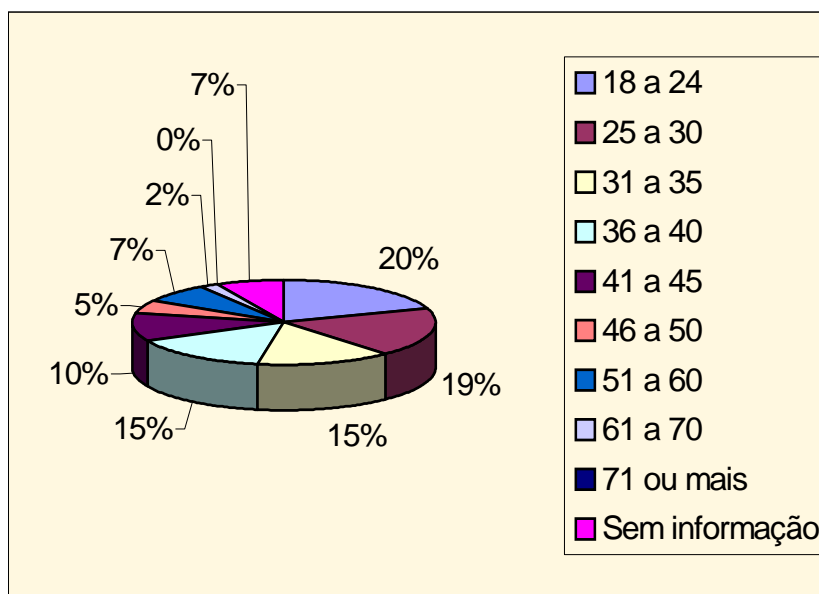
Como já foi dito anteriormente, para fins desta dissertação, considero população de rua (ou morador (a) de rua) todo aquele que faz do espaço público e, em alguns casos, de construções ou terrenos abandonados, seu local de moradia, assim como aquele que se utiliza de instituições de acolhimento para a população de rua como local de dormitório. Deste modo, o censo realizado entre os moradores de rua de Belo Horizonte recobre, embora esteja desatualizado, a população de que estou tratando.

I.1 A COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO DE RUA DE BELO HORIZONTE

A população de rua é composta majoritariamente por homens que se encontram na chamada “idade produtiva”, entre 20 e 45 anos e, as mulheres representam, aproximadamente, entre um quinto e um quarto da população de rua nas cidades brasileiras (BURSZTYN, 2000; ROSA, 1995; BEZERRA; ROSA; VIEIRA, 1994; TAVEIRA; ALMEIDA, 2002). Em Belo Horizonte, segundo o censo de 1998 elas eram 22% da população de rua da cidade.

Como podemos observar no gráfico 1, dos 916 moradores de rua recenseados, 717 (79%) tinham entre 18 e 45 anos, sendo que a maior concentração (39%) se dava até os 35 anos, como também pode ser observado em outras cidades do país. É importante notar que, à medida que a faixa etária sobe, a quantidade de moradores de rua tende a decrescer, havendo muito poucos moradores de rua idosos.

Gráfico 1 População de Rua de Belo Horizonte por Faixa Etária



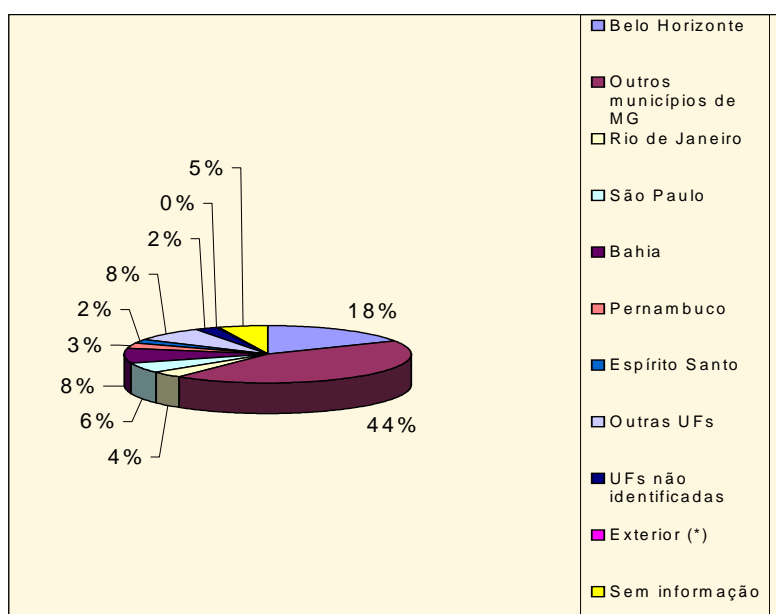
Fonte: PBH. 1º censo da população de rua do município de Belo Horizonte. 1998.

Se em relação ao sexo e à faixa etária a população de rua apresenta certa homogeneidade, quanto à sua origem, as populações de rua variam de cidade para cidade, podendo ser quase exclusivamente uma população composta por pessoas que migraram recentemente, trabalhadores itinerantes e por pessoas que estão de passagem pela cidade, ou pode contar com muitos indivíduos provenientes da própria cidade ou que migraram há muitos anos. Além do mais, a proveniência dos migrantes irá variar de acordo com a região, o estado e a cidade, podendo haver maior ou menor quantidade de pessoas originárias de cidades próximas ou da mesma região ou de pessoas de regiões distantes e até mesmo de outros países. As capitais das regiões norte e nordeste, por exemplo, atraem menos pessoas provenientes do sul e do sudeste, enquanto que no sudeste, assim como em Brasília, são encontrados moradores de rua provenientes de todas as regiões do país – embora a maioria dos moradores de rua migrantes, trabalhadores itinerantes ou trecheiros vivam em cidades próximas às suas cidades de origem, como foi constatado em pesquisas realizadas em São Paulo (BEZERRA; ROSA; VIEIRA, 1994), no Rio de Janeiro (SCOREL, 2000), em Porto Alegre (BURSZTYN, 2000, p. 235) e em Belo Horizonte, conforme aparece no Censo da população de rua realizado em 1998. Já em Brasília a maioria dos moradores de rua é proveniente do nordeste do Brasil, especialmente do estado da Bahia (BURSZTYN, 2000, p. 235).

Em Belo Horizonte a população de rua é formada por migrantes e trabalhadores itinerantes em situação de rua, por pessoas que vivem de passagem pelas cidades – conhecidos entre os moradores de rua como “trecheiros” – e também por belorizontinos.

De acordo com o Censo realizado pela Prefeitura de Belo Horizonte em janeiro 1998, das 916 pessoas encontradas nas ruas da cidade 159 pessoas eram naturais da cidade de Belo Horizonte, 395 pessoas eram naturais de outras cidades do Estado de Minas Gerais – incluindo a região metropolitana de Belo Horizonte, 362 pessoas eram provenientes de outros estados da Federação e 50 pessoas não informaram sua origem, conforme podemos ver no gráfico 2.

Gráfico 2 População de Rua de Belo Horizonte por local de origem



Fonte: PBH. 1º censo da população de rua do município de Belo Horizonte. 1998.

I.2 PONTOS DE PARTIDA, LUGARES DE PASSAGEM E PONTOS DE ACOMODAÇÃO

A origem das populações de rua varia conforme os tipos de cidade onde se encontram. Em cidades de grande porte é possível encontrar mais moradores de rua provenientes da própria cidade, pessoas que migraram há muitos anos e que vieram a se tornar moradores de rua e também trecheiros. Os trabalhadores itinerantes são mais comuns em cidades menores, onde a participação da agricultura na economia

é maior. Essas cidades atraem os “safreiros” que vêm e vão em função dos períodos de plantio e de colheita das lavouras.

As políticas de atendimento aos migrantes, trabalhadores itinerantes, trecheiros e moradores de rua também são importantes na constituição do perfil da população de rua de uma cidade. Como afirma Delma Peçanha Neves,

“...se a instituição só oferece passagem, ela pressupõe que todos devem desejar voltar ao lugar de origem ou à situação anterior de vida. A criatividade de quem tem que sobreviver a partir desses modos de ajuda e sob tais circunstâncias é se justificar diante daquilo que lhe é ofertado. Se o que ele tem é o trem para circular, nele dorme num dia mas volta no outro. Se o albergue só oferece cama, pressupõe o passageiro que pernoita, o viajante, a provisoriamente. Se na prática tal não ocorre, reduz as necessidades à garantia do sono durante a noite.” (NEVES, 1995, p. 35; 36)

Assim, em cidades do meio rural que servem como dormitório para trabalhadores rurais e que contam com o trabalhador sazonal para realizar plantios ou colheitas, a tendência é de que haja maior concentração de trabalhadores itinerantes, o que se reflete no recurso freqüente das prefeituras dessas cidades a políticas de “deportação” dos safreiros e de possíveis migrantes ou trecheiros para outras cidades, ou, supostamente, para suas cidades de origem. Esse é o caso de Uberlândia e Marília, por exemplo (ROSA, 1995).

Em cidades como Bauru, onde há abrigos para pernoite, a permanência dessa população pode ser maior e, além disso, muitos dos moradores de rua que chegam à cidade são provenientes justamente de cidades que têm como política de atendimento à população de rua ou à população migrante a oferta de passagens para que se retirem da cidade, conforme podemos observar nos depoimentos apresentados no seminário População de Rua Brasil e Canadá, organizados e reproduzidos por Cleisa M. M. Rosa (1995).

Cidades que se encontram nos principais caminhos entre duas capitais, como é o caso de Juiz de Fora (entre Belo Horizonte e Rio de Janeiro), Angra dos Reis (entre Rio de Janeiro e São Paulo) ou Governador Valadares (por onde passa a ferrovia que liga Minas Gerais ao Espírito Santo) são muito visadas por trecheiros. Alguns moradores de rua acabam passando temporadas nessas cidades, como foi o caso de Tequinho, em Governador Valadares, ou de Márcia, que está sempre passando por Ribeirão Preto, que é parte do seu trecho: São Paulo, Campinas, Ribeirão Preto,

Belo Horizonte. Juiz de Fora chegou mesmo a ter um movimento organizado de moradores de rua, do qual participava Magrão*, morador de rua de Belo Horizonte, natural de Juiz de Fora que vivia entre as duas cidades.

Muitos moradores de rua procuram as cidades litorâneas nos períodos de maior fluxo de turistas para trabalhar como vendedores ambulantes nas praias ou para trabalhar “na noite”, como fazem os travestis. Os moradores de rua de Belo Horizonte geralmente procuram o litoral do Espírito Santo, tanto pela proximidade quanto pela possibilidade de realizar a viagem de trem – caso eles paguem pela passagem, sendo que a tarifa de trem custa aproximadamente a metade do valor da tarifa de ônibus.

Nas grandes cidades, especialmente nas capitais dos estados, embora a população proveniente de outras cidades e estados seja importante na composição da população de rua, muitos moradores de rua são naturais da própria cidade, o que cria a necessidade de outros tipos de política de atendimento e também de controle dessa população. Essas políticas passam tanto pela repressão policial contra os que se apropriam do espaço público como local de moradia quanto pela criação de locais onde essa população possa dormir, tomar banho, fazer suas refeições etc. A existência de uma população de rua que não tem como ser deportada reforça também a necessidade de investimento em políticas habitacionais e, atualmente, tem levado à criação de políticas de formalização de trabalhos tradicionalmente informais como o de lavador e guardador de carros ou o de catador de material reciclável. Em Belo Horizonte, por exemplo, a prefeitura municipal cadastrou, fez crachá e uniforme para vários “flanelinhas” – como são chamados aqueles que vigiam os carros nas ruas – e os catadores de material reciclável se organizaram em cooperativa e realizam trabalhos conjuntos com a prefeitura através da SLU (Superintendência de Limpeza Urbana), além de estarem ligados à SMAS (Secretaria Municipal de Assistência Social) de forma direta ou indireta através de projetos de geração de renda ou dos projetos referentes à população de rua.

As políticas repressivas contra aqueles que se apropriam dos espaços públicos como local de moradia, assim como a reação da vizinhança à aglomeração de moradores de rua, têm uma eficácia restrita. Quando muito conseguem afastar os moradores de rua, ainda que temporariamente, de determinadas áreas ou conseguem impedir a construção de casas improvisadas ou de retirá-las, em certas

ocasiões. Em alguns lugares, como acontece nas áreas próximas a equipamentos de atendimento à população de rua ou nas regiões onde há galpões de compra e triagem de material reciclável, mesmo que os moradores de rua retirados não retornem, outros moradores de rua tentarão se estabelecer, dadas as vantagens de se permanecer próximo a lugares que lhes oferecem assistência, ou de se viver próximo ao seu local de trabalho, como podemos ver na fala de Isaura ao ser perguntada por que não aceitava os convites de seus amigos para viver na casa deles:

“Hã? Ah, não sei, é... já acostumei a ficar aqui no viaduto. Tem uns oito anos mais ou menos que eu tô aqui no viaduto, já acostumei. Acostumei. Tô acostumada com todo mundo, várias pessoas que gosta de mim me ajuda, o pessoal daqui do Centro de Referência até mesmo os pessoal lá da Tupis, da central lá, sei lá como é que chama aquilo lá.” (Isaura)

Já os efeitos das ações de acompanhamento e de acolhimento se mostram na permanência de grande parte da população proveniente de outras cidades em Belo Horizonte, conforme me foi dito por alguns moradores de rua e conforme podemos observar pelo Censo da População de Rua. Embora o censo não tenha perguntado quanto à razão da permanência na cidade, o fato é que essa permanência é bastante significativa. O Censo constatou que 34,74% dos moradores de rua provenientes de outras localidades estão na cidade há mais de 5 anos. Por outro lado, a outra faixa de concentração é justamente dos que estão na cidade há menos de um mês, que corresponde a 15,06% dos moradores de rua não nascidos em Belo Horizonte, como podemos ver no gráfico 3.

Gráfico 3 População de Rua não nascida em Belo Horizonte por tempo de permanência na cidade

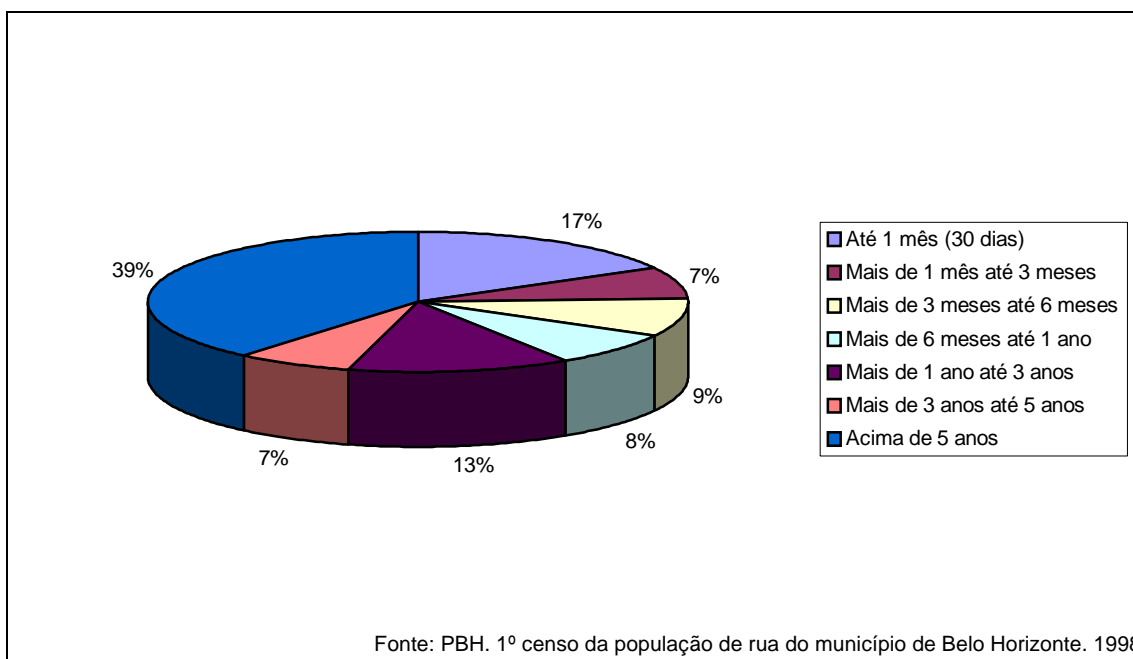
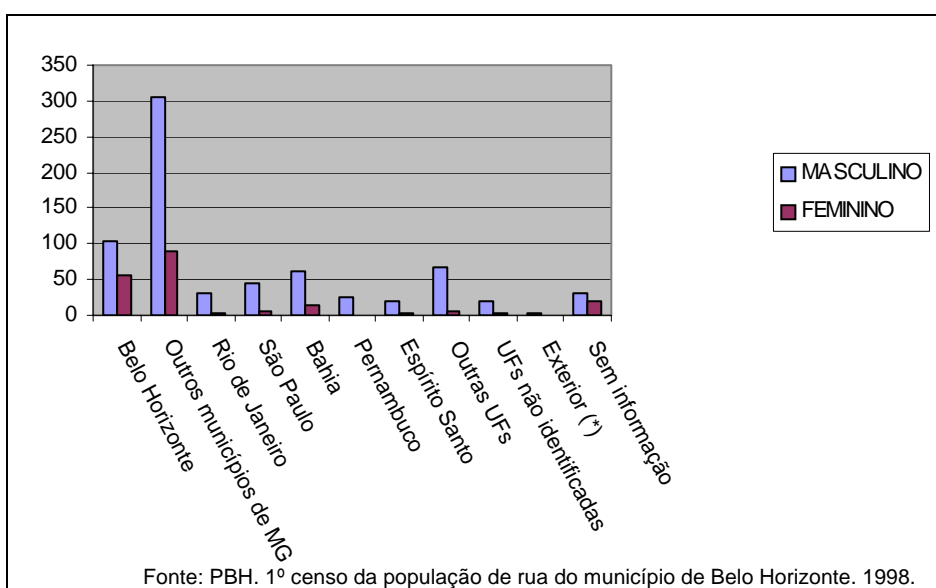


Gráfico 4 População de Rua de Belo Horizonte por Sexo e Região de Origem



Já no gráfico 4, é interessante observar que, entre as moradoras de rua de Belo Horizonte, o deslocamento é menor do que entre os homens; assim, 27,72% das mulheres são naturais da própria cidade e 44,06% provenientes de outros municípios do estado de Minas Gerais, as demais 28,22% são provenientes de outros estados ou países ou não há informações a respeito. Já entre os homens, 14,43% são provenientes de Belo Horizonte, 42,86% de outros municípios do estado

de Minas Gerais e 42,74% são provenientes de outros estados ou países¹¹ ou não há informações a respeito de sua origem.

Em resumo, o que se observa em Belo Horizonte é uma população de rua constituída majoritariamente por homens que têm entre 18 e 40 anos, naturais do estado de Minas Gerais, sendo que entre os moradores de rua que não são naturais de Belo Horizonte, a maior parte se encontra na cidade há mais de cinco anos ou há menos de um mês.

a) Distribuição dos Moradores de Rua na Cidade e Rede de Atendimento à População de Rua de Belo Horizonte

Assim como a distribuição da população de rua pelas cidades é tributária do tipo de política de atendimento que estas apresentam em relação a migrantes, trecheiros e moradores de rua, a distribuição dessa população no interior de cada cidade também é profundamente afetada tanto pelo tipo de atendimento existente para a população de rua na cidade quanto pela distribuição das instituições de atendimento e das fontes de recursos necessárias para a manutenção dos moradores de rua.

Em Belo Horizonte, por exemplo, como demonstra a Tabela 1, vemos que a população de rua pode ser encontrada por toda parte, mas há maior concentração nas regiões centrais ou próximas ao centro da cidade, onde se encontram a maioria das instituições de atendimento a esta população, assim como os galpões de triagem de material reciclado, a maior concentração do comércio (onde os moradores de rua podem trabalhar carregando e descarregando caminhões), onde se localiza a rodoviária da cidade, o restaurante popular (que oferece refeições muito baratas) e diversos restaurantes onde se pode obter comida de graça após o expediente de almoço. Em regiões afastadas do centro, onde há atendimento à população de rua também existe uma tendência a concentrar moradores de rua. Essa concentração pode ser observada no bairro Primeiro de Maio, que fica muito distante do centro da cidade e onde há um abrigo para moradores de rua, embora no momento em que o censo foi realizado esse abrigo não fosse muito utilizado por moradores de rua; ou no bairro Calafate, região oeste da cidade, onde há uma instituição de caridade que distribui roupas e alimentos para a população carente.

¹¹ No Censo foram encontrados 4 estrangeiros, 3 homens e 1 mulher. Durante o período em que convivi com a população de rua conheci apenas 2 homens estrangeiros, um proveniente de Angola e outro da Guiana Inglesa.

Tabela 1 População de rua por local utilizado para pernoite ou permanência

Número de moradores de rua por tipo de local utilizado para pernoite ou permanência e região administrativa Belo Horizonte – 1998										
REGIÃO ADMINISTRATIVA	ALBERGUE, REPÚBLICA, ABRIGOS, HOSPITAIS		SOB VIADUTOS		RUAS, AVENIDAS, PRAÇAS		OUTROS LOGRADOUROS		TOTAL	
	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%
Barreiro	0	0	0	0	2	0,56	0	0	2	0,22
Centro-Sul	33	9,4	45	22,39	264	73,54	1	20	343	37,45
Leste	0	0	5	2,49	33	9,19	4	80	42	4,59
Nordeste	0	0	8	3,98	1	0,28	0	0	9	0,98
Noroeste	315	89,74	78	38,81	42	11,7	0	0	435	47,49
Norte	3	0,85	0	0	1	0,28	0	0	4	0,44
Oeste	0	0	51	25,37	2	0,56	0	0	53	5,79
Pampulha	0	0	11	5,47	10	2,79	0	0	21	2,29
Venda Nova	0	0	3	1,49	1	0,28	0	0	4	0,44
Sem logradouro fixo	0	0	0	0	3	0,84	0	0	3	0,33
Total	351	100	201	100	359	100	5	100	916	100

Fonte: PBH. 1º censo da população de rua do município de Belo Horizonte. 1998. Org.: DITPL. 1998.

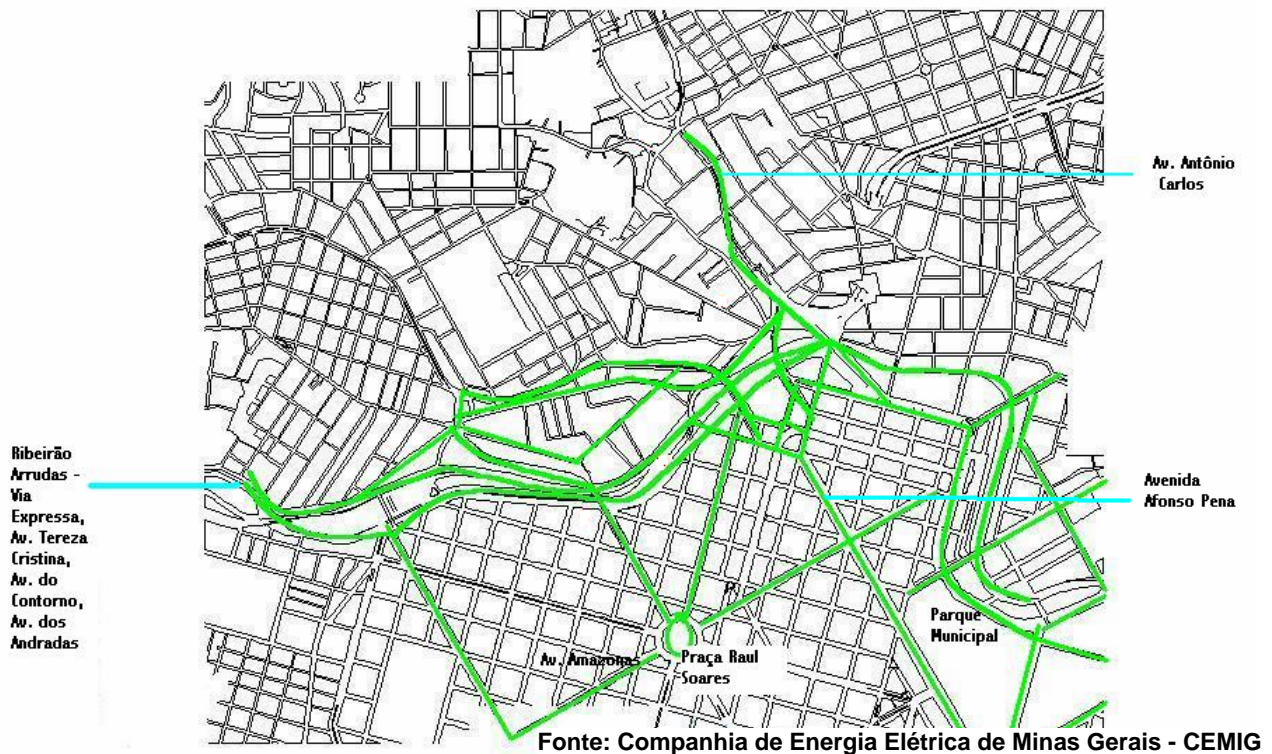
Conforme o censo de 1998 temos que dos 916 moradores de rua que se encontravam em Belo Horizonte no momento da pesquisa, 343 pernoitavam na região centro-sul da cidade e 435 na região noroeste. Cabe ressaltar que o principal albergue para moradores de rua de Belo Horizonte, o Albergue Noturno Municipal, se localiza na região noroeste, e muitos desses moradores de rua que pernoitam no Albergue passam o resto do dia no centro da cidade. Além do Albergue Noturno Municipal, duas repúblicas, uma masculina e outra feminina, e a Pastoral de Rua se localizavam na região noroeste quando o Censo foi realizado. Hoje as repúblicas estão na região Leste, no bairro Floresta e apenas a Pastoral permanece no bairro Lagoinha, na região noroeste, mas muito próxima ao centro da cidade .

No momento em que o censo foi realizado, o Albergue Noturno Municipal atendia homens e mulheres. A partir de 2000, o Albergue Noturno Municipal passou a atender apenas indivíduos do sexo masculino, o que levou à criação de uma república feminina para moradoras de rua e, posteriormente, a abertura do Abrigo São Paulo para o atendimento de moradores de rua fora das situações de

emergência – enfermidade ou época de frio – em que esse atendimento era realizado, aumentando o movimento de moradores de rua de ambos os sexos no bairro 1º de Maio, na região Norte de Belo Horizonte, onde o abrigo se localiza.

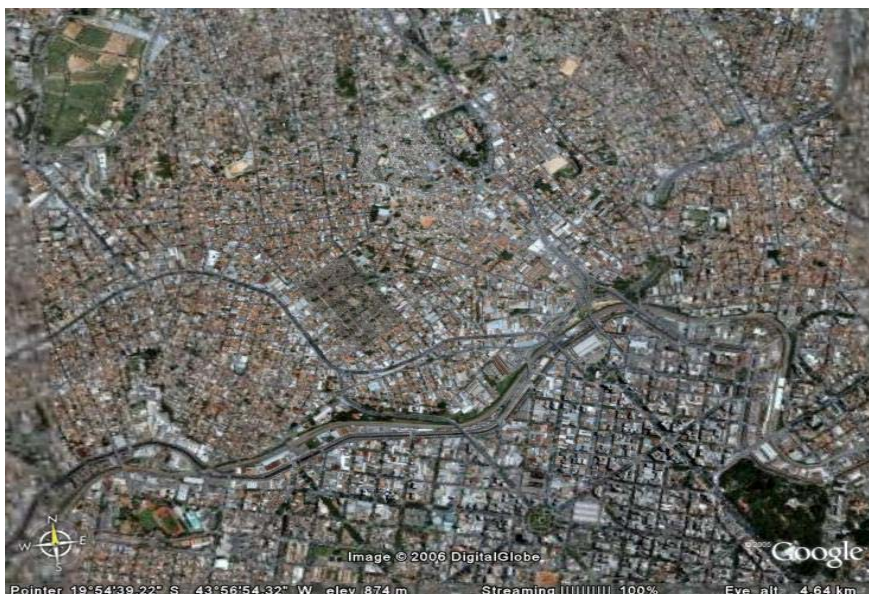
Assim sendo, é na zona de confluência entre as regiões centro-sul, noroeste, leste e nordeste que se encontra a maioria da população de rua de Belo Horizonte como podemos ver no Croqui 1. Os principais corredores utilizados por essa população são, de oeste para leste, a Via Expressa, a Avenida Tereza Cristina, a Avenida do Contorno, a Avenida dos Andradas, as avenidas Pedro II e Antônio Carlos e a Avenida Afonso Pena.

Croqui 1 Região de maior circulação da População de Rua de Belo Horizonte



As regiões do Croqui 1 assinaladas em verde correspondem aos percursos mais comuns dos moradores de rua de Belo Horizonte, considerando as avenidas principais. Na verdade esses percursos são também realizados pelas ruas que se encontram entre as avenidas, de modo que essas avenidas marcam uma área de maior circulação de moradores de rua e não, necessariamente, seus percursos efetivos.

Figura 1 Região de maior circulação da População de Rua de Belo Horizonte¹²



Fonte: Google Earth

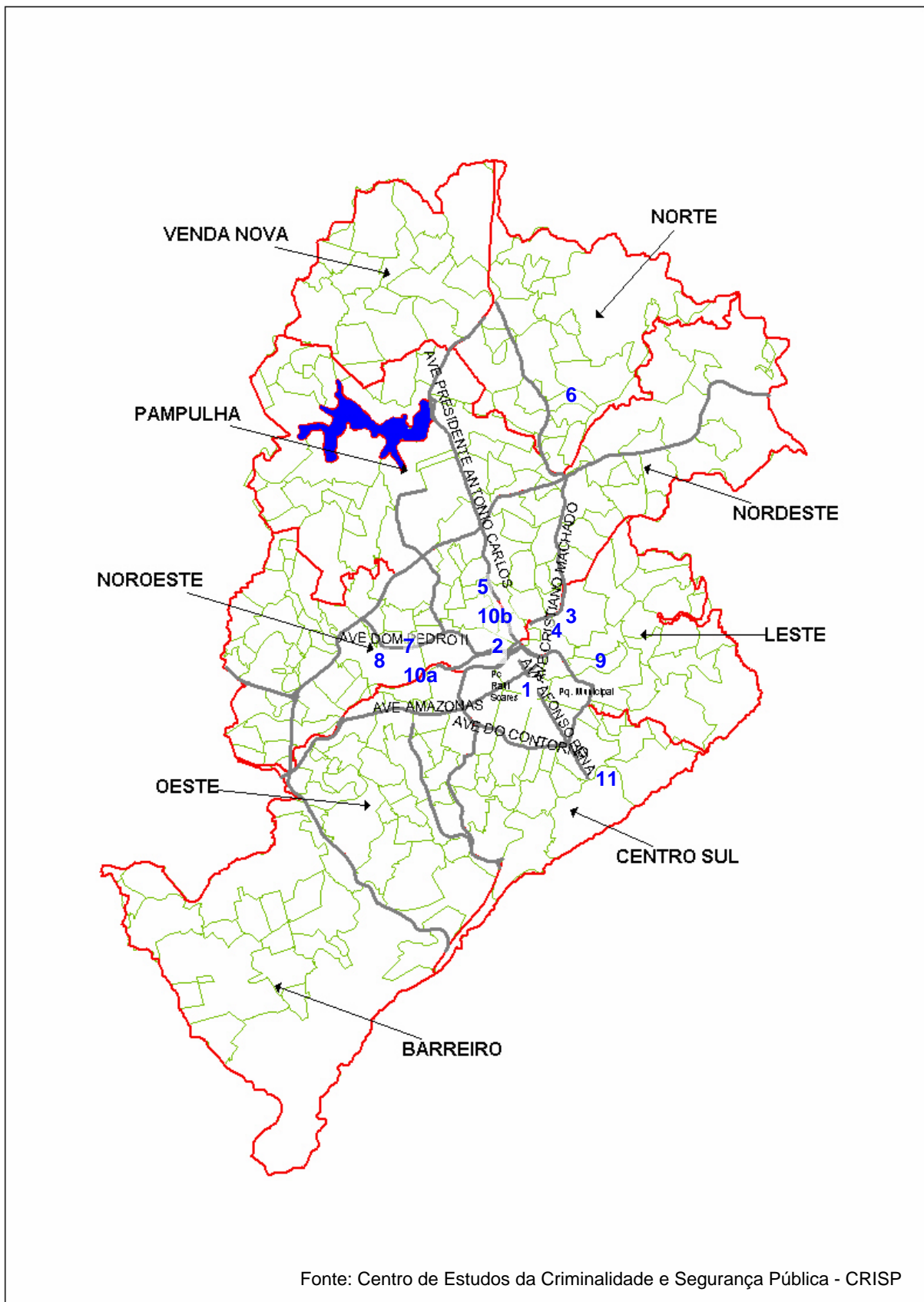
O Ribeirão Arrudas, que segue pelas avenidas Tereza Cristina, Contorno e Andradas é especialmente percorrido pelos moradores de rua, desde a saída da cidade no sentido de São Paulo, a oeste da cidade, até a “cachoeira do Arrudas”, entre Belo Horizonte e Sabará, na região leste da cidade. No centro da cidade, as vigas que ficam mais de 10 metros acima do leito do ribeirão são freqüentemente atravessadas por moradores de rua para cortar caminho entre um lado e outro do Arrudas, onde estão localizados os galpões de triagem de material reciclável, algumas malocas, o Centro de Referência da População de Rua e a ASMARE (Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reciclável). As vigas são também utilizadas como esconderijo e o ribeirão como lixo e como local para “desova” de objetos roubados mas não desejados como documentos, bolsas etc.

Próximo ao centro da cidade se encontram o Albergue Noturno Municipal Tia Branca, a República Reviver, a República Maria Maria, a sede da Pastoral de Rua e a sede da Comunidade Amigos da Rua, o Centro de Referência da População de Rua, além de haver uma importante ocupação de prédios nas proximidades da Avenida dos Andradas, no bairro Santa Efigênia, e de haver muitos galpões destinados à triagem de materiais para serem reciclados, inclusive os galpões da

¹² Extraído da world wild web no site: www.googleearth.com em 4/9/2006.

Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (ASMARE). Em regiões afastadas do centro onde há atendimento à população de rua existe uma tendência à concentração dessa população. Essa concentração pode ser observada no bairro Primeiro de Maio, que fica muito distante do centro da cidade e onde se encontra o Abrigo São Paulo, como já foi dito anteriormente. No croqui e no quadro que seguem estão situadas e descritas as principais instituições e alguns projetos que compõem a rede de atendimento à população de rua.

Croqui 2 Rede de Assistência à População de Rua de Belo Horizonte por Região Administrativa



Quadro 1 Ações e Instituições que compõem a rede de atendimento à população de rua de Belo Horizonte conforme localização no Croqui 1¹³

1 – Secretaria de Municipal Assistência Social de Belo Horizonte (SMAS – PBH)
– Na SMAS fica a coordenação do Programa de Atendimento à População de Rua de Belo Horizonte e nela funcionam as coordenações dos projetos ligados ao programa. A Secretaria é a sede do **Plantão Social**, que atende pessoas ou famílias em situação de vulnerabilidade social com os seguintes benefícios: cesta básica, carroto para mudança, sepultamento e fotografia 3X4. Oferece também encaminhamento para obtenção de CPF, 2ª via da carteira de identidade, de casamento, nascimento e óbito. É também a sede da **Abordagem de Rua**, que é um processo de escuta e diálogo com crianças, jovens e adultos que utilizam a rua como espaço de sobrevivência. Durante o processo de abordagem vários encaminhamentos são realizados até que ocorra a saída definitiva das ruas. A sede da abordagem de rua é na Secretaria de Assistência Social, no centro da cidade. É a sede do projeto **Se essa casa fosse minha**, que atende famílias que foram retiradas das áreas sob os viadutos. Algumas famílias receberam casas da PBH e o restante recebe bolsa aluguel da Prefeitura enquanto aguardam a entrega das casas. O projeto é parceria com a Pastoral de Rua e o Fórum Mineiro de Saúde Mental.

Centro da cidade - Regional Centro-Sul

2 – Centro de Referência à População de Rua (PBH) – espaço de convivência e integração da população de rua. Atende em média 150 pessoas/dia e oferece aos moradores de rua espaço para guarda-volumes, higienização, lavanderia, oficinas culturais, etc.

Barro Preto – Regional Centro-Sul

3 – República Reviver (PBH) – regime de pensão pública para homens solteiros em situação de rua. Os moradores podem permanecer de 3 a 6 meses na casa. A administração da casa é em conjunto com os moradores, PBH e Pastoral de Rua.

Bairro Floresta – Regional Leste.

4 – República Maria, Maria (PBH) – Abriga mulheres com seus filhos de até 6 anos. A casa oferece alimentação, acompanhamento médico, cursos profissionalizantes, alfabetização, cursos de saúde e higienização, encaminhamentos para aquisição de documentos, creches e escolas para as crianças. O acolhimento na casa é de 6 meses, mas pode ser prorrogado conforme a situação de cada moradora. A República é parceira da PBH com o grupo espírita O Consolador.

Bairro Floresta – Regional Leste.

¹³ Além das instituições ligadas à Prefeitura de Belo Horizonte, só se encontram aqui listadas as instituições que foram citadas em entrevistas ou que foram freqüentemente mencionadas pelos moradores de rua com os quais tive contato. Os dados referentes ao programa de atendimento à população de rua da PBH foram extraídos do site oficial da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte <http://www.pbh.gov.br/> em março de 2006.

5 – Albergue Noturno Municipal (PBH) – atende a população masculina de rua. Oferece pernoite, jantar, café da manhã, higienização, acompanhamento e encaminhamento social para seus usuários.

Bairro Lagoinha – Regional Noroeste

6 – Abrigo São Paulo (PBH) – atende a população adulta de rua, oferecendo pernoite e funciona como um centro de triagem e acompanhamento social à população em situação de risco pessoal e social do município.

Bairro Primeiro de Maio – Regional Norte

7 – Grupo Espírita Irmão Glaucus – oferecem doação de roupas, almoço aos sábados, banho, lugar para lavagem de roupas, dentista e corte de cabelo e barba. O grupo espírita faz parte de uma fundação com sede em Contagem, onde também oferece serviços para moradores de rua. Localizado no bairro Padre Eustáquio, próximo ao bairro Calafate (onde foi a sua primeira sede), conhecido pela população de rua como **Calafate**.

Bairro Padre Eustáquio – Regional Oeste

8 – Fundação Espírita Divino Amigo (FUNDAMIGO) – fundação beneficente que atende pessoas carentes, localizada no bairro Padre Eustáquio, próxima ao bairro Calafate é conhecida como **Calafate** assim como o Grupo Espírita Irmão Glaucus.

Bairro Padre Eustáquio – Regional Oeste

9 – Grupo da Fraternidade Irmã Sheila – Oferecem almoço para população carente pelo menos uma vez por semana (às terças-feiras), além de oferecerem doação de roupas e serviços de higienização (banho, corte de barba e cabelo etc.). A fraternidade espírita também conhecida como **Paulo**, que é a pessoa que coordena o atendimento dos moradores de rua, e dela faz parte o **Centro Espírita Oriente**, referido pelos moradores de rua como **Bernardete**, nome da pessoa que coordena o atendimento dos moradores de rua. As duas unidades da Fraternidade estão localizadas próximas uma à outra.

Bairro Santa Efigênia – Regional Leste

10 – Toca de Assis – grupo assistencialista católico que acolhe moradores de rua que estejam muito doentes.

Bairro Prado (10a) – Regional Oeste/Regional Noroeste

Bairro Lagoinha (10b) – Regional Noroeste

11 – Comunidade Reviver – conhecida entre os moradores de rua como **Vitório** oferece roupas novas, banho, serviço de dentista, corte de barba e cabelo e alimentação aos moradores de rua. A comunidade está situada no alto da Avenida Afonso Pena.

Bairro Serra – Regional Centro-Sul

As instituições e projetos que compõem as políticas municipais de atendimento à população de rua, juntamente com instituições parceiras, são parcialmente articuladas através dos agentes que nelas trabalham. As entidades filantrópicas que atendem moradores de rua e que não trabalham em parceria com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, mas que integram essa rede, não são articuladas entre si. O que faz com que essas entidades integrem uma mesma rede de atendimento à população de rua é o uso que essa população faz delas.

b) *Entre o Direito e a Caridade*

É interessante notar que a maioria dos equipamentos que compõem a rede de atendimento à população de rua são fruto da ação de grupos religiosos. Mesmo os equipamentos de atendimento à população de rua da PBH foram criados, em grande parte, em parceria com entidades religiosas. Esse é o caso do Albergue Noturno Municipal Tia Branca e da República Maria Maria, administrados pela PBH em parceria com o Grupo Espírita *O Consolador*. É o caso do Centro de Referência da População de Rua e da República Reviver, que foram criados pela PBH através do orçamento participativo e que são administrados pela prefeitura em parceria com a Pastoral de Rua, da Igreja Católica. É também o caso do Abrigo São Paulo que é administrado pela Sociedade São Vicente de Paulo, da Igreja Católica, juntamente com a PBH. Além disso, a atuação da Pastoral de Rua junto aos moradores de rua foi tomada como modelo para se desenvolver o programa de abordagem da população de rua da PBH.

A importância dos grupos religiosos tanto na mediação entre a população de rua e o poder público, quanto na mediação entre a vida da casa e a vida da rua de um modo geral é, portanto, muito grande. Esse fenômeno nos remete à atenção dada por DaMatta ao que o autor chamou de “o *outro mundo*”, o universo religioso, como um universo mediador entre os universos da casa e da rua (DAMATTA, 2000). Essa mediação, quando realizada junto ao Estado, acaba por instaurar uma situação de ambigüidade entre a execução de direitos do cidadão – morador de rua – e a filantropia confessional.

O apelo ao “outro mundo” acaba se tornando assim parte fundamental das estratégias de sobrevivência dos moradores de rua, a demonstração da religiosidade facilita a obtenção de esmolas, roupas e alimentos, além de parecer uma espécie de

garantia de honestidade. Além disso, como os lugares de atendimento à população de rua estão geralmente vinculados a ordens religiosas, alguns moradores de rua procuram parecer mais devotos afim de obterem privilégios no atendimento.

Quando comecei a trabalhar com a oficina de teatro no Centro de Referência da População de Rua muitos usuários vinham me sondar quanto à minha opção religiosa, procurando demonstrar seus conhecimentos religiosos, me mostrando desenhos que faziam com imagens de Cristo, pombas do Espírito Santo etc. Com o tempo essas demonstrações foram se tornando menos freqüentes, até que um dia um morador de rua me disse: *“na rua a gente é protestante no café-da-manhã, católico no almoço e espírita na janta”*. Isso não significa que os moradores de rua não sejam religiosos, em sua maioria eles o são. Nas entrevistas que realizei, muitos deles, em algum momento, se remeteram a Deus ou a Jesus Cristo. Tequinho, ao ser perguntado sobre suas expectativas para o futuro, disse que não queria nada, só queria *“saúde, paz, Jesus Cristo e só, e a minha amizade”*. Paulista, ao ser perguntado quanto a quem recorria nos momentos de necessidade, respondeu: *“Além de Deus é difícil”*. Márcia também respondeu: *“Eu sou independente... eu corro assim, com muita fé em Deus, eu vou à luta”*. Quando insisti ela acrescentou: *“Ajuda... eu acho que a melhor ajuda que a gente pode ter é a ajuda de Deus, né?”*. Mas não encontrei moradores de rua que freqüentassem sistematicamente qualquer igreja ou grupo religioso, sem que fossem movidos por interesses de outra ordem: prato de comida, roupas usadas, assistência médica etc.

A religiosidade dos moradores de rua é tão nômade quanto eles próprios, por isso eles realmente podem ser protestantes no café-da-manhã, católicos no almoço e espíritas no jantar. Alguns vivem numa miscelânea mística. Conheci um morador de rua que dizia que um determinado exercício de teatro fazia com que flechas negras lançadas pelos nossos inimigos atravessassem nossos corações e ele precisava impedir que isso acontecesse. Ele procurava livrar o mundo do mal de maneira contundente e agressiva. Um belo dia, acabou ganhando com isso uma tijolada na cabeça. E nunca mais foi visto.

Conheci outro morador de rua que foi acolhido por um pai-de-santo, de cuja casa fugiu e foi viver na rua. Certa ocasião, quando houve uma festa lustral¹⁴ no Centro

¹⁴ Festa inspirada nas festas lustrais romanas, que aconteciam no período de um lustro – 5 anos – e que consistiam numa grande lavagem da cidade acompanhada de manifestações artísticas.

de Referência da População de Rua e ele se preparava para fazer uma apresentação de músicas e danças de Candomblé, foi prontamente impedido pelos demais moradores de rua ali presentes.

Embora o preconceito contra as religiões afro-brasileiras seja muito grande entre os moradores de rua, uma das fontes de cachaça dos moradores de rua são justamente os despachos de candomblé, encontrados nas esquinas e nos cemitérios, como nos informa Montes (1995, p. 197).

Os protestantes, em Belo Horizonte, atuam junto à população de rua principalmente através da doação de alimentos e roupas. Além disso, eles têm programas gratuitos de tratamento e desintoxicação para usuários de drogas aos quais os moradores de rua por vezes recorrem.

A atuação de protestantes junto à população de rua cria, por vezes, situações as mais inusitadas. Houve uma igreja Batista que ofereceu a um grupo de travestis casa, comida, roupa lavada e trabalho, desde que se submetessem a um tratamento de desintoxicação e deixassem de ser travestis e homossexuais. Isso gerou uma certa inquietação entre os travestis que freqüentavam o Centro de Referência da População de Rua e que, naquele momento, tentavam constituir um grupo de ação política dos travestis de rua – o Grupo Gay de Minas Gerais. Foi pauta de algumas reuniões do grupo e levantou questões quanto à natureza da homossexualidade, se ser homossexual é pecado etc. Por fim nenhum deles se submeteu ao tratamento da Igreja Batista.

A atuação da Igreja Católica junto à população de rua é a que tem mais visibilidade, por estar atrelada às políticas públicas para esta população. Há aproximadamente dez anos a Pastoral de Rua vem atuando junto à população de rua no sentido de mobilizar as pessoas que vivem e trabalham nas ruas para lutarem pela sua cidadania. Desse trabalho resultou a inclusão da população de rua nas reuniões do Orçamento Participativo, organizado pela Prefeitura de Belo Horizonte afim de consultar a população quanto ao emprego do dinheiro público.

Esse movimento se iniciou com a irmã Fortunata, que saía pelas ruas de Belo Horizonte com seu violão agrupando em torno de si os catadores de papel e as pessoas que estavam dormindo embaixo dos viadutos. A partir dessa experiência com os moradores de rua, ela criou a *Casa da Esperança*, que se tornou o ponto de

encontro da população de rua e de catadores de papel e o lugar onde eles, apoiados pela Pastoral de Rua, se organizaram para criar a ASMARE (Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável) e para levar suas reivindicações ao Orçamento Participativo.

Além da Pastoral de Rua, há outros grupos católicos que atuam junto à população de rua: um dos albergues de Belo Horizonte, o Abrigo São Paulo, é administrado em parceria com o Conselho Central de Belo Horizonte, da Sociedade São Vicente de Paulo, uma Sociedade de cunho notoriamente assistencialista. Recentemente a Oca de Assis, uma organização franciscana, também tem realizado trabalhos junto à população de rua de Belo Horizonte, além de ações isoladas de grupos de jovens, grupos paroquiais etc. que distribuem roupas e alimentos para moradores de rua.

Os kardecistas são muito atuantes junto à população de rua. Dentre os centros espíritas que atendem essa população, se destaca a Fraternidade Espírita “O Consolador”, que administra o Albergue Tia Branca em parceria com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e adota uma postura política que, assim como as pastorais, transcende o aspecto da caridade. A Fraternidade Espírita Irmão Glaucus também é bastante famosa entre os moradores de rua por oferecer almoço às quintas-feiras.

Apesar de a maioria dos moradores de rua apresentarem devoção religiosa, conheci alguns moradores de rua que se declaravam ateus, mas que não deixavam por isso de freqüentar as diversas igrejas e nem de receber caridade. Tinham uma posição às vezes mais crítica, às vezes mais cínica em relação à caridade e às igrejas. Um morador de rua me relatou a existência de verdadeiras indústrias da caridade. Segundo ele, existem agentes que recrutam moradores de rua em todo Brasil para pedir esmolas, roupas etc. nas casas das pessoas e mesmo na rua. O dinheiro obtido – assim como alguns alimentos, almoço etc. – fica com os próprios moradores de rua, enquanto as roupas eles vendem barato para esses agentes, que distribuem nos brechós, principalmente na cidade de São Paulo. Ele próprio dizia que já fez muito esse trabalho e que pretendia em breve ir para o Paraná ou para São Paulo procurar um agente e retomar o serviço. Também dizia que as cidades do interior eram melhores para recolher o material, as pessoas eram mais solidárias e era mais fácil obter passagens de ônibus na “assistência social” para ir de uma cidade a outra ou para retornar a São Paulo.

Mas, antes de tratarmos dos usos que os moradores de rua fazem dos serviços públicos ou filantrópicos a eles dirigidos e das estratégias de sobrevivência por eles desenvolvidas, devemos entender os agenciamentos que os levam às ruas e as diferenças entre os moradores de rua e os segmentos dessa população.

Capítulo II OS MORADORES DE RUA

Aldebaran acredita ser o último membro vivo de sua família. Todos os demais foram mortos em um conflito por terras. Sua casa foi incendiada. Mas Aldebaran foi criado por vizinhos. Saiu da casa dos vizinhos ainda na adolescência para ser garimpeiro na Venezuela. Vive com um irmão em Belo Horizonte (não podemos saber, no entanto, se ele é de fato o único sobrevivente de sua família e o irmão a quem ele se refere é um “irmão de rua”, ou se ele tem ainda um irmão sobrevivente do incêndio). Aldebaran diz que costuma visitar sua terra natal, embora tenha perdido o contato com as pessoas que o criaram, pois estas se mudaram para a Guiana Francesa e ele não sabe o telefone.

A ruptura entre os moradores de rua e seus familiares, ou pessoas com as quais foram criadas, nem sempre é definitiva, irreversível, ou realizada de um só golpe – como pode ter sido o caso de Aldebaran. A possibilidade de retorno à casa e à família, ou, o que é mais freqüente, a possibilidade de se recorrer à família em situações de crise, costuma estar presente na vida dos moradores de rua e é acionada em algumas ocasiões – festas de fim de ano, momentos de crise, encontros inesperados, nascimento dos filhos. Aldebaran mandou sua esposa e seus filhos para Macapá e deseja que eles permaneçam por lá até que ele consiga uma casa para a família em Belo Horizonte. Os filhos de Paulista estão sendo criados pela sua mãe em São Paulo. João está sempre visitando a mãe em Ponte Nova. Os filhos de Mariana e de Marinalva são criados pelas suas respectivas mães em suas cidades de origem.

Muitas vezes as famílias dos moradores de rua não chegam a tomar conhecimento de sua situação. Eles conseguem viver na rua em segredo, seja mantendo contatos constantes com os familiares – caso em que eles dizem que estão dormindo em pensões etc. –, seja pelo afastamento total, caso em que muitas vezes eles são dados como desaparecidos.

Borba Gato*, por exemplo, tornou-se morador de rua após os 40 anos, quando foi vítima de um derrame que o impossibilitou temporariamente de trabalhar. O retorno ao mercado de trabalho foi dificultado pelas seqüelas do derrame, além da idade já avançada e baixa qualificação profissional. Apesar de se tratar de uma pessoa bastante culta, Borba Gato* tratou de se esconder o quanto pôde de sua família,

constrangido pela comparação da sua situação com a confortável situação sócio-econômica de seus irmãos, assim como pela possível cobrança por parte dos familiares em relação ao seu fracasso como trabalhador ou como pai de família (temor que se revelou absolutamente pertinente). Foi descoberto pela família em um programa de televisão. Ao saberem que ele estava na rua seus irmãos se mobilizaram para encontrá-lo e levá-lo para casa.

Bulldog* veio para Belo Horizonte aos 18 anos para viver com umas tias, porque os pais queriam que ele se afastasse de sua cidade natal até que os vizinhos se esquecessem que ele esteve internado na FEBEM por consumo de maconha. Ele disse para a família que estava morando em uma pensão. Visitava as tias nos finais de semana. Segundo Bulldog*, ele retornou para sua cidade natal sem que as tias (e talvez nem mesmo seus pais) chegassem a tomar conhecimento de que esteve morando na rua.

Os conflitos domésticos, assim como os conflitos com a vizinhança, são geralmente mencionados como motivo de afastamento da família. As causas do conflito geralmente giram em torno da orientação sexual do morador de rua, do alcoolismo, do consumo ou tráfico de drogas, do envolvimento em assaltos ou outros crimes, da violência ou abuso sexual por parte de algum parente próximo – pai, irmão, padrasto etc.

Tequinho, por exemplo, saiu de casa para preservar a sua vida e a de sua família, após um confronto com a *gangue* do bairro. Há três anos ele não entra em contato com a sua família, embora estejam todos em Belo Horizonte.

Há também os que são expulsos de casa ou simplesmente abandonados pela família por representarem um “peso morto” ou um estorvo para os parentes. Entre eles estão tidos por loucos, alguns velhos e os deficientes físicos. Assim como os alcoólatras e os usuários de drogas, suas famílias não têm perspectiva de que eles venham a contribuir nas despesas da casa, os custos com sua saúde muitas vezes são altos, além de, em certos casos, colocarem seus familiares em situações de risco. Acontece também, no caso dos considerados loucos e dos idosos, deles simplesmente se perderem de casa, desaparecerem.

Os moradores de rua são quase que exclusivamente provenientes das camadas mais pobres da população, para quem a participação econômica dos que vivem sob

o mesmo teto é muito importante. Geralmente são pessoas de baixa escolaridade e qualificação profissional, cujos vínculos estabelecidos com o mundo do trabalho, como observa Tostes (2000), já eram frágeis mesmo antes de se encontrarem na rua e, como constatou Neves (1995):

“Na sociedade capitalista, se não se vive da apropriação do resultado do trabalho de outrem, não se pode ter a liberdade de viver sem trabalhar. Ou seja, essa liberdade não pode ser a de negar o trabalho. Decorrem então todos os conteúdos morais que dão positividade ao trabalho e ao trabalhador que valoriza o fato de trabalhar. Ao final, o trabalho empresta virtude à liberdade” (Neves,1995, p. 65).

Vemos assim que o trabalho se coloca como imperativo moral para os pobres. Por outro lado, aqueles que têm possibilidades de viver do trabalho alheio podem se inserir socialmente, ou mesmo transgredir a ordem, a partir de outros padrões, que também dão espaço ao “*bon vivant*”, ao milionário excêntrico, ao artista, aos turistas, a certos tipos de andarilho etc.

Entre homens de meia-idade é comum encontrar no divórcio – associado ao desemprego, ao alcoolismo ou ao adultério da esposa – a razão para se encontrarem em situação de rua.

Mesmo entre os trecheiros, o movimento que os leva de casa para a rua não é um movimento em busca de emprego (ainda que o desemprego possa ter motivado a desavença familiar ou algumas migrações). Encontrar uma maneira de se sustentar – e a inserção no mercado de trabalho é a maneira mais difundida e socialmente desejável de fazê-lo no mundo moderno – é antes uma necessidade imposta pela ruptura com o núcleo familiar do que uma vontade ou um objeto de desejo.

A população de rua é composta por pessoas das mais diversas origens, alguns vindos de cidades e regiões diferentes do país, outros naturais da própria cidade onde residem. Alguns passam a vida se deslocando, outros se fixam em uma cidade e podem passar a maior parte da vida sem se afastar de uma determinada praça, rua ou viaduto. Alguns estão nas ruas desde a infância ou a adolescência, outros foram para a rua depois de adultos ou mesmo depois de velhos. No entanto, na rua, essa população se mistura e se divide conforme critérios que não correspondem propriamente às suas diversas origens ou mesmo aos fatores que os levaram a viver nas ruas, mas sim aos arranjos entre as estratégias adotadas por eles para viver nas

ruas, a natureza dos seus deslocamentos e o estado geral de saúde física e mental em que se encontram.

Assim, podemos encontrar basicamente quatro segmentos – que são também classificações nativas dos moradores de rua: os migrantes, os trecheiros, os maloqueiros e os caídos.

II.1 MIGRANTES, TRABALHADORES ITINERANTES E TRECHEIROS

“O real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia” (Guimarães Rosa)

a) *Indo de um ponto ao outro*

“Por que eu vou embora? Porque lá não tem serviço, não tem um campo pra mim trabalhá, não tem... um local pra mim morá eu tenho, eu não tenho um local de trabalhá, lá é pouco serviço.” (João)

A insuficiência de renda nas pequenas lavouras, a atração por um modo de vida urbano e a falta de oferta de trabalho nas cidades – especialmente para trabalhadores com baixa qualificação profissional¹⁵ – leva muitas pessoas a migrar de cidade em cidade em busca de melhores condições de vida. No entanto, a inserção no mercado de trabalho, especialmente nos grandes centros urbanos, depende de alguns requisitos que são raros entre os migrantes de baixa renda: escolaridade, algum tipo de profissionalização ou especialização em certos tipos de serviço – que sejam compatíveis com as necessidades urbano-industriais –, documentação em ordem, cartas de referência e residência fixa. Portanto, tal deslocamento, realizado por pessoas que, já ao deixar seu território, apresentam poucas possibilidades de inserção no mercado de trabalho devido à baixa qualificação profissional e aos poucos recursos financeiros de que dispõem para se estabelecer em outra cidade, apresenta grandes chances de ser mal sucedido e, em alguns casos, resulta numa reterritorialização nômade, seja por processos de errância entre as cidades, seja pela fixação dessa população na rua.

¹⁵ Considero aqui a qualificação em seu sentido amplo, que, segundo DURHAM (1984, p. 147), “consiste na aquisição de padrões culturais que se referem não apenas a novas técnicas, mas, inclusive, a novas normas de relações sociais e de valores que se manifestam como atitudes e motivação para o trabalho.”

Em relação àqueles que realizam a migração partindo de pequenas cidades do interior, especialmente aos que vêm de áreas rurais para as metrópoles, há ainda alguns agravantes, a começar pela diferença da natureza dos trabalhos agrícolas e dos trabalhos urbanos. Como afirma Eunice Durham, “*é necessário reconhecer que o trabalho agrícola raramente qualifica o trabalhador para os empregos urbanos melhor remunerados*” (DURHAM, 1984, p. 149).

O segundo agravante apontado por Durham é o desconhecimento, por parte dos migrantes, dos empregos existentes na cidade, das possibilidades reais de obtenção desses empregos e da capacitação necessária para a realização dos encargos a eles concernentes. Nas palavras da autora:

“O imigrante não sabe quais os empregos que existem, nem como obtê-los.(...) Isto quer dizer que o migrante freqüentemente não pode sequer se oferecer como mão-de-obra porque desconhece os mecanismos mais gerais que controlam a participação no mercado de trabalho.” (IDEM).

O terceiro agravante, ainda segundo Durham, é o que diz respeito às diferenças das relações de trabalho no meio rural, que seriam marcadas pela informalidade e pela cordialidade¹⁶, e no meio urbano, que seriam marcadas pela formalidade e pela impessoalidade burocrática, de tal maneira que:

“...exige-se do trabalhador uma qualificação mínima que é o reconhecimento legal de sua condição. Isto é, para que possa se oferecer como mão-de-obra, o trabalhador necessita de documentos (...). Sem esses documentos, situação muito freqüente entre os imigrantes rurais, o trabalhador se coloca fora do mercado de trabalho regularmente constituído e, portanto, fora da proteção legal outorgada ao trabalhador e se marginaliza em termos dos sistemas econômicos mais produtivos e melhor remunerados”. (IDEM)

A esse respeito, podemos objetar que não há nada que impeça que relações impessoais ocorram no campo ou que relações afetivas ocorram na cidade. Além disso, a legislação trabalhista é igualmente válida nos dois meios e é desrespeitada em ambos – como sabemos ocorrer nas condições de trabalho de empregadas

¹⁶ No sentido atribuído por Sérgio Buarque de Holanda a essa palavra em seu livro *Raízes do Brasil*, no capítulo intitulado “O homem cordial”: “*Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o ‘homem cordial’. A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido no caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar ‘boas maneiras’, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. Na civilidade há qualquer coisa de coercitivo – ela pode exprimir-se em mandamentos e sentenças.*” (HOLANDA, 2001, p. 147)

domésticas, jardineiros, trabalhadores da construção civil, considerando as ocupações de status mais baixo, mas também entre consultores, professores particulares, comerciantes e artistas, considerando ocupações de status mais elevado. Mas é ainda Durham quem, ao falar dos migrantes da cidade de São Paulo, demonstra que as estratégias criadas por estes para se adaptar à vida nas metrópoles passam antes por uma solução de compromisso entre o modo de vida que levavam no meio rural e as exigências apresentadas pela vida metropolitana do que por uma mudança abrupta de valores ou pela ruptura dos vínculos afetivos e familiares.

Assim, considerando a perspectiva de Durham, vemos que o que acontece aos migrantes é o contrário do que acontece aos que se tornam moradores de rua e aos trecheiros: enquanto moradores de rua e trecheiros rompem com os laços familiares e não os recompõem mesmo no momento em que passam por dificuldades pessoais, os migrantes procuram estreitar ou, até mesmo, recriar laços familiares para superar as dificuldades que encontram na vida das grandes cidades.

O fracasso no mercado de trabalho não é, pois, suficiente para fazer de um migrante um morador de rua ou um trecheiro. Para tanto, é necessário mais do que isso, como nos mostram as trajetórias de vida de João e de Paulista.

João

João está na rua em Belo Horizonte há pelo menos dez anos. É alcoólatra e submete-se – de forma não sistemática – a tratamento psiquiátrico. Sua história (como, aliás, a da maioria da população de rua) é muito confusa. É difícil precisar o momento em que se mudou de sua terra natal – Ponte Nova – e o momento em que se tornou morador de rua em Belo Horizonte. João estudou até a quinta série do ensino fundamental e não se especializou em nenhum tipo de serviço. Suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho são, pois, bastante limitadas, considerando a falta de qualificação profissional, o alcoolismo e os problemas psiquiátricos, e uma condição geral de saúde debilitada decorrente da vida na rua.

João frequenta a casa da família em Ponte Nova regularmente, no entanto retorna sempre para Belo Horizonte.

Paulista

Paulista também se queixa das dificuldades para encontrar trabalho. No entanto, ele não vem de uma cidade interiorana, mas de São Paulo, a maior cidade do país, um pólo de atração para aqueles que procuram melhores oportunidades de trabalho, mas, por isso mesmo é também a cidade onde as exigências para se inserir no mercado de trabalho são maiores, conforme ele próprio nos conta:

“Fiquei, fiquei um tempo em São Paulo, mas lá foi difícil de serviço, é..., a capacitação que eles tão pedindo, pra trabalho, estão exigindo muito das pessoas trabalhando, é pior. Aqui já, pelo fato de eu já ter trabalhado aqui, pra mim eu, eu achei que pra mim estaria, seria melhor, sabe, que eu aqui foi uma época que eu trabalhei mais na minha vida. Tanto que eu já trabalhei em São Paulo também, tive uma experiência de trabalhar em São Paulo, mas foi bem antiga, né, foi numa época que eu era menor de idade... então ficou mais difícil ficar em São Paulo.”
(Paulista)

Paulista nasceu no interior do estado de São Paulo, mas mudou-se com a família para a capital ainda criança. Em São Paulo chegou a viver nas ruas durante a infância, mas foi recolhido por uma instituição religiosa que cuida de meninos de rua, onde completou o primeiro grau. Na adolescência retornou à casa da família, mas assim que conseguiu um emprego foi morar em uma pensão. Depois se mudou para o Rio de Janeiro, a fim de ajudar uma irmã convalescente de uma complicação no parto. Lá trabalhou com o cunhado, que fazia próteses dentárias. Paulista casou-se no Rio de Janeiro e mudou-se com a esposa para Belo Horizonte, pois ele e a esposa eram jovens e não tinham perspectiva de trabalho ou de “melhorar de vida” no Rio de Janeiro. Em Belo Horizonte trabalhou como auxiliar em uma empresa de transportes. Com o adoecimento da esposa, portadora do vírus HIV, Paulista retornou, com a família, para o Rio de Janeiro. Após o falecimento da esposa e da sogra, ele foi em busca de sua família em São Paulo, com quem deixou suas duas filhas, para voltar para Belo Horizonte como morador de rua.

Assim como João, Paulista não é considerado pela rede de atendimento à população de rua e, especialmente, pelos próprios moradores de rua, como um trabalhador migrante – dado que sua permanência nas cidades não depende da existência real ou provável de um vínculo empregatício, ainda que essa possibilidade lhe motive a migração. Assim como João, Paulista poderia retornar para a casa da família – onde deixou suas filhas. Mas, como João, é nas redes de

assistência à população de rua e nas estratégias construídas entre os moradores de rua que Paulista busca os meios para a sua sobrevivência.

Embora em seu discurso a lembrança de viver em Belo Horizonte esteja associada ao trabalho, o trabalho a que Paulista se refere é um trabalho comumente realizado por moradores de rua: Paulista foi “chapa de caminhoneiro”, ou seja, aquele que auxilia os caminhoneiros a colocar e retirar a carga das carrocerias dos caminhões. Paulista trabalhou também na construção civil, trabalho a que teve acesso graças a contatos com agentes ligados à filantropia e à assistência social. Sua trajetória indica que Paulista foi morador de rua já em sua primeira vinda para Belo Horizonte, juntamente com a esposa. Ao chegar na cidade, dois meses antes da entrevista, Paulista conhecia todos os equipamentos de atendimento à população de rua de Belo Horizonte e, no momento da entrevista, estava esperando correr o prazo estipulado para que ele deixasse de ser considerado *migrante* (já que estava chegando de São Paulo) e se tornasse oficialmente *morador de rua*. Essa transição garantiria a ele o encaminhamento para refazer gratuitamente seus documentos. Paulista dizia que só lhe faltavam os documentos para que arrumasse um emprego.

O discurso bem articulado, o fato de estar em idade produtiva, a percepção da importância de se acionar a procura de emprego e a necessidade de obter seus documentos com vistas a atender às exigências do mercado fazem de Paulista um migrante até que a rede de assistência para a população de rua descubra seu “passado de rua”. Por outro lado, será justamente a identificação de Paulista como morador de rua que possibilitará que ele seja encaminhado para receber os serviços de que necessita.

A permanência nesse limbo existente entre o migrante e o morador de rua é bastante conveniente. Para os agentes da rede de assistência aos moradores de rua, a aparente proximidade do suposto migrante com o mundo do trabalho facilitaria a ação de impedir esse sujeito de se tornar um morador de rua – o que aumenta o empenho no atendimento às suas demandas. Além disso, ao manifestar o desejo de retornar à sua cidade de origem, o sujeito em questão se apresenta como um

migrante frustrado, o que o torna, perante a Secretaria Municipal de Assistência Social, merecedor de uma passagem de ônibus.¹⁷

É interessante observar a importância histórica adquirida pela categoria “trabalhador” com o sentido de “cidadão”, pessoa digna de respeito, em oposição à de “vagabundo”, “mendigo”, “malandro”, “maloqueiro”, “trecheiro” etc. Se é verdade, como afirma Foucault (1999b), que o trabalho adquiriu, desde a Idade Clássica, o caráter de um imperativo moral, podemos dizer que esse imperativo moral que divide os pobres entre “o pobre trabalhador” e o “pobre que não é bom para o trabalho” se reflete duplamente nas políticas referentes aos moradores de rua, trecheiros e migrantes. De um lado, são valorizados os migrantes e trabalhadores itinerantes, por serem trabalhadores em busca de trabalho, e desvalorizados os que são reconhecidos como trecheiros. De outro lado, os movimentos sociais referentes à população de rua ou aqueles que falam em defesa dessa população insistem em reforçar a sua condição de trabalhadores desempregados ou informais; afinal eles catam o lixo, contribuindo para a melhoria do meio ambiente, limpam carros ou, simplesmente, são trabalhadores desempregados e não qualificados que o Estado tem a obrigação de qualificar e integrar ou reintegrar ao mercado de trabalho. Luíza Erundina, por exemplo, na condição de prefeita de São Paulo afirmou que:

“Hoje os moradores de rua não são apenas mendigos que vivem de esmolas. São também trabalhadores. Alguns sem emprego, outros até com carteira assinada, mas com salário tão baixo que não dá nem para pagar o aluguel de um barraco numa favela ou num cômodo de cortiço. São homens, mulheres, crianças, famílias inteiras, que vivem pelas avenidas, pelas praças e pelos viadutos da cidade”. (Erundina, 1995, p.12)

Lourenço e Oliveira (1995), ao tratarem da população de rua de Bauru, Pereira de Jesus e Sande (1995), ao tratarem da população de rua de Salvador, Mello (1995), tratar da população de rua de Fortaleza, além de muitos outros, também insistem em reforçar a condição de trabalhadores desempregados dessa população. O próprio termo “população de rua”, segundo Neves (1995), foi cunhado com o objetivo de

¹⁷ É comum em muitas cidades que os migrantes recebam passagens de ônibus para suas cidades de origem para reduzir ou evitar que se forme uma população de rua local. Em Belo Horizonte as passagens só são entregues caso o migrante ou o morador de rua convença a Secretaria de Assistência Social do seu desejo de retornar à terra natal, para evitar que a prefeitura seja “explorada” pelos “trecheiros” – pessoas que vivem se mudando de uma cidade para outra – ou mesmo seja acusada de deportar os moradores de rua, transferindo o problema para outras cidades.

contrapor-se ao termo mendigo – estigmatizado como aquele que vive da mendicância e que, portanto, não trabalha.

b) *Migrantes X Moradores de Rua*

O migrante tem um ponto de referência ao qual ele pode retornar (a não ser em casos excepcionais, como quando a migração se deve a uma catástrofe pessoal, social ou natural). Além disso, a própria definição de migrante dada pelos agentes do poder público e muitas vezes enfatizada pela sociologia e demais disciplinas que se ocupam de estudar os processos migratórios transcende a questão do deslocamento geográfico e estabelece uma relação necessária entre a migração e a procura de trabalho¹⁸: o ponto objetivado pelo migrante não seria apenas um ponto determinado geograficamente, mas também um posto de trabalho. Como é justamente o regresso ao lar e a inserção no mercado de trabalho que tanto o poder público quanto os demais componentes da rede de atendimento à população de rua tencionam, raramente o migrante se integra por muito tempo – mantendo a sua condição de migrante – à população de rua da cidade onde se encontra. Além disso, para o migrante interessa a manutenção da sua reputação de trabalhador, que pode lhe garantir uma passagem de ônibus para outra cidade ou mesmo uma indicação para algum programa de qualificação e inserção no mercado de trabalho. Portanto ele não quer ser confundido com a massa de doentes, loucos, alcoólatras, usuários de drogas etc. que ele enxerga na população de rua. Nem tampouco com os trecheiros, porque isso dificultaria a obtenção de apoio por parte das instituições que atendem tanto moradores de rua quanto migrantes.

Muitas vezes as instituições que atendem migrantes fazem vista grossa em relação aos trecheiros, distribuindo passagens de ônibus indiscriminadamente, por preferirem que eles se retirem da cidade a vê-los dormindo nas praças, pedindo esmolas à população e até mesmo praticando furtos e assaltos na cidade.

A rede de atendimento à população de rua, tanto em Belo Horizonte, quanto em outras cidades do país, se mostra obviamente mais eficiente em seu objetivo de capturar o morador de rua de volta para o universo da casa e do trabalho quando coincide deste desejar de fato integrar-se ao mundo do trabalho, compartilhando da

¹⁸ A esse respeito ver: Bursztyn, 2000; Durham, 1984; Gautie, 1998; Rosa, 1995; Taveira e Almeida, 2002.

crença que esse desejo envolve, ou seja, acreditando na ética do trabalho como sendo a maneira ideal de conduzir a vida. Assim, as pessoas que se encontram em situação de rua em função de migrações frustradas são uma espécie de “morador de rua ideal” (inclusive no sentido de “tipo ideal”, posto que muitas vezes o serviço de atendimento à população de rua é planejado em função de demandas que são próprias dos migrantes e de trabalhadores desempregados em situação de rua e não da população de rua em sua totalidade).

Essa política que pensa o morador de rua como um trabalhador frustrado e, principalmente, como um migrante frustrado, e que resulta na distribuição de passagens de ônibus para aqueles que se apresentam como migrantes, acaba por reforçar um outro tipo de migração – que sempre foi mais conhecido nas áreas rurais do que nas grandes metrópoles – a do “trabalhador itinerante”¹⁹.

c) *Trabalhadores Itinerantes*

Os trabalhadores itinerantes podem ser trabalhadores rurais que se deslocam em função das plantações e colheitas, pessoas que trabalham no comércio ambulante, garimpeiros ou quaisquer outros trabalhadores cuja atividade demanda o deslocamento entre as cidades.

Entre os trabalhadores itinerantes se encontram também pessoas que estão sempre viajando em função do trabalho mas sem se vincular a uma atividade específica: trabalham um período na lavoura, noutro período procuram as praias – onde podem trabalhar como vendedores ambulantes ou em casas noturnas, por exemplo – trabalham eventualmente como chapas de caminhoneiro ou em outras atividades temporárias, ou “bicos”, que lhes apareça.

De modo geral, os trabalhadores itinerantes englobariam tanto o que Deleuze e Guattari chamam de itinerantes ou ambulantes por excelência – pessoas que se deslocam seguindo um fluxo de matéria, como é o caso dos mineradores, por exemplo, ou de mercado, como o fazem os comerciantes – quanto os *transumantes*,

¹⁹ Estou adotando o termo “trabalhador itinerante” por ser o que mais se aproxima do significado literal da ação realizada pelo grupo em questão e por haver um sentido político na manutenção do termo “trabalhador”, que embora possa distorcer o sentido da própria itinerância, é primordial para se entender os parâmetros morais que balizam a ação da rede de atendimento aos migrantes e à população de rua. “Trabalhador itinerante” é o termo adotado pelas pessoas que trabalham no atendimento à população de rua de Belo Horizonte. Porém os trabalhadores itinerantes também são conhecidos com outras denominações como simplesmente “migrantes”, “*modernomades*” (BUARQUE, 2000, p.47), “trabalhadores migrantes” ou somente “itinerantes” (D’INCAO, 1995, p.46-53).

ou seja, pessoas que traçam um circuito, uma rota de circulação, ainda que esta rota possa ser alterada pelas circunstâncias impostas sobre o próprio circuito – muitas vezes alterações que foram desde o princípio previstas pelo transumante, como é o caso da mudança das estações, dos períodos de plantação e de colheita, das férias de verão etc. (DELEUZE;GUATTARI, 2002c, p. 92)

Dentre os diferentes tipos de itinerários realizados por esses trabalhadores, D’Incao destaca a migração dos trabalhadores sazonais – que *“é aquela que se define pela combinação, por parte dos trabalhadores, das oportunidades existentes de trabalho temporário”* (D’INCAO, 1995, p. 50) e a migração circular, que, conforme a autora, *“são movimentos de população decorrentes de planejamentos estatais ou empresariais de utilização dessa mão-de-obra sobrando”* (IDEM). Se, no primeiro caso, o trabalhador define sua trajetória de acordo com as possíveis oportunidades de trabalho e procura pelos empregadores para oferecer os seus serviços, no segundo caso os trabalhadores são previamente recrutados e transportados por agentes de intermediação ou pelos próprios empregadores para a realização do trabalho.

A política de distribuição de passagens pelas prefeituras e pelos governos estaduais – nos estados que possuem políticas de atendimento aos migrantes – beneficia tanto os migrantes que desejam retornar ao ponto de partida quanto os trabalhadores itinerantes, facilitando seu deslocamento em busca de trabalho. Porém, essa política coloca uma questão: como saber se o indivíduo que se apresenta como migrante é, realmente, um migrante? Como saber que aquele migrante é mesmo um trabalhador e não um farsante?

Ocorre que, mesmo atribuindo ao desemprego, ao capitalismo e às condições gerais da economia e da política social brasileiras a causalidade da migração e da população de rua, as pessoas que trabalham diretamente no atendimento à população de rua e à população migrante sabem que nem sempre um viajante é um migrante, ou seja, nem sempre as pessoas se deslocam em busca de trabalho. Como a distribuição de passagens se justifica por evitar transformar um migrante em morador de rua, torna-se necessário separar os migrantes daqueles que se aproveitam da política de distribuição de passagens para outros fins, que não o retorno para casa. Mas, como observa Neves, *“a criatividade de quem tem que sobreviver a partir desses modos de ajuda e sob tais circunstâncias é se justificar*

diante daquilo que lhe é ofertado” (NEVES, 1995, p. 35). Assim, pessoas que contam já terem passado por muitas cidades correm o risco de serem identificadas como “trecheiros” – aqueles que se reterritorializam na ação do deslocamento, no “trecho”, na estrada, analogamente aos moradores de rua (que se reterritorializaram na rua) – e acabam caindo em descrédito.

Enquanto a rede de atendimento tem como objetivo garantir ao migrante frustrado o retorno à sua cidade natal, os migrantes e trabalhadores itinerantes, tanto quanto os trecheiros, têm como objetivo obter uma passagem de ônibus para sair da cidade – não necessariamente para retornar à sua terra natal. Daí a necessidade de ser convincente ao apresentar o discurso do trabalhador desempregado, pois, do contrário, ainda que a pessoa seja oriunda de outra cidade, ela correrá o risco de não ser considerada migrante e não obterá sua passagem.

A condição de “trabalhador itinerante” veio substituir, em certos contextos, a condição de migrante. Ambas as categorias excluem aqueles migrantes provenientes das classes sociais mais elevadas, mas a categoria de “trabalhador itinerante” exclui também o migrante em sua primeira migração, assim como o migrante “bem sucedido” – aquele que sai de sua terra natal rumo a outra cidade, aí encontra trabalho e estabelece residência fixa.

O trabalho itinerante e a reterritorialização no trecho, assim como uma possível reterritorialização na rua, são devires do migrante, o que, muitas vezes, leva a crer que sejam conseqüências diretas do insucesso de processos migratórios. Por exemplo, segundo D’Incao (D’INCAO,1995),

“... é preciso entender o que diferencia um homem de rua de um migrante. Algo muito tênue, mas decisivo. Eu diria que é a capacidade de sonhar. Nas minhas experiências tenho observado que o sonho de encontrar as condições para viver com mais dignidade é o elemento energizador da errância que nutre os processos migratórios em nosso país. Se estou certa, o homem de rua seria o homem que deixou de sonhar. E o estar de passagem nesta ou naquela cidade teria de ser lido por nós de uma outra maneira. Essas pessoas que nos dizem que estão de passagem, e que costumamos caracterizar como migrantes estão nos dizendo que, também ali, nos espaços onde estamos intervindo, não lhes é oferecida uma possibilidade de viver decentemente”. (D’INCAO, 1995, p.30)

Como D’Incao concebe a migração a partir de “processos migratórios”, o migrante ao qual ela se refere não se distingue em qualidade dos “trabalhadores itinerantes”;

entre os migrantes haveria uma diferenciação nos graus de sucesso apenas, até que o “migrante” chegasse, com a perda do sonho, à condição de morador de rua.

D’Incao, como outros autores e a maioria dos agentes que atuam na rede de atendimento à população de rua, trata a errância como consequência da falta de oferta de empregos fixos satisfatórios que atenda a esta população, ou seja, a errância é entendida como uma seqüência de migrações “mal sucedidas”.

Seguindo este princípio, poderíamos dizer que, assim como os “trabalhadores itinerantes” são “migrantes mal sucedidos”, os “trecheiros” seriam “trabalhadores itinerantes fracassados”. Entretanto, os trabalhadores itinerantes, como os migrantes, se deslocam sob um certo controle, determinando seus fluxos conforme os pontos de partida e de chegada, mesmo que estes não sejam nunca alcançados (o que os faz itinerantes). Entre os trecheiros, ao contrário, o objetivo do deslocamento está no próprio ato de se deslocar.

Portanto, dessa perspectiva, o que determinaria o migrante seria a manutenção de sua identidade de trabalhador, uma coincidência entre o seu objeto de desejo e o objeto principal de sua crença: o trabalho. À medida em que esse objeto não é alcançado, suas alternativas são: retornar à sua terra de origem, tornar-se um trabalhador itinerante; ou abdicar do impulso dado pela busca de trabalho, abandonando a crença no trabalho como modo ideal de vida ou o desejo de ser um “trabalhador” – ou ambos –, e vir a ser um morador de rua ou um trecheiro.

Ao fazer coincidir entre os migrantes e trabalhadores itinerantes seu objeto de crença e seu objeto de desejo, a frustração dessa possibilidade “única” de objetivação de crença e desejo faz parecer que o que se perdeu foi o desejo e não seu objeto – “o homem de rua seria aquele homem que deixou de sonhar”. Curiosamente, na perspectiva da autora, não foi a crença que ele perdeu, nem a ética do trabalho como objeto da crença. Visto desta forma, D’Incao só pode ter razão ao considerar que a diferença entre migrantes, trabalhadores itinerantes, trecheiros ou mesmo moradores de rua é uma diferença de ordem quantitativa e que se refere à capacidade de desejar. Também por essa perspectiva, D’Incao tem razão em dizer que o morador de rua é alguém que resulta de um processo de perdas sucessivas. Como o objeto de sua crença não se altera, o que dela resulta, visto que todo desejo que é nela investido se investe em vão, é a perda de tudo.

Mas reduzir o desejo dos migrantes ao desejo de inserção no mercado de trabalho e à busca de uma vida “melhor” (onde “melhor” implica a própria inserção no mercado de trabalho), assim como reduzir o trabalhador itinerante a um migrante fracassado e o trecheiro a um trabalhador itinerante sem sucesso, é retirar desses atores qualquer possibilidade de agência²⁰. Além disso, como afirma Gabriel Tarde, o desejo é a força que impulsiona a mudança e não deve ser confundido com o objeto que se deseja alcançar, ou a mudança objetivada. Nos dizeres do autor,

“L’activité du moi s’exprime par une double réaction contre les impressions du dehors. Loin d’être le fait d’une simple juxtaposition, la liaison des images et des sensations en nous s’accomplit par la vertu d’un double ciment : la croyance et le désir. Par la croyance le moi se distingue et distingue ; par le désir il se modifie et modifie. Or, de même que l’objet de la foi est toujours un caractère différentiel saisi par elle et ajouté à ceux qu’elle a déjà saisis, l’objet du désir, - ou son effet, l’action, - est toujours un changement ; non pas un changement quelconque, mais un changement de plus en plus nouveau, changeant et rénovateur, déterminé par les changements antérieurs ou postérieurs de l’être qui agit et par les changements extérieurs des autres êtres, car il est certain que nos vœux les plus précis comportent une part d’intermination où se montre le besoin qu’ils ont d’être achevés par les vœux d’autrui.” (Tarde, 1895, p. 391-392)²¹

Embora migrantes e trabalhadores itinerantes possam se confundir e se misturar com trecheiros e moradores de rua, a distância entre uns e outros é de natureza qualitativa e não gradual ou quantitativa. A passagem de um a outro não advém, portanto, de um “processo” ou de uma sucessão de perdas, mas implica uma ou várias rupturas. Enquanto os migrantes e os trabalhadores itinerantes se movem por entre pontos que desejam ocupar, os trecheiros e os moradores de rua ocupam os pontos por onde se movem, sua existência transcorre na passagem, ela não se realiza no destino. Enquanto os migrantes e trabalhadores itinerantes se caracterizam por sua mobilidade, os trecheiros e moradores de rua se caracterizam

²⁰ Cabe observar que, mesmo guardadas as devidas proporções, migrantes e trabalhadores itinerantes não são comparados a trabalhadores qualificados que procuram empregos que lhes ofereçam a possibilidade de viajar, como diplomatas, guias turísticos etc., menos ainda aos profissionais qualificados que escolhem um emprego justamente por desejar mudar de cidade. Também não se considera os trecheiros comparáveis a andarilhos, a não ser de uma forma romântica, como quando se fala “povo da rua” para referir-se à população de rua.

²¹ “A atividade do ‘eu’ se exprime por uma dupla reação contra as impressões exteriores. Longe de ser o efeito de uma simples justaposição, a ligação das imagens e das sensações em nós é arrematada em virtude de um duplo amálgama: a crença e o desejo. Através da crença, o ‘eu’ se distingue e distingue; através do desejo, ele se modifica e modifica. Ora, assim como o objeto da fé é sempre um elemento diferencial apreendido por ela e acrescentado aos que ela já apreendeu, o objeto do desejo – ou seu efeito, a ação, - é sempre uma mudança; não uma mudança qualquer, mas uma mudança cada vez mais nova, variante e renovadora, determinada pelas mudanças anteriores ou posteriores do ser que age e pelas mudanças exteriores dos outros seres, pois é certo que nossos desejos mais precisos comportam uma parte de indeterminação onde se mostra a necessidade que eles têm de se completar pelos desejos de outros.” (Tradução nossa)

pelo seu nomadismo, ou seja, por sua reterritorialização na rua, no trecho, enfim, no próprio processo de desterritorialização (DELEUZE;GUATTARI, 2002c, p.53).

Pessoas como João não se consideram e nem são consideradas migrantes sob qualquer ponto de vista. Embora João possa, com um certo esforço, reivindicar essa posição para si a fim de obter uma passagem de retorno à sua terra natal, as demais políticas de atendimento ao migrante não se aplicam a ele.

Também Paulista, a partir do momento em que for revelado o seu passado na rua, encontrará dificuldades em se manter nesse limbo entre o morador de rua e o migrante.

d) *Vivendo no Trecho*

“Aí já fui pro lado de Jundiaí. (...) Aí eu não consegui nada, Jundiaí eu fiquei na rua, tive que pedir pra comer, né ... (...) Aí eu fui indo... São Paulo, fiquei também na rua, (...) fui indo, cheguei ali em Guarulhos, peguei a Dutra e fui embora, pro Rio. E também não consegui nada, nada, nada. Eu dei azar, né? (...) Eu peguei a Fernão Dias e foi quando eu vim pra cá.”

- “Você está aqui desde quando?”

“Dessa vez agora tá com onze dia hoje.” (Márcia, travesti, no trecho há 5 anos)

Márcia conta que começou a sua vida no trecho aos dezoito anos, quando saiu de casa, em Sertãozinho, SP, brigada com o padrasto. Foi procurar emprego em Ribeirão Preto, SP. A partir de Ribeirão Preto, Márcia continuou circulando pelo país sem se fixar, retornando freqüentemente a algumas cidades, dentre elas Belo Horizonte.

Márcia e outros trecheiros geralmente nos contam o início do trecho, a parte em que o deslocamento é resultante de um impulso mais fortemente marcado pelo afastamento da família e pela busca de uma “vida melhor”, pela busca por um melhor lugar para residir, o que implica, nesse primeiro momento, em encontrar um lugar que ofereça boas oportunidades de emprego. Depois suas narrativas se concentram na última parte do trecho até chegar em Belo Horizonte, o que faz parecer que saíram de casa há um mês, quando, por vezes, estão há anos na estrada.

Considerando a forma como constroem suas narrativas, os trecheiros muito se assemelham ao que Empeaire nos conta sobre os trabalhadores do mar:

“... não apreendem um itinerário em seu conjunto, mas de uma maneira fragmentada, justapondo na ordem as diferentes etapas sucessivas, de lugar de acampamento a lugar de acampamento escalonados ao longo da viagem. Para cada uma dessas etapas, avaliam a duração do percurso e as sucessivas mudanças de orientação que o marcam.”
(EMPERAIRE, apud DELEUZE;GUATTARI, 2002c, p. 53)

Assim também são os trecheiros. Eles não têm uma idéia muito clara de todo seu percurso – que às vezes pode ser praticamente toda a sua vida. Os acontecimentos principais de sua vida estão marcados pelo local onde se encontravam naquele momento e não propriamente pela data ou pela idade que tinham quando eles ocorreram.

Trecho é um pedaço, uma parte, uma passagem. Pedaço de estrada, parte de um caminho que leva a algum lugar, passagem entre dois ou mais pontos, o trecho é onde o trecheiro se instala. Viver no trecho é viver num caminho que não se completa, é viver no devir, é ocupar um espaço nômade. Por isso, para o trecheiro, o trecho significa também o próprio movimento, o deslocamento, a errância. Estar no trecho é estar de passagem. Pelo fato de o trecheiro não procurar um ponto que deseja alcançar, sua errância também pode se dar de modo circular; sendo assim, o trecho significa também um percurso recorrentemente ocupado pelo trecheiro. Há os que se deslocam aleatoriamente, sem retomar um mesmo sentido, como há os que vivem no trecho “Brasília – Vitória – Belo Horizonte” ou “Belo Horizonte – São Paulo – Curitiba” etc. Às vezes não fazem diferença entre se deslocar ou permanecer parados, andar por novos lugares ou permanecer em um mesmo circuito. Não é o deslocamento em si que define o trecheiro, mas o fato deste ocupar territórios que se encontram na interseção entre os territórios urbanos e que lhes servem de fronteira e de passagem ou que são áreas no interior das cidades destinadas ao deslocamento e ao transporte de pessoas e coisas e não à fixação de pessoas e coisas.

Como afirmam Deleuze e Guattari,

“É nesse sentido que o nômade não tem pontos, trajetos, nem terra, embora evidentemente ele os tenha. Se o nômade pode ser chamado de o Desterritorializado por excelência, é justamente porque a reterritorialização não se faz depois, como no migrante, nem em outra coisa, como no sedentário (com efeito, a relação do sedentário com a terra está mediatizada por outra coisa, regime de propriedade, aparelho de Estado). Para o nômade, ao contrário, é a desterritorialização que constitui sua relação com a terra, por isso ele se reterritorializa na própria desterritorialização. É a terra que se desterritorializa ela mesma de modo que o nômade aí encontra um território. (...). A terra não se desterritorializa em seu movimento global e relativo, mas em lugares precisos, ali mesmo onde a floresta recua, e onde a estepe e o deserto se propagam”. (Deleuze; Guattari, 2002c, p. 53)

Ou seja, o trecheiro se territorializa onde a terra se desterritorializa, onde ela se faz híbrida, ambígua. Onde a cidade não é mais cidade, é estrada, é fronteira: como postos de gasolina, trevos, rotatórias, guaritas. Ele vive entre mundos possíveis, a cidade que passou e a cidade que virá, sendo também híbrido, ambíguo. Seu território existencial é a estrada, mas também a cidade. Ele pode ser morador de rua, mas pode também ser migrante ou trabalhador itinerante, conforme a situação em que se encontra ou conforme o que for mais conveniente.

É comum que os trecheiros sejam confundidos e se confundam – muitas vezes de modo interessado – com os migrantes e trabalhadores itinerantes. Isso acontece porque trecheiros, migrantes e trabalhadores itinerantes ocupam por algum tempo o mesmo território: a estrada; eles apresentam também as mesmas demandas: alimentação, lugar para dormir, encaminhamento para fazer documentos e todos dizem estar em busca de emprego. Além disso, migrantes e trabalhadores itinerantes podem se tornar trecheiros, assim como trecheiros podem vir a ser migrantes ou trabalhadores itinerantes. A reterritorialização no trecho, como já afirmei anteriormente, é um devir dos que se deslocam em busca de trabalho ou em função deste. Afinal, no momento da migração, o migrante se encontra desterritorializado e o trecho se lhe apresenta como um território possível, o mesmo ocorrendo no caso dos itinerantes e dos transumantes. Por isso é comum que os trecheiros tenham sido, e eventualmente sejam, ajudantes de caminhoneiro, vendedores ambulantes, garimpeiros, trabalhadores rurais, peões de obra etc.

Entre as mulheres, a vida no trecho está, na maioria das vezes, ligada a um companheiro, como é o caso de Mariana, que, embora tenha saído de casa sozinha, vive hoje com um companheiro e, conforme ela mesma diz, sequer pode fazer seus próprios amigos, porque o companheiro não permite que ela converse com ninguém e é muito agressivo. Desse modo ele evita que Mariana estabeleça relações nos lugares por onde passam e procura garantir que ela o acompanhe no trecho.

É o caso também de Marinalva, que era moradora de rua em Belo Horizonte mas pegou o trecho para acompanhar o pai do seu filho. Segundo Magrão*, é muito bom ter uma mulher no trecho, porque além de garantir a lavagem das roupas e o preparo de alimentos quando necessário, o casal passa uma imagem de família que sensibiliza as pessoas a doar roupas e alimentos.

Geralmente, os homens e mulheres saem de casa por haverem entrado em conflito com a família. Mas, no caso das mulheres, dos homossexuais e dos travestis, o conflito normalmente está ligado a questões sexuais, seja por terem um comportamento sexual que não é aceito pela família, seja por sofrerem abuso sexual por parte dos familiares. Assim aconteceu com Márcia, que é travesti e por isso não se dá bem com o padrasto; com Gilda*, que foi expulsa de casa por ser travesti e que alguns anos depois preferiu ser “bicha” para tentar uma reaproximação com a família; e com Janaína* que é mulher e foi expulsa de casa por ser homossexual. Casos de mulheres que saíram de suas casas e até mesmo da cidade onde moravam por estarem grávidas e casos de abuso sexual que levaram homens e mulheres a saírem de casa e da cidade também me foram relatados e são muito freqüentes entre moradores de rua.

Difícilmente as mulheres saem de casa sozinhas – sem a influência dos fatores citados – à procura de emprego. Quando isso acontece, o mais comum é que tenham saído de casa em função de um emprego previamente acordado como empregada doméstica em outra cidade que não a sua, como fez Mariana que saiu de casa para trabalhar em Belo Horizonte e foi para o trecho depois de não ter dado certo no emprego, como ela mesma conta:

“Eu trabalhava aqui em Belo Horizonte, aí a patroa não gostou da roupa que eu passei, falou que ia meter o pé na minha cara aí eu fugi e pedi a polícia, aí a polícia me mandou para a FEBEM, aí na FEBEM ela me colocou no jornal, aí depois me mandou pra minha casa, me mandou eu ir embora de novo, né. Aí agora eu tô de volta, mas aí eu vou e volto sempre.” (Mariana, no trecho há 8 anos)

Embora o caminho para o trecho implique no deslocamento entre as cidades, nem sempre se chega ao trecho a partir da migração (considerando a migração como um deslocamento em busca de trabalho).

Ao contrário do que dão a entender D’Incao (1995), Burstzyn (1999), Araújo (1999) e Durham (1984, 2005) entre outros, além de muitos agentes da rede de atendimento à população de rua, um trecheiro não é um “migrante que deu errado”. Muitas vezes o trecho se apresenta na vida do próprio morador de rua através de um trecheiro que ele conheceu na rua. Foi o caso de Marinalva, que era moradora de rua quando se casou com um trecheiro:

“Tinha, tinha, eu tava com 16, quer dizer, passaram muitos anos depois que eu tinha saído de casa, (...), aí eu tava completando 17 anos, foi quando eu conheci o pai do meu filho na rua mesmo e fui embora pra Brasília. (...). A gente ficou lá uns tempos, na rua também, aí depois a gente pegamos de lá de Brasília e fomos pra Vitória de pé, depois de Vitória gente foi pra São Paulo, depois fomos pro Rio de Janeiro... (...) Ah, a gente ficava assim... procurando lá serviço pra fazer e não achava (...) aí depois a gente tornou a voltar pra Brasília de novo, onde que eu engravidei do primeiro filho. Mas aí também a gente arrumou casa pra morar lá, tudo, ele arrumou um emprego, aí tive dois filhos com ele, né? Agora, pouco tempo agora ele morreu; aí eu fiquei como se diz, sozinha, né?” (Marinalva, na rua há 9 anos, no trecho há 6)

Ou o caso de Bruna, que escolheu “pegar o trecho” tendo o próprio trecho como objetivo:

“Não, foi...minha vida é uma vida longa, entendeu?...você não tem noção. Minha mãe falou que ia viajar, nessa viagem minha mãe me deixou na rua, entendeu, e até hoje tô na rua. E fui pro orfanato, do orfanato fui pra casa de um amigo, saí da casa do amigo, fiquei na rua. É um bolo minha vida. (...) Eu sai do orfanato fui morar na casa de um amigo meu, em Varginha mesmo, na rua Rio de Janeiro. Mas só que de lá, eu não gostei muito do pessoal. O pessoal tava jogando muito na cara, entendeu, eu trabalhava, colocava as coisas na casa. Aí eu fui e saí de lá e de lá eu fui e falei, e sabe de um negócio, eu vou pegar é trecho. Veio assim é na cabeça. Aí veio um amigo meu comigo (...). Meu trecho é assim, a gente pega BR, vai pra São Paulo, vai pro Rio de Janeiro, vai pra Bahia, vai a pé, vai carona, ou então a gente vai na Assistência Social, pega ônibus...” (Bruna, travesti, no trecho há aproximadamente 5 anos)

Muitas vezes os moradores de rua experimentam a vida no trecho como uma tentativa de sair da rua, ou mesmo como uma aventura, uma oportunidade de conhecer outras cidades. Outras vezes são moradores de rua que realizam deslocamentos sazonais. Em Belo Horizonte, por exemplo, há moradores de rua que costumam pegar o trem para as praias do Espírito Santo²² durante o verão; eles aproveitam a praia para trabalhar como vendedores ambulantes, ou mesmo em boates e casas de prostituição, que ficam mais movimentadas durante a temporada de férias, e depois retornam para as ruas de Belo Horizonte.

Os trecheiros se deslocam por caminhos que lhes possibilitem a satisfação, mínima que seja, de suas demandas – lugar para dormir, alimentação e, em alguns casos, transporte. Na maioria das vezes seus deslocamentos se dão como na navegação de cabotagem, em que as naus realizavam pequenos percursos consecutivos próximos à costa, facilitando a orientação e o abastecimento.

Assim, embora os trecheiros possam ter um objetivo distante – por exemplo, sair de Serra Pelada, no Pará, para chegar em Viçosa, Minas Gerais – seus percursos são traçados cidade a cidade. Em cada cidade, pode ser que consigam lugar para dormir, passagem de ônibus ou carona para ir embora e alimentação. Quando os trecheiros fazem percursos que já conheciam anteriormente – ou que foram feitos por outros trecheiros que lhes forneceram informações -, eles já escolhem as cidades de parada conforme a oferta de serviços para migrantes, trecheiros ou moradores de rua que elas apresentam.

Por vezes os trecheiros fazem longos percursos a pé. Marinalva, por exemplo, caminhou com seu companheiro os 1.238 Km que ligam Brasília a Vitória. Para isso certamente contaram com a estrutura do próprio percurso – postos de gasolina, guaritas da polícia rodoviária, albergues ou instituições de caridade nas cidades do trecho.

²² Razão pela qual muitas cidades do caminho que liga Minas Gerais ao Espírito Santo são bastante citadas entre as cidades conhecidas pelos moradores de rua.

Márcia e Mariana relatam os muitos pontos de que seus trechos são compostos:

“Ah, eu lembro... é... Campinas, Brasília, Rio de Janeiro, Barra Mansa, Sete Lagoas, Lafaiete, Ribeirão (...), São Paulo, Varginha, Barretos, Curitiba, Londrina, Ponta Grossa, Umuarama, São Bento, Jacarezinho, Rio Claro, São Carlos, Neves, Araras, (...), Orlândia, Garapava...” (Márcia)

“Daqui pra Recife eu vou falar, daqui pra São Paulo eu não sei falar muito não, pro Rio eu sei, pra Brasília eu sei um pouquinho. É: João Monlevade, Ipatinga, Governador Valadares, Teófilo Ottoni, (...), Jequitinhonha, Almenara, Cássia. Agora lá da Bahia, aí o Salto da Divisa, Teixeira, Nanuque... o Rio eu passei em Lafaiete, Barbacena, Juiz de Fora, aí eu vou falar o que eu tô lembrando: Juiz de Fora, Angra, e o Rio, São Paulo; pra Maceió eu não sei não, agora pra Brasília é: Sete Lagoas, Três Marias, João Pinheiro, Paracatu, Cristalina, Luziania, Brasília.” (Mariana)

Mas nem sempre os trecheiros precisam se deslocar a pé. Em muitas partes dos trechos, eles contam com passagens oferecidas pelas prefeituras ou pedem carona aos caminhoneiros em troca de ajuda para realizar os carregamentos.

Os postos de gasolina encontrados ao longo da estrada e nos trevos que dão entrada para as cidades são pontos nodais desses percursos. Eles são usados como dormitório, fonte de água, ponto de concentração de pessoas com as quais se pode obter alimentos, ajuda financeira, carona e informações sobre a cidade (e as cidades vizinhas) – como a existência ou não de albergues e doações e se a prefeitura oferece passagens de ônibus ou algum outro meio de transporte para que os migrantes saiam da cidade.

Também as casas de prostituição de beira de estrada são importantes para os que se dispõem a se prostituir, como é o caso dos travestis, pois essas casas, além de oferecer trabalho, possibilitando algum ganho financeiro pelo caminho, ainda oferecem comida, bebida, dormitório e banheiro. Eventualmente essas casas são freqüentadas pelos trecheiros, na condição de clientes, caso tenham algum dinheiro para dispor; mas, segundo Nascimento e Justo (2000), aparentemente os trecheiros não dão muita importância às relações sexuais nas suas vidas e as têm predominantemente com mulheres do trecho – que, assim como as mulheres da rua, são muito poucas se comparadas aos homens.

Os trechos geralmente são percorridos por grupos muito reduzidos de pessoas, o mais comum é que os trecheiros andem sozinhos, em casal ou com mais um ou dois

companheiros. Companheiros que ao longo do trecho vão se agrupando, se afastando, alterando as rotas. Como observam Nascimento e Justo (2000) em sua pesquisa sobre os trecheiros, as relações entre eles são marcadas pela independência e pelo individualismo – o que chega a aparecer nas entrevistas realizadas pelos autores tanto sob a forma da exaltação do respeito ao outro, quanto sob a forma de queixa pela desunião existente entre os trecheiros –, embora, como observam os autores, os trecheiros, se reunidos, compartilhem tudo o que têm (NASCIMENTO; JUSTO, 2000).

Nas cidades os trecheiros utilizam os serviços oferecidos para a população de rua, assim como aqueles que são oferecidos aos migrantes, na medida em que for possível ou desejável assumir o lugar de um ou de outro, conformando suas necessidades às políticas de atendimento e às práticas de caridade locais. Demarcam espaços e estabelecem contatos que poderão ser acionados posteriormente, caso a cidade seja um ponto retomado em seus trajetos.

Quando os trecheiros insistem em se fazer passar por migrantes a integração com os demais moradores de rua se complica, porque faz parte do discurso do migrante (e do trecheiro que se faz passar por migrante) acusar os moradores de rua de ladrões e vagabundos, para contrastar com a sua condição de trabalhador honesto e desempregado. Da parte dos moradores de rua, eles se contentam em delatar os supostos migrantes como trecheiros. E pode ser que os trecheiros ou migrantes venham mesmo a ter razões para chamar os moradores de rua de ladrões.

Quando não é interesse do trecheiro se fazer passar por migrante (ou quando isso não é mais possível) ele acaba por se integrar à população de rua local, estabelecendo relações com os moradores de rua, dividindo com eles o espaço de atendimento nas instituições ou mesmo compartilhando malocas, marquises e baixos-viadutos. É nessas circunstâncias que o trecheiro se torna parte do objeto de investigação desta dissertação.

Em Belo Horizonte os trecheiros utilizam com muita frequência os serviços do CRPR e do Albergue Noturno Municipal. Por vezes chegam a morar em malocas, como fez Jasão* que, posteriormente, entrou para a República Reviver e passou num concurso público para auxiliar de almoxarifado. Nesse caso, sua estadia acabou passando de provisória a permanente. Um companheiro que fazia o trecho com ele, ficou por um período na maloca e tinha planos de ir para o interior de São Paulo. É

o caso também de um grupo de travestis que dividiam uma maloca próxima à parte alta do elevado Castelo Branco e que era formado por muitos trecheiros, dentre eles a Márcia.

II.2 MORANDO NAS RUAS

a) *Vivendo em malocas*

Maloca é uma palavra de origem indígena que significa habitação coletiva ou aldeia; a palavra “maloca” tem também o sentido de “casa escondida” ou “esconderijo”. Esse sentido da palavra deu origem ao verbo “malocar”, que é usado, por maloqueiros e não maloqueiros, como significando “esconder”.

Nos centros urbanos, malocas são moradias improvisadas à beira de calçadas, sob viadutos, próximo a barrancos, às vezes até em praças públicas – como foi o caso da Praça da Estação. Nelas são reproduzidas, de forma aproximada, as distribuições de cômodos que são comuns às casas – quartos, sala, cozinha, banheiro. Essa reprodução será melhor ou pior sucedida conforme as condições oferecidas para a construção da maloca e conforme o nível de organização dos maloqueiros – como são chamados os habitantes das malocas. Pode ser chamada de maloca uma única casa improvisada junto a uma via pública ou aproveitando um muro, uma parte de terreno baldio etc. Mas pode ser também que por maloca os moradores de rua queiram dizer um aglomerado de malocas, o que é o mais comum.

Os moradores das malocas, ou maloqueiros, são, em grande parte, aqueles moradores de rua mais gregários, que vivem em grupos familiares ou em grupos formados por companheiros da rua – que muitas vezes constituem o que chamam de “família de rua” – “mãe de rua”, “pai de rua”, “irmãos de rua” – e que procuram ocupar locais que ofereçam maior privacidade e onde seja possível acomodar a todos, como áreas sob os viadutos e grandes marquises ou casas improvisadas, as malocas, ou construções abandonadas. Esses moradores de rua se denominam e são conhecidos entre os moradores de rua e os técnicos que trabalham com essa população como maloqueiros.

O termo “maloqueiro” traz consigo diversos significados que variam conforme quem o utiliza e a situação em que é utilizado. Em seu sentido positivo ele significa, para

maloqueiros e não maloqueiros, a pessoa que habita as malocas. O termo “maloqueiro” usado pejorativamente pelos moradores das malocas pode significar: o morador da maloca que não divide as tarefas domésticas, o companheiro que não compartilha comida, bebida, cigarro ou algum bem com os demais, aquele em quem não se deve confiar. Entre os não maloqueiros, moradores de rua ou não, o termo maloqueiro freqüentemente está associado aos de maconheiro, de malandro, bêbado ou vagabundo.

Durante o tempo em que trabalhei com os moradores de rua, convivi de perto com alguns maloqueiros que participavam da oficina de teatro ou que tinham mais envolvimento com as atividades que aconteciam no CRPR. Os primeiros maloqueiros com quem tive contato eram moradores de rua que, além de grandes e fortes, eram tidos como pessoas de elevado *status* entre seus companheiros. Eles invadiram algumas malocas que foram montadas na Praça da Estação. Agrediram e expulsaram seus construtores. À época, a privatização daquele espaço público estava de tal modo avançada que havia moradores de rua que vendiam malocas e até mesmo o “terreno” para que elas fossem construídas na Praça da Estação. Tratava-se de um grupo muito coeso de moradores de rua. Muitos desses jovens eram amigos desde a adolescência, quando começaram suas vidas na rua.

Quando foram retiradas as malocas da Praça da Estação, alguns de seus moradores foram para os prédios invadidos do Santa Efigênia – na Avenida dos Andradas. Muitos dos moradores desses prédios, assim como de outras construções ocupadas – casas antigas e abandonadas do centro da cidade e obras inacabadas – continuam a se considerar população de rua. Isso se deve tanto a um engajamento político, pois muitas vezes é a Pastoral de Rua de Belo Horizonte que estimula e apóia as invasões – como no caso da “ocupação da ASMARE” entre a linha de trem e a Av. do Contorno –, quanto ao fato de a invasão não vir acompanhada pela inserção no mercado de trabalho. Nesses casos, mesmo morando em casas, os invasores continuam a se portar como moradores de rua, assumindo politicamente a causa dos moradores de rua, acompanhando agentes da Pastoral de Rua em palestras, entrevistas para a televisão, congressos etc. sobre a população de rua e fazendo uso dos recursos que a cidade dispõe para essa população.

Depois desse grupo, acompanhei um outro grupo que morava em uma maloca próximo à Avenida Brasil e à Santa Casa de Misericórdia. Assim como o grupo

anterior, esse também mantinha fortes vínculos interpessoais entre si. A maloca era muito freqüentada por outros moradores de rua, principalmente nos finais de semana. Os membros do grupo eram mais heterogêneos do que os da primeira maloca: uma mulher de aproximadamente 30 anos alcoólatra que tinha uma casa, onde moravam suas duas filhas, na periferia de Belo Horizonte (seus companheiros eventuais também freqüentavam a maloca); um casal, o marido, Baltazar, vindo do interior de São Paulo e a esposa, Frida*, de 27 anos à época, moradora de rua em Belo Horizonte desde os 17 que tinha, pelo menos, três filhos: uma filha que morava com a avó (madrasta da mãe), um filho que morava com o pai, que não era morador de rua, outra filha que morava com um tio; outro casal, ambos trecheiros, vindos do nordeste do Brasil, também costumavam ficar nessa maloca. Parte do primeiro grupo de maloqueiros ao qual me referi também chegou a freqüentar bastante essa maloca, que servia como um ponto de encontro para outros moradores de rua.

Um terceiro grupo de maloqueiros com quem tive contato morava num conjunto de malocas que aproveitava o muro de uma fábrica e o terreno atrás do muro – no morro que faz a encosta ao elevado Castelo Branco. Nessa maloca as relações eram muito tensas. Era comum que moradores de uma maloca furtassem objetos dos moradores de outra maloca. Agressões físicas e verbais, assim como ameaças de morte eram comuns entre eles. Mas as festas também eram muitas, nos finais de semana costumavam fazer churrascos – arrecadavam dinheiro entre si para comprar carvão, carne e bebida. Desses maloqueiros, só tive contato freqüente com uma família – mãe, Josefa*, filha, Isabel*, neta e os companheiros da mãe e da filha, respectivamente. Eles abandonaram a maloca em função da violência sofrida pelo companheiro de Isabel*, que foi esfaqueado até quase a morte por outro morador da maloca. Isabel* se separou desse companheiro, após ter sido agredida por ele na rodoviária. Foi encaminhada, junto com Josefa* e a criança, para um programa de habitação. Até há pouco não havia se adaptado à vida na casa e passava todo o tempo na rua e nos equipamentos de atendimento à população de rua. Há cerca de um ano a criança foi assassinada pelo atual companheiro de Isabel* e, mais recentemente, o filho de 5 meses do casal também foi assassinado por ele. Isabel* foi acusada como cúmplice dos dois assassinatos. Ela e o companheiro estão presos e irão a júri popular.

Houve também uma maloca ocupada exclusivamente por homossexuais masculinos – travestis e, eventualmente, seus companheiros. Esse grupo mantinha também relações muito tensas entre si e se articulava em torno de algumas lideranças, que com o passar do tempo foram abandonando o grupo em função de outros interesses pessoais. Uma peculiaridade dessa maloca é que, além de contar com muitos trecheiros entre seus membros, a maioria deles trabalhava na prostituição e, nos períodos em que havia mais movimento de clientes nas ruas, a maloca praticamente se dissolvia porque os travestis se mudavam para hotéis – onde tinham maior privacidade para realizar seus programas. Esse grupo chegou mesmo a tentar se articular politicamente para atuar em nome dos homossexuais em situação de rua.

Todos esses grupos eram formados por freqüentadores do Centro de Referência da População de Rua, onde os conheci, e a maioria de seus membros era freqüentadora assídua de instituições públicas e filantrópicas de atendimento à população de rua, o que não é tão comum entre os maloqueiros. Em geral, os maloqueiros, por viverem em espaços mais estruturados e construídos em lugares mais distantes do centro da cidade, não fazem muito uso dessas instituições. No entanto, muitos desses maloqueiros com quem tive contato chegaram a integrar programas municipais de habitação e/ou de reinserção social pelo trabalho e apresentaram grandes dificuldades de se manter longe da vida na rua. Estavam sempre retornando às instituições de atendimento à população de rua, às malocas e a outros lugares onde a população de rua se encontrava reunida, como o Parque Municipal, os galpões de triagem de lixo, as áreas próximas ao Ribeirão Arrudas etc. em busca de seus colegas de rua ou mesmo das pessoas que trabalham na rede de atendimento à população de rua. Muitos voltaram para a rua.

b) *Os caídos*

Os baixo-viadutos e as marquises das áreas centrais da cidade são ocupados principalmente por aqueles moradores de rua que se encontram mais degradados pelo álcool e por doenças como a Aids e a tuberculose.

São moradores de rua que, em sua maioria, andam sozinhos ou em grupos muito reduzidos – às vezes são casais, às vezes grupos de dois ou três companheiros. Os que andam sozinhos recebem dos técnicos dos equipamentos públicos essa mesma denominação – “sozinhos” – e, segundo depoimento desses técnicos, eles se

caracterizam por serem, majoritariamente, portadores de distúrbios mentais. É curioso observar que, ainda conforme o depoimento dos técnicos que atendem à população de rua, não se sabe a razão, mas a situação de rua funciona como estabilizadora dos surtos psicóticos desses indivíduos.

Há “caídos” que são eremitas, mas há também os que mantêm alguns laços afetivos e sociais, sob os viadutos e até mesmo em malocas mais estruturadas. A “queda” não é uma exclusividade dos moradores de rua e nem está ligada ao isolamento desse(a) morador(a). Pelo contrário, o isolamento vem após a queda. Aliás, considerando que os fatores que levam à queda – o alcoolismo, a loucura, a depressão – não estão em relação direta com a miséria, ela pode ocorrer inclusive a membros das famílias mais abastadas e bem estruturadas da população sedentária. No entanto, a miséria contribui fortemente para a fatalidade de suas conseqüências. A queda é um dos maiores temores dos moradores de rua, como afirma Alba Zaluar:

“Considerados e considerando-se como no estágio final da degradação humana, os que vivem na rua são tomados pelo medo de terminar como um dejetos na sarjeta, símbolo da queda e do fracasso, com os sinais da degeneração mais visíveis e facilmente reconhecidos por todos: a doença física, a sujeira, a loucura, o alcoolismo, o isolamento, a falta de laços sociais duradouros”. (ZALUAR, 1995, p. 55-56)

Os caídos acabam por reduzir seu território ao seu próprio corpo, àquilo que um corpo pode produzir – sons, imagens, dejetos e odores – a uns poucos acessórios, como garrafas de plástico, sacolas, roupas velhas, jornais, cobertores, pedaços de colchão e a alguns percursos recorrentes. BURSZTYN (2000) irá classificá-los como “*Sem-lixo e sem-teto errantes*”:

“... estes moradores de rua também não ascenderam à condição de catadores de lixo. A maior diferença funcional é seu caráter errante. Vagam pela cidade, movidos por decisões que parecem não obedecer a critérios muito previsíveis. São mendigos, pessoas socialmente desvinculadas, com os laços familiares rompidos, às vezes com distúrbios mentais. Vivem da caridade pública e são ajudados, episodicamente, pela ação de grupos religiosos. Nesse sentido, mesmo na condição de errantes, conhecem os locais onde podem obter algum auxílio: a distribuição de sopa pelos católicos, os agasalhos das associações de senhoras caridosas, os mantimentos dos espíritas”. (BURSZTYN, 2000, p. 242)

Os caídos, por encontrarem na mendicância seu principal recurso de sobrevivência, são aqueles moradores de rua conhecidos pelos não moradores de rua como

mendigos. Numa comparação rasteira entre as categorias de mendigo e de maloqueiro, podemos observar as diferenças entre o tratamento que o morador de rua recebe das demais camadas da população: de um lado o mendigo é o pobre sofredor, o chamado “sofredor” de rua, de quem se deve ter piedade e com quem se deve ser caridoso. Se despertam um certo medo, é menos pelo mal que eles podem causar e mais pelo terror de sua imagem. De outro o maloqueiro, associado à figura do malandro, bêbado e preguiçoso, que, dizem, “tem mais é que apanhar” e “seu lugar é na cadeia”, por isso recebem baldes d’água para desocupar a calçada.

Na perspectiva do morador de rua, ser chamado de mendigo pode ser tão ofensivo quanto ser chamado de maloqueiro. Se, por um lado, eles preferem não ser identificados com a “malandragem”, por outro eles não querem ser considerados bêbados ou inválidos. Mas nada os impede de, em certas circunstâncias, se esforçarem para se identificar com um e com outro, seja exaltando suas habilidades de malandros, seja aparecendo como mendigos merecedores de caridade.

A queda se apresenta como um devir temido pelos moradores de rua e, assim como a queda pode ocorrer a qualquer um deles, o caído pode estar no trecho ou na maloca. A passagem de maloqueiro para trecheiro, de trecheiro para maloqueiro etc. se dá com bastante freqüência. Assim, o maloqueiro é maloqueiro enquanto vive na maloca e o trecheiro é trecheiro enquanto está no trecho, como veremos mais adiante e, nas ruas eles se misturam, tornando-se colegas, “irmãos” ou inimigos.

As trajetórias de vida de trecheiros, maloqueiros e caídos também podem ser muito semelhantes, mesmo que se encontrem em posições diferentes num dado momento. Isto se deve tanto à freqüente transição de um território existencial para outro, quanto ao fato de que algumas condições que a rua apresenta, como base para a construção de um território existencial, tais como a dificuldade de acumulação de objetos, vinculações afetivos e lembranças e a necessidade de improvisar objetos, vinculações afetivos e lembranças atingem a todos os seus moradores, ainda que em graus diferentes.

II.3 ENTRE SI

a) *Amigos, parentes...*

Difícilmente o morador de rua estará com seus amigos de infância ou sua família – pais e irmãos – na rua. Portanto, o morador de rua tem uma certa liberdade para criar a si mesmo em grande parte das suas interações sociais sem que por isso lhe cobrem coerência ou continuidade em sua conduta. Trocam de nome, adotam apelidos, perdem os documentos que os identificam, fazem novos documentos, novas identidades, recebem novos apelidos, mudam de cidade, perdem os amigos, fazem novos amigos, mudam de maloca, vão dormir na rua, procuram o albergue, decidem sair da rua, saem da rua, voltam para a rua, saem da rua e desaparecem. Foi o que aconteceu com os companheiros do Zé:

“Ah, a minha amizade boa tem o Peixe, o pessoal da antiga, né, tinha o Bicudo*, que já tá vivendo a vida dele, com a família dele; tinha o Bulldog*, que foi embora, entendeu, que era muito meu amigo também e... um outro... do coração, o Brown*. que eu gosto muito do Brown*, que é da minha época, que a gente era na época da FEBEM, que é de moleque. E... tem muitos aqui... muito aqui também no Centro de Referência só que são muito poucos aqui convivência, não é convivência da rua que cada um tem o seu destino de viver, assim, cada um vai pro seu lado, né. Mas tem muitos que a gente já convive juntos, né.” (Zé)*

Zé nos fala de dois tipos de convivência na rua, um marcado pela união, pelo companheirismo e pela cumplicidade de um grupo de amigos, “o pessoal das antiga”, e outro marcado pelo individualismo, a “convivência da rua que cada um tem o seu destino de viver”, “cada um vai pro seu lado”. Mas, na própria fala de Zé, podemos perceber que cada um dos que constituíam “o pessoal das antiga” teve seu “destino de viver” e a maioria deles não se encontra mais na rua. No momento da entrevista Zé se sentia muito solitário, poucos amigos lhe restaram na rua, estava procurando tratamento para depressão, sua companheira se encontrava na cadeia e ele estava tentando reaver sua filha no conselho tutelar.

Pode ser que seja tudo mentira, ou quase tudo. Pode ser que Zé não estivesse tentando reaver a filha, como pode ser que não estivesse deprimido nem se sentido sozinho. Ele podia nunca ter tido amigos na rua. Mas conheci Zé junto com “o pessoal das antiga”. Conheci também sua companheira. Sei que quase todo mundo

saiu da rua e sei que ela foi presa. Sei que eles têm uma filha. Mas é visível que Zé está cansado da rua e quer sair da rua – como seus antigos companheiros – e que está interessado em participar do programa de Bolsa Aluguel, que é um programa da Prefeitura de Belo Horizonte que oferece auxílio para o pagamento de aluguel para famílias que se encontram em situação de rua. Para que Zé tenha acesso a esse programa é necessário que ele seja parte de uma família, para isso ele precisa obter a guarda da filha. Portanto, Zé tem todos os motivos para me fazer parecer ainda mais dramática sua situação na esperança de que eu possa ajudá-lo.

Por estarem a maior parte do tempo afastados de pessoas que os conhecem desde a infância e por não conviverem com as pessoas por muito tempo, é comum que os moradores de rua tenham a possibilidade de poder mentir sem ninguém para desmentir. Muitas vezes mentem para obter favores, provocar piedade, simpatia, medo etc. Outras vezes a mentira, como dizia Mário Quintana, “é apenas uma verdade que se esqueceu de acontecer”. Por isso, os que convivem com os moradores de rua por algum tempo têm a sensação de que eles estão sempre mentindo. O uso freqüente da mentira como estratégia reforça os laços de desconfiança estabelecidos na rua – entre os moradores de rua e entre moradores de rua e não moradores de rua.

Dizem os moradores de rua que na rua você só pode confiar desconfiando. A fugacidade das relações as torna tanto mais superficiais, desconfiadas, quanto mais intensas e profundas. Por isso, ao ser perguntado se tinha muitos amigos na rua, Tequinho me respondeu:

“Amigo não. Eu tenho colega. Amigo ninguém tem. Eu tenho só colegas. Muitos. (...) É... mais ou menos... Tem uns mais ou menos, tem uns que é sangue bom.” (Tequinho)

E ao se descrever, Tequinho diz:

“...sou alegre e confio muito nos outros né, porque eu não confio não é no papo dele não, confio tipo assim, eu quero ser colega de todo mundo, não é ser inimigo. Esse que é o meu problema, eu não posso confiar em ninguém.” (Tequinho)

Os colegas também aparecem na fala de Paulista:

“Amigos é difícil, amigos pra mim só Deus. Mentira. Eu tenho alguns colegas. Alguns colegas... uns de “oi” só, outros que já compartilham mais, já bate um papo... tenho, tenho... (...) tenho um amigo que a gente, vira e mexe a gente tá andando junto. Só quando um tem que fazer uma coisa o outro tem que fazer outra coisa... Os demais e não procuro me enturmar, os demais é só “oi” mesmo, “oi, tudo bom, tá beleza” e tal... (Paulista)

Em sua fala, Tequinho distingue “confiar”, no sentido de ser atencioso, “dar papo”, conversar, de confiar no sentido de acreditar, “confiar no papo”. Na rua, Tequinho considera importante ser colega de todo mundo, não ter inimigos, mas, ao mesmo tempo, deixa claro que não se deve acreditar no que dizem os outros, como também não se deve fiar na lealdade alheia. Marinalva ressalta o fato de “pegar amizade” com todo mundo e de não ser inimiga de ninguém, embora não saiba se tem algum inimigo não declarado... segundo ela, *“hoje em dia você sabe que você não pode confiar nem na roupa que você veste”*. Embora Paulista diga que não procura se enturmar com outros moradores de rua, assim como Tequinho ele mantém uma política de boa vizinhança: de dizer “oi” para os demais colegas, por exemplo.

Na rua, ao mesmo tempo em que poucos são amigos, todo mundo é colega e todo amigo é irmão. Não se trata exatamente de irmãos de fé ou de irmãos na dor – embora essa interpretação seja tão comum quanto estratégica para os moradores de rua, por seu apelo cristão –, mas de uma recriação de laços familiares, existe os “irmãos de rua”, como existem o “pai” e a “mãe de rua”, mais comuns entre as crianças e adolescentes de rua. Também os casais não se consideram namorados, mas casados.

A “família de rua” é antes uma conveniência ou uma constatação de afeto e lealdade já existente entre as partes do que um pacto de lealdade, um comprometimento a longo prazo em ser leal ou em amar o outro. O irmão de hoje pode ser o inimigo de amanhã. Nesse sentido a “família de rua” dos moradores adultos de rua difere da recriação da família entre crianças e adolescentes de rua, já que os “pais de rua” exercem autoridade sobre seus “filhos”, oferecendo proteção em troca de serviços como vender mercadorias nos sinais, esmolar etc.

Alguns moradores de rua dizem ter muitos amigos ou que são amigos de todo mundo. De um modo geral, os moradores de rua conhecem bem a importância da

política da boa vizinhança diante da hostilidade da rua. Sabem também que quem é amigo de todo mundo não é amigo de ninguém. Por isso, a amizade na rua corresponde em grande parte ao que Tequinho chamou de “coleguismo” em sua entrevista. “Colega” denota sempre a relação, diz de uma relação condicionada a uma situação, a um contexto – colega de classe, colega de trabalho, colega de rua. Assim, o colega na rua é aquele que te acompanha ou que conversa com você naquele momento, naquela situação e é também um morador de rua. Márcia, por exemplo, embora não faça distinção entre “amigo” e “colega”, identifica seus amigos pelos lugares onde ela se relaciona com eles:

“Tipo assim, eu tenho uns amigos meus, cada um num lugar pra ficar, uns que faz fuxico aqui na quinta-feira, outro puxa carrinho de papelão, nem sempre tá junto, né, mas a turma que encontra, bate papo, assim. A gente encontra muito lá na Tia Branca...” (Márcia)

Um colega pode ser simplesmente alguém que você sabe que existe, com quem você se encontra com alguma frequência nos ambientes por onde circula e que nunca fez nada contra você – como os colegas de Paulista a quem ele somente diz “oi”. Pode ser também um companheiro muito próximo – certamente Tequinho tem companheiros assim – e, nesse caso, ao distinguir o colega do amigo Tequinho reforça o caráter efêmero da relação. Se esse colega sair da rua, o que acontece com frequência, deixará de ser colega de Tequinho. Como os conflitos também são frequentes, assim como as mudanças de cidade e as mortes, as amizades costumam durar pouco. Nesse sentido, os colegas são uma espécie de amigos temporários, condicionados à permanência na rua e na cidade, assim como à manutenção da política de boa vizinhança.

Diferentemente dos “amigos” que seriam aqueles por quem se tem um sentimento recíproco e duradouro de amizade, que transcende a necessidade de muitos contatos que atualizem a relação, os “colegas” são, como afirma Goffman, aqueles que *“partilham um mesmo destino”* (GOFFMAN, 1999, p.149). Assim, enquanto a amizade é um sentimento que os amigos guardam consigo, o coleguismo é sobretudo um reconhecimento dos que compartilham condições de vida semelhantes.

A inimizade obedece à mesma lógica da amizade. Aliás, é geralmente entre os amigos e a “família da rua” que se faz inimigos, como diz Aldebaran: *“na rua é o tipo*

da coisa que... é escola da vida, se você fizer muitos amigos você ganha também muitos inimigos. Então se você fizer poucos amigos, você vai ganhar poucos inimigos”.

Embora os conflitos entre os moradores de rua sejam freqüentes, quando alguém é considerado um inimigo, isso significa que se trata de uma antipatia duradoura e pode indicar que alguma coisa muito grave já aconteceu ou virá a acontecer a todo momento entre as partes. Como podemos ver na fala de Isaura:

“Bom, eu não posso dizer que eu tenho inimigos não, porque posso até contar no dedo. Se eu tiver uns três ou quatro é muito. Só essa mulher aí que cortou meu pescoço, um outro rapaz aí que matou meu ex-cunhado. Mas ele é porque eu fui testemunha do crime lá que eu tava na hora, né, aí ele não gosta de mim, me odeia, azar é dele pra lá. E um outro rapaz ali que um dia brigou comigo. Só, só três só. O resto tudo combina comigo, graças a Deus.” (Isaura)

Os moradores de rua procuram manter uma boa relação uns com os outros, até por desconfiarem muito uns dos outros. No entanto, isso não impede que muitos dos moradores de rua se mantenham isolados dos demais, se deslocando sozinhos ou dormindo sozinhos nas ruas. Não impede também que vivam juntos em malocas ou que, mesmo aqueles que não dormem em malocas, passem o tempo todo juntos. Especialmente entre os mais jovens, principalmente aqueles que estão a menos tempo na rua, como afirma Ferreira (1995), é comum que se agreguem em pequenos grupos; com o tempo, eles se tornam “irmãos de rua” ou se segmentam em grupos maiores dentro dos quais, eventualmente, alguns moradores de rua se destacam como lideranças.

Entre os moradores de rua, os líderes não são tão líderes assim – as pessoas não se identificam por exemplo como sendo “da turma do fulano” ou como “gente do beltrano” – e o exercício da liderança não é, necessariamente, delimitado por um território. De fato, não conheci nenhum morador de rua que fosse “o dono do pedaço”, embora acredite que isso possa e até deva acontecer. O que caracterizava esses líderes que conheci era, de um lado, a sua capacidade de mediação entre população de rua e rede de atendimento e, por outro, a capacidade de proteger, pela força ou por argumentos, os seus aliados.

Um exemplo de liderança entre os moradores de rua com os quais convivi foi o Brown*. Durante um bom tempo (até que ele começasse a perder prestígio dentro da

rede de atendimento à população de rua), Brown* tinha acesso privilegiado, por sua simpatia e sua capacidade de articulação, aos principais componentes da rede de atendimento da população de rua. Era um sujeito muito carismático e amigo de todo mundo. Sempre que participava de alguma atividade realizada por alguma instituição da rede e sempre que obtinha algo para si, procurava indicar outros companheiros que também deveriam participar de tais atividades (oficinas de artes, passeios, grupos de limpeza e ambientação do espaço, desfiles de carnaval etc.) ou receber tais serviços (participação do processo de seleção para entrar na República Reviver, por exemplo).

Entre os moradores de rua, sua capacidade de persuasão era tamanha que certa vez fez com que um casal interrompesse uma briga no momento mais quente da discussão para que o marido subisse uma escada e entregasse o facão, com o qual pretendia “furar” a esposa, a uma técnica do atendimento do Centro de Referência da População de Rua. O marido fez isso dizendo: *“Guarda isso que o Brown* me mandou te entregar, antes que eu faça uma besteira”*. Após entregar o facão, o marido voltou até onde se encontrava a esposa e continuaram a brigar, como se nada tivesse acontecido.

Para ocupar uma posição de liderança, como vimos, a solidariedade e a generosidade são qualidades fundamentais, assim como a adoção de posições estratégicas – ter bom relacionamento com a rede de apoio à população de rua, intervir e solucionar os conflitos entre os companheiros, guardar segredos, distribuir informações etc. As lideranças da rua são pessoas que gozam de prestígio, mais do que de poder – se entendermos poder como a possibilidade de uso da violência. As qualidades necessárias às lideranças entre os moradores de rua coincidem, nesse sentido, com aquelas isoladas por Robert Lowie e analisadas por Clastres no contexto das sociedades indígenas, a saber: o chefe deve ser um “fazedor de paz”, um mediador de conflitos, deve ser generoso com seus bens e ser também um bom orador (CLASTRES, 2003, p. 47).

No caso de Brown*, não foi somente como “fazedor de paz” que ele se destacou. Ele também se destacou como um “fazedor de guerra” quando participou da invasão das malocas da Praça da Estação, à qual me referi anteriormente, expulsando outros moradores de rua de suas malocas. Às vezes também se envolvia em outros tipos de confusão. Houve uma ocasião em que andou meses sumido porque estava

sendo procurado por traficantes de drogas – provavelmente por tê-los roubado. Numa outra vez roubou os vales-transporte de uma funcionária do CRPR e passou mais uma temporada desaparecido, além de ter se envolvido em brigas com outros moradores de rua.

Ainda assim, Brown* manteve em torno de si um grupo de aproximadamente 10 moradores de rua por mais de um ano (a “turma das antiga” a que se referiu Zé). O que fazia desse grupo um grupo especial é que era composto por jovens, fortes e saudáveis, dispostos a participar de todas as atividades que envolviam a população de rua, desde cursos, oficinas a passeatas, fazendo com que a rede de atendimento à população de rua acreditasse que estavam aptos para ingressar no mercado de trabalho e que realmente desejavam reconstruir suas vidas fora das ruas. A maior parte do grupo era também bem articulada, como Brown*. Por fim o grupo se desfez, poucos (um ou dois somente) deixaram as ruas. Alguns se tornaram referência na formação de outros grupos. Depois de algumas idas e vindas, de se integrar à República Reviver mas não conseguir uma casa, não se fixar num emprego e insistir em ficar na rua, Brown* caiu em descrédito junto à rede de atendimento à população de rua, por não corresponder às expectativas depositadas sobre ele.

Não conheci nenhuma outra liderança entre os moradores de rua que tenha se destacado tanto quanto Brown*, nem tanto pelas suas qualidades particulares, mas por ter conseguido se manter nessa posição por muito tempo. Até hoje ele é lembrado e respeitado por seus companheiros que permanecem na rua. Os outros moradores de rua que exerciam liderança sobre seus companheiros que conheci tinham características semelhantes às de Brown*, principalmente no que concerne ao carisma e à diplomacia. Mas estavam também, no momento em que os conheci – e no momento em que exerceram essa liderança, mais empenhados em deixar as ruas e, por isso, não permaneceram muito tempo entre os moradores de rua, como aconteceu com Frida*, que conseguiu uma bolsa aluguel ou com Jasão* que passou num concurso da prefeitura para auxiliar de almoxarifado.

Brown* e o grupo que se articulava ao seu redor, e que depois de sua saída da rua muitos ainda permaneceram na rua, colocou para os que trabalham junto à população de rua de Belo Horizonte uma questão inusitada: os moradores de rua que melhor se integram às atividades propostas pelas instituições que trabalham junto à população de rua, que buscam participar das atividades oferecidas a eles,

fazer os cursos que lhes são ofertados, os mais ativos e engajados politicamente, e que, por sua vez, gozam de maior prestígio entre os moradores de rua, são também aqueles que apresentam maiores dificuldades em se afastar do universo da rua. Essas pessoas têm tanto sucesso ao fazer da rua seu território existencial que acabam presas a ele.

Capítulo III OS TERRITÓRIOS OU ONDE TUDO SE MISTURA

a) *Identidade e memória*

Dadas as dificuldades impostas pela vida nas ruas à acumulação de bens materiais e dados os níveis de degradação física a que um morador de rua pode chegar, Cénise Vicente afirma que o morador de rua estaria “*perdendo o direito de ter memória*” (VICENTE, 1995). De fato, a vida na rua é uma vida que não se presta à acumulação, inclusive à acumulação das lembranças. Os moradores de rua estão sempre vendendo ou trocando seus pertences e, além disso, são freqüentemente roubados. Mas cabe aqui retomar a questão que Viveiros de Castro (2002) levanta em “O mármore e a murta” sobre o lugar da memória nas sociedades “modernas” e em certas sociedades indígenas do Brasil.

Viveiros transcreve do *Sermão do Espírito Santo* de Antônio Vieira:

“Os que andastes pelo mundo, e entrastes em casas de prazer de príncipes, veríeis naqueles quadros e naquelas ruas dos jardins dois gêneros de estátuas muito diferentes, umas de mármore, outras de murta. A estátua de mármore custa muito a fazer, pela dureza e resistência da matéria; mas, depois de feita uma vez, não é necessário que lhe ponham mais a mão: sempre conserva e sustenta a mesma figura; a estátua de murta é mais fácil de formar, pela facilidade com que se dobram os ramos, mas é necessário andar sempre reformando e trabalhando nela, para que se conserve. Se deixa o jardineiro de assistir, em quatro dias sai um ramo que lhe atravessa os olhos, sai outro que lhe descompõem as orelhas, saem dois que de cinco dedos lhe fazem sete, e o que pouco antes era homem, já é uma confusão verde de murtas.” (VIEIRA, apud VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 183-184)

Essa diferença entre arranjos sociais de tipo mármore e arranjos sociais de tipo murta, Viveiros a atribui a um modo de construção da identidade que tem por princípio “a coincidência consigo mesma”, modo esse associado aos arranjos sociais dos povos colonizadores, e a um outro modo que tem por princípio a alteridade, de um povo que forja sua identidade na relação com *outrem*, não pela sua negação.

Nos dizeres do autor,

“Nossa idéia corrente de cultura projeta uma paisagem antropológica povoada de estátuas de mármore, não de murta: museu clássico antes que jardim barroco. Entendemos que toda sociedade tende a perseverar no seu próprio ser, e que a cultura é a forma reflexiva deste ser; pensamos que é necessário uma pressão violenta, maciça, para que ela se deforme e transforme. Mas, sobretudo, cremos que o ser de uma sociedade é seu perseverar: a memória e a tradição são o mármore identitário de que é feita a cultura. Estimamos, por fim, que, uma vez convertidas em outras que si mesmas, as sociedades que perderam sua tradição não têm volta. Não há retroceder, a forma anterior foi ferida de morte; o máximo que se pode esperar é a emergência de um simulacro inautêntico de memória, onde a ‘etnicidade’ e a má consciência partilham o espaço da cultura extinta.” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002 p.195)

Vemos assim que a manutenção da identidade nos moldes ocidentais exige que se crie formas de atualização da memória, o que se faz, principalmente, pela materialização do passado – por documentos, imagens, objetos etc.

Diferentemente das populações indígenas estudadas por Viveiros, a população de rua não participa de uma sociedade “da murta”, que dispensa essa materialização do passado por fazer das relações de alteridade o fundamento da sua identidade. Pelo contrário, os moradores de rua foram primeiramente socializados na sociedade do mármore, do concreto e do asfalto, e continuam vivendo nesta sociedade. Por isso são cobrados dos moradores de rua documentos que comprovam a sua identidade ou sua existência civil. Como os moradores de rua não conseguem ou costumam manter consigo esses documentos (quando os têm), muitas vezes sua existência não é considerada e esse segmento populacional é excluído da participação política pelo voto, por exemplo.

Mas não é apenas em termos civis ou burocráticos que os moradores de rua são excluídos (por falta de provas materiais da sua existência). Quando falam com qualquer pessoa – moradora de rua ou não – sobre seu passado, sua genealogia e mesmo sobre seu futuro, costumam ter pouco crédito. Isso acontece não apenas pela forte possibilidade de estarem emitindo um discurso interessado, mas também porque faltam evidências materiais – fotos, contratos, documentos etc. – daquilo que

dizem. Na maior parte das vezes, tudo o que os moradores de rua têm é a sua palavra²³, o que carrega em sua memória e em sua imaginação.

Esses dois fatores que conformam a identidade dos indivíduos nos arranjos marmóreos – as “provas materiais” e a história – exigem, por sua vez um certo nível de sedentarismo – como o das pessoas que vivem em casas – ou pelo menos uma vida gregária – como a dos ciganos – que não condiz com a vida nas ruas. A sua história é então o que pode ser inscrito em seus próprios corpos, o envelhecimento, os partos, os abortos, as cicatrizes, as tatuagens, o cabelo, a barba, as doenças; os pertences que conseguem guardar e transportar, e as suas narrativas. Suas identidades podem ser a de morador de rua, trecheiro, maloqueiro, caído, mendigo, malandro, sofredor de rua, bandido, ladrão, irmão de rua, trabalhador, migrante, catador, João, José, Farofa, Xuxa, Cachorrão, Tubarão, Pezão etc. Alguns trocam de nome como quem troca de roupa. Outros só são conhecidos por apelidos. Negam a identidade de caído e maloqueiro, adotam as identidades de migrante e trabalhador, para em seguida se tornar sofredores de rua e doentes e “descolar algum trocado”.

b) *Territorialidade x Identidade*

Como foi dito no capítulo anterior, trecheiros, maloqueiros e caídos se encontram, se misturam, mudam de posição. Há maloqueiros caídos, trecheiros vivendo em malocas, maloqueiros que pegam o trecho, caídos que foram trecheiros, trecheiros que foram caídos, caídos no trecho e toda sorte de combinações possíveis. Nesse sentido, trecheiros, maloqueiros, caídos, mendigos, migrantes ou sozinhos só podem fazer parte de um sistema classificatório ou ser tratados como categorias (nativas e não nativas) referentes à população de rua, se considerarmos cada categoria relacionalmente, como pontos de territorialização existencial (PERLONGHER, 1987 p.151), considerando cada uma dessas categorias como agenciamentos dos moradores de rua.

Devemos, portanto, entender esse sistema classificatório como “uma rede de sinais, por cuja trama transitam os sujeitos, não enquanto identidades individualizadas,

²³ É interessante observar que, nesse ponto, os moradores de rua têm muito em comum com as populações indígenas forçosamente integradas à sociedade brasileira, assim como outros grupos sociais rurais, que pela falta de documentos comprobatórios da posse da terra, assim como de documentos de identidade etc. acabam sendo expulsos de suas terras ou não tendo direitos de participação política ou a certos benefícios proporcionados pelo Estado para a população civil.

definidas, 'conscientes', mas como sujeitos à deriva" (PERLONGHER, 1987 p.151). Deste modo, como afirma Néstor Perlongher a respeito dos michês, "freqüentemente é um mesmo sujeito que vai assumindo e recebendo várias nomenclaturas classificatórias em diferentes momentos do seu deslocamento. Poder-se-ia falar, então, de um deslocamento do sujeito pelas redes do código." (IDEM, p.152) Assim sendo, conclui Perlongher,

"A opção pela territorialidade em detrimento da identidade coloca em cena certa "fragmentação" ou "segmentariedade" do sujeito urbano. Assim, em vez de considerar os sujeitos enquanto unidades totais, ver-se-á, conforme esta perspectiva, que eles estariam fragmentados por diversas segmentariedades." (Perlongher, 1987 p.153;154)

Deleuze e Guattari (2002b) definem um território como a expressão de um domínio sobre um conjunto de elementos presentes em meios que lhe são externos. No território esses elementos são ordenados e investidos de uma função – código – e de uma expressão, que é anterior à função e que é, em última instância, o próprio território. Segundo os autores, os territórios resultam de agenciamentos e comportam em seu domínio infra-agenciamentos, que são agenciamentos de territorialização que segmentam o território, informando a distância que demarca o território de seus agentes²⁴ e intra-agenciamentos, que são os códigos através dos quais os elementos que compõem o território se comunicam, estabelecendo relações entre si²⁵ (IDEM). Deste modo, um território é definido não apenas por seu espaço físico, mas também por seu funcionamento (PERLONGHER, 1994, p. 57; IDEM, 1987, p.152).

É, portanto, nos territórios existenciais dos moradores de rua que podem ser observadas as estratégias adotadas e os recursos disponíveis para sua sobrevivência, assim como suas interações sociais. Os diversos territórios existenciais possíveis dos moradores de rua, eu procurei englobá-los em duas formas gerais: o território que se instaura na *passagem* ou no *trecho* e o território *instalado* na cidade. Um terceiro território existencial também aparece neste capítulo,

²⁴ Deleuze e Guattari observam que "Por toda parte onde a territorialidade aparece, ela instaura uma *distância crítica* intra-específica entre membros de uma mesma espécie; e é em virtude de sua própria defasagem em relação às *diferenças específicas* que ela se torna um meio de diferenciação indireta, oblíqua." (DELEUZE ;GUATTARI, 2002B, p.131)

²⁵ Sobre "infra-agenciamentos" e "intra-agenciamentos" ver Deleuze e Guattari. "1837- Acerca do Ritorno" In: DELEUZE;GUATTARI, 2002b, p.115-170.

uma espécie de circuito percorrido por certos moradores de rua pelas instituições que compõem a rede de atendimento à população de rua.

É no território que existem o trecheiro, o maloqueiro e o caído e é nele que o trecheiro pode vir a ser um caído, um caído pode ser um maloqueiro e a maloqueira pode vir a ser uma madame. A ocupação do baixo-viaduto pode vir a ser uma maloca, com divisões mais precisas, paredes feitas de tapumes, papelão ou amianto e pode ser que ao invés de uma, construam um conjunto de malocas e que os maloqueiros, sem sair de suas malocas, deixem de ser maloqueiros e se tornem favelados. Pode ser que um morador dessa favela passe parte de sua vida como trecheiro.

III.2 NA MALOCA, NA RUA, TUDO AO MESMO TEMPO AGORA E OUTRAS POSSIBILIDADES

a) *Malocas e Instalações*

Na ocupação de seu território, a exemplo do *bricoleur*²⁶, os moradores de rua fazem dos fragmentos descodificados da urbe um outro conjunto de códigos, conteúdos e expressões. Os moradores de rua descodificam e sobrecodificam elementos urbanos a partir de um outro regime de signos e de expressividade, atribuindo novos conteúdos a esses elementos, criando então uma rede de captura e codificação que se expande entre as fendas urbanas.

Os viadutos, por exemplo, são componentes do sistema viário urbano que permitem a passagem de automóveis em dois níveis. A estrutura que garante a sustentação dos viadutos e a rampa que permite aos automóveis transpor o nível da rua apresentam em sua parte inferior a forma de teto e parede – ou de teto inclinado, que é ao mesmo tempo teto e parede – e assume esta função para os moradores de rua que dele se apropriam.

Os postos de gasolina – tão importantes quando se está no “trecho” – podem ser uma sombra, um teto que abriga da chuva, um lugar sossegado para dormir, se não funcionarem durante a noite, e são também fonte de água e álcool. Muros são

²⁶ A respeito do *bricoleur* e das formas de pensamento associadas a esse modo de produção ver LÉVI-STRAUSS, 2002.

encostos, qualquer caixote é banco ou mesa, carretel de fio ou mangueira também é mesa. Deste modo, constatamos que, como afirma Costa Vieira (1995, p.43) “*viver na rua é também viver da rua*”, é compor um território existencial a partir dos elementos que a rua oferece através do próprio uso que se faz desses elementos. É o agenciamento que cria o território.

Para transformar um terreno baldio, um viaduto, uma marquise, um cantinho de praça ou um pedaço qualquer de calçada num território existencial é preciso, portanto, inserir outros elementos que nos informam sobre a ocupação daquele território. Dentro do universo dos moradores de rua, a maioria desses elementos, a começar pelo próprio espaço que será ocupado, é retirada de seu contexto e transformada em uma outra coisa. Começamos pela cama: uma caixa de geladeira dobrada, dois cobertores velhos e um pedaço de espuma podem compor uma cama. Ela também pode ser composta apenas por um desses elementos, ou pode ser reduzida ao espaço ocupado pelo corpo de quem dorme no chão. Um sofá pode ter sido um banco de carro. Um fogão se faz com uma lata grande, de óleo ou de tinta, aberta por cima e com uma “porta” na lateral, podendo ser aberta no fundo ou usada como um braseiro.

Quando esse território é improvisado à beira da calçada ou sob viadutos e marquises, as instalações são bastante precárias, principalmente se situadas nas áreas mais movimentadas da cidade. Isto porque os territórios construídos nesses espaços ficam muito expostos, deixando igualmente expostos seus habitantes, que são constantemente vítimas de violência por parte de outros moradores de rua – por razões pessoais ou por disputas territoriais – e estão sempre sendo retirados pela polícia, por comerciantes da vizinhança e pelos proprietários das construções onde estão instalados. Para evitar que moradores de rua permaneçam numa redondeza, é comum que os comerciantes joguem água nas calçadas no final da tarde ou no início da noite – assinalando, antes deles, seu território.

Enquanto os proprietários e o poder público contam com cimento, tijolos, grades, documentos, leis, força policial e baldes d’água para demarcar e proteger seus territórios, os moradores de rua contam apenas com a distribuição de seus objetos, com a sua presença e seus agenciamentos para marcar a passagem para dentro do território assim como para segmentar esse território. Esses agenciamentos não apenas demarcam territórios nas ruas, mas também segmentam esses territórios em

espaços para dormir, comer, divertir e em cantos separados para cada um de seus habitantes, tornando-os assim territórios existenciais. A segmentação de um território existencial na rua é resultante de uma série de codificações – quarto, sala, cozinha – que, por sua vez, derivam de uma série de agenciamentos realizados em cada uma dessas regiões e implicam na expectativa de que os códigos de conduta de cada uma dessas regiões serão respeitados.

É na própria ocupação do território que são estabelecidas áreas de lazer e confraternização, como a que existe ao lado do Elevado Castelo Branco, onde eles usam a lateral externa do elevador, de um lado da rua, e o muro do galpão de triagem de lixo, do outro lado da rua, como encosto para comer, conversar ou descansar. Às vezes, no passeio que segue da rua Araguari até a Av. do Contorno, podemos ver carretéis de fio de telefone ou mangueira sendo usados como mesas onde os moradores de rua jogam baralho, usando caixotes de frutas como bancos.

Regiões de fundo, onde se pode ter mais privacidade, também são construídas dessa forma. São escolhidos os fundos dos viadutos ou lugares mal iluminados nas ruas ou praças para ser usados como banheiro, lugar para dormir, fazer sexo ou consumir drogas ilícitas. Essas regiões de fundo são especialmente mal cheirosas e evitadas por pedestres.

Modos de vestir, andar, sentar, comer, segurar a bolsa, roubar, beber, fumar, falar também são codificados pelos moradores de rua. Eles indicam quem são os amigos, quem são os colegas, quem são os companheiros, quem é ladrão, quem pode ser roubado, em quem se pode confiar, quem é o *maloqueiro* que abusa da boa vontade dos colegas, quem é o *mané* de quem se pode abusar, quem é o “dono do pedaço”, quem é o bêbado inconveniente, quem é o *cagüete* etc.

O domínio de um território construído sob um viaduto, sob uma marquise ou numa calçada junto a um muro, por exemplo, se expressa no próprio uso que se faz desse espaço como moradia. Os elementos que marcam a passagem para o interior dessa moradia são o mau cheiro, restos de comida, latas grandes que servem para transportar água, guardar mantimentos e, sobretudo como fogareiro, eventualmente podem ser encontrados colchões, cobertores, móveis velhos, estofamento de automóveis, roupas, fezes, urina e marcas de fumaça nas no teto ou nas paredes do viaduto ou no muro e, sobretudo, a presença constante de seus moradores. Esses elementos podem ser suficientes para informar a ocupação territorial, mas não são

suficientes para impedir efetivamente a passagem de transeuntes e a invasão do território. Mas, apesar de sua fragilidade como instrumento de proteção, algumas dessas marcas resistem no território mesmo após a retirada de seus moradores, como acontece com as marcas de fumaça e com o mal cheiro.

Mas a apropriação do viaduto como residência e a codificação de seu território não faz com que ele deixe de pertencer ao espaço urbano. Assim, a ocupação do espaço urbano pela instalação de moradias nos locais de passagem ou pela apropriação do espaço ou pela ocupação de moradias abandonadas por outrem cria uma situação de ambigüidade incômoda e perigosa, tanto para a população de rua, quanto para a população sedentária. Como afirma Martins (1993), a privatização do espaço público potencializa os conflitos entre essas populações, fazendo dos moradores de rua alvo de rejeição social e de repressão policial.

Muitas vezes as instalações entravam o trânsito de pedestres e, às vezes, até mesmo o trânsito de veículos. Isso se passa em certas áreas de Belo Horizonte, como ocorreu com a via lateral paralela ao Elevado Castelo Branco, à qual me referi, que foi fechada pela Prefeitura devido à interdição provocada por carrinhos de recolhimento de material reciclável, além da alta incidência de atropelamentos.

Já na periferia, próximo às saídas da cidade onde o movimento de pedestres é reduzido e há menos pressão para a retirada dos moradores de rua (se comparada à pressão dos comerciantes e consumidores do centro da cidade), acontece de construírem grandes malocas sob os viadutos, que são geralmente ocupadas por famílias. Embaixo do viaduto Silviano Brandão houve uma ocupação quase exclusiva de famílias, onde os moradores de rua chegaram a plantar milho e a criar galinhas. Essa ocupação, que durou muitos anos, foi retirada pela Prefeitura de Belo Horizonte e as famílias foram encaminhadas para um programa habitacional.

A construção de casas improvisadas, ou malocas, não se restringe, no entanto, à periferia da cidade. Elas estão presentes também no centro da cidade. Esse é o caso das malocas sobre as quais falei no segundo capítulo desta dissertação, onde moravam o Brown*, na Praça da Estação, a Isabel* e a Josefa*, na encosta do Elevado Castelo Branco e a Frida*, perto da Santa Casa de Misericórdia. Todas essas malocas foram retiradas pelo poder público.

Na Av. do Contorno, entre as ruas Araguari e Caetés, num terreno que pertenceu à Rede Ferroviária Federal há uma grande ocupação, que hoje pertence à ASMARE,

numa área de, aproximadamente 6000 metros quadrados, sendo uns 400 ao longo da Av. do Contorno. A demarcação da área é feita, por um lado, pela aproximação entre a rede ferroviária e a calçada, onde não há espaço para construir e o resto da área é todo murado: aos fundos ela acompanha o muro da linha do trem, na frente ela acompanha o muro que a separa da calçada e ela acaba num muro, onde o terreno também acaba. Quando eu visitei essa ocupação, entre 2002 e 2003, ela consistia em um conjunto de malocas, embora muitas delas já não fossem usadas como moradia, e sim como depósito para triagem de material reciclável.

Seguindo a calçada, ao longo do muro, o mau cheiro chega a ser insuportável. O muro é todo quebrado próximo ao chão e é usado como banheiro por quem está do lado de dentro. Após urinar ou defecar os moradores das malocas que estão junto ao muro jogam água e a urina e as fezes passam, junto com a água, pelos buracos, para o outro lado da calçada. Algumas partes do muro haviam também sido quebradas para servir como portões para os moradores que estavam mais distantes da entrada principal. Nas vezes em que visitei a ocupação, acompanhada por pessoas do CRPR, essas passagens pelo muro nos pareceram perigosas e nós preferimos usar a entrada principal.

A entrada para a ocupação fica onde a rede ferroviária está próxima à calçada. Havia um portão, do qual avistávamos um corredor com malocas dos dois lados. As malocas tinham tamanhos uniformes, em média 3 metros quadrados. Algumas se emendavam nas paredes das outras e outras, como a de Soraia, tinham até quintal. Ao fundo (bem distante) havia um 'muro' de madeira e uma passagem, a partir de onde só havia lixo para triagem.

A primeira maloca, à esquerda de quem entrasse, era a maloca de Soraia, que me recebeu em todas as minhas visitas, me levou para conhecer a ocupação, me apresentou outros moradores e outras malocas. Dois cooperados da ASMARE tinham feito de suas malocas galpões de triagem e se intitulavam responsáveis pela área da ocupação, já que, segundo diziam, o processo reivindicando o uso capião da área corria no nome deles. Soraia não gostava deles. Eles me receberam muito bem, principalmente sabendo que eu estava ali para fazer uma pesquisa, e trataram logo de fazer bastante propaganda do movimento dos catadores de papel e de dizer que só permitiriam que os moradores de rua, que tinham malocas ali, fossem retirados após obterem casas no programa de bolsa aluguel. Depois (longe deles), Soraia, que era moradora de rua e não trabalhava na ASMARE, disse que era tudo

mentira, porque eles já tinham expulsado um monte de moradores de rua de lá para fazer das malocas galpões de triagem, não para a ASMARE, mas de si próprios e para suas famílias.

Algumas malocas eram usadas para triagem de lixo, outras malocas eram usadas como moradia. Nem todos os moradores da ocupação eram moradores de rua, parte deles era de cooperados da ASMARE, que estavam morando ali temporariamente para garantir a posse do terreno. Os moradores de rua eram aceitos na ocupação para ajudar no processo, mas seriam (como foram) retirados assim que a posse do terreno fosse conquistada na justiça.

Assim, embora do lado de fora as malocas se parecessem muito, por dentro eram bem diferentes, conforme o uso que era feito delas. As malocas usadas para triagem não tinham divisórias internas. Entre as malocas usadas como moradia, as distribuições de quartos e salas em uma maloca variavam muito, dependendo do número de habitantes, do tipo de relação existente entre eles – se eram uma família, um casal, companheiros de rua etc. -, do espaço disponível para a construção da maloca e da criatividade de seus construtores. Os banheiros, quando existiam, eram uma construção à parte, como se fazia em casas antigas e às vezes se usa no meio rural.

Na maloca de Soraia viviam ela, seu marido, seu filho e um cachorro. A maloca é separada das outras por uma cerca de estacas e rede de arame e a passagem era feita por um pequeno portão. Do lado de dentro da cerca havia um pequeno quintal, onde Soraia amarrou um varal de corda para secar roupas e um banheiro – um espaço fechado onde cabia uma pessoa em pé, cujo teto era uma pequena caixa d'água que era o próprio chuveiro. Esse banheiro era usado somente para o banho e a higiene pessoal, para outras finalidades usavam o mato próximo à linha do trem. No quintal havia também vasos com flores, feitos de latas de óleo ou tinta ou de vasilhames de plástico duro. As paredes da casa e do banheiro foram feitas com tapume – tábuas finas de madeira usadas para cercar casas e prédios em obras, assim como o teto. Na entrada da casa, do lado de fora, Soraia colocou um tapete para limpar os pés. A porta da casa dava para a cozinha, onde tinha um armário de ferro próprio para cozinha, uma mesa com uma fruteira cheia de frutas, um isopor com gelo que servia de geladeira e uma estante que funcionava como parede, separando a cozinha do quarto-sala. No quarto-sala havia uma poltrona forrada com uma colcha (onde dormia o cachorro), uma cama de casal, uma estante que era ao

mesmo tempo um guarda-roupas e onde ficava a televisão, e um berço. O piso era totalmente forrado com plásticos grossos e coloridos. A luz elétrica era puxada clandestinamente do poste de iluminação pública.

A outra maloca que visitei nesta ocupação não estava habitada quando estive lá. Era a maloca itinerante de Valquíria, um travesti que construía praticamente uma maloca por semana. Quando se cansava de uma mudava para outra. Nunca consegui chegar a tempo na maloca onde ela estava realmente morando. A maloca que ela construiu na ocupação da ASMARE também era feita de tapume (como, aliás, todas as outras) e, diferente da maloca de Soraia, não tinha quintal, era contígua com as malocas ao lado. O chão não era forrado. Ao abrir a porta víamos um corredor. Dois quartos à direita e um à esquerda. Ao fundo do corredor ficava a cozinha. A maloca estava sem móveis e não foi possível entrar nos quartos, que tinham nas portas os nomes dos seus donos. A maloca tinha o mesmo tamanho que a maloca de Soraia, mas por ser mais dividida, era menos ampla.

As outras malocas que eu entrei eram usadas para a triagem de material reciclado e eram como pequenos galpões, fechadas e sem divisórias. Pelo lado de fora, via algumas malocas que tinham janelas ou cujo teto, ao invés de ser feito com tapumes, era feito com plástico preto ou com amianto. Aldebaran, que morava nessa ocupação, conta que fez seu chuveiro com um latão (e não com a caixa d'água, como fez Soraia), o que permitia que ele tomasse banho quente até o início da noite. Ele morava na maloca com sua esposa e dois filhos, mas achou melhor que a família retornasse para Macapá com medo dos ratos pois, segundo ele,

“... a situação ali na ocupação, tem muito rato. Então eu penso muito nos meus filhos, né, porque prá pegar uma doença, criança pequena é rapidinho... então eu fiz um bico bom, graças a Deus, e mandei ela de volta prá lá. E eu só vou buscar ela quando sair a bolsa aluguel, né, que Deus ajuda que sai.” (Aldebaran)

A maioria dos moradores de rua que permaneceram na ocupação estavam ali a espera de uma bolsa aluguel. Os que não estavam lá com família assim como outros moradores de rua que não conseguiram manter uma boa relação com os cooperados que estavam reivindicando aquela área para construir mais um galpão de triagem foram expulsos, acusados de serem ladrões, traficantes de drogas ou baderneiros que estavam se aproveitando da ocupação para se esconder da polícia.

b) *O agenciamento trecheiro ou o impulso de deslocamento*

No segundo capítulo desta dissertação, situo os trecheiros entre os migrantes e os moradores de rua. Não por considerá-los em um estágio intermediário entre esses segmentos, mas porque eles tanto se deslocam juntamente com a população migrante quanto se incorporam às populações de rua das cidades por onde passam, utilizando-se da rede de assistência aos moradores de rua, assim como dos demais recursos utilizados por estes para viver e sobreviver.

Parte dos trecheiros se fixa temporariamente na cidade e parte deles fazem da cidade um ponto de um circuito relativamente fechado – por exemplo, Vitória – Rio de Janeiro – Belo Horizonte – Brasília. No primeiro caso, o trecheiro se incorpora literalmente à população de rua local, chegando, muitas vezes, a construir uma maloca ou a viver na maloca de amigos. Depois de alguns meses ele vai embora. Mas a cidade passa a fazer parte do seu traslado.

No segundo caso, os trecheiros, por passarem constantemente pelas mesmas cidades, quando chegam em uma delas já conhecem os serviços de dormitório, sabem onde obter comida, a quem recorrer para tirar documentos – sabem a importância de se demonstrar interesse por obter documentos – e, principalmente, conhecem o discurso necessário para obter uma passagem de ônibus.

O que dificulta a vida desses trecheiros que se deslocam em circuitos relativamente fechados é que, devido a sucessivas retomadas de pontos por onde já passaram e devido à homogeneidade de seus discursos, eles vão-se tornando cada vez mais identificáveis na sua condição de trecheiros e suas estratégias vão-se tornando cada vez menos eficazes, pois, como já foi dito anteriormente, o grande trunfo do trecheiro é transitar entre o morador de rua e o migrante, afirmando em certos contextos a sua condição de trabalhador frustrado, como podemos observar na fala da representante da Secretaria Municipal de Bem-Estar Social de Marília, Luiza Haeurs:

Uma política e diretriz da secretaria é, por meio da triagem das pessoas que são recolhidas ou que aparecem na secretaria buscando ajuda, fazer a entrevista e uma ficha. Às vezes notamos que elas estão mentindo. Damos a passagem e, depois de certo tempo, voltam com outro nome, com outro tipo de mentira. (HAEURS, 1995, p. 96)

Se Haeurs demonstra em sua fala a preocupação em distinguir trecheiros de migrantes, ou mentirosos de necessitados, por outro lado ela revela que esta distinção não tem muita razão de ser, visto que as passagens são dadas mesmo àqueles que reconhecem como mentirosos. Isto acontece por que, se por um lado é possível perceber a mentira na fala do suposto trecheiro que se faz passar por migrante, por outro lado não se pode desconsiderar que um trecheiro queira retornar à sua terra natal e buscar um emprego por lá. Além disso, a própria política de deportação de migrantes demonstra que, do ponto de vista do poder público, muitas vezes a distribuição supostamente equivocada de passagem é um mal menor diante da possibilidade de permanência de um trecheiro na cidade.

Talvez seja por isso que podemos observar que, mesmo parecendo serem os mais desterritorializados dentre os moradores de rua por seus constantes deslocamentos entre as cidades, os trecheiros aparecem, tanto nas entrevistas que realizei quanto para os que atendem à população de rua, como os mais “institucionalizados” dos moradores de rua. São os que mais recorrem aos serviços de apoio a esta população e os que melhor articulam o discurso necessário para receber os benefícios do Estado ou da caridade.

Além do mais, os agenciamentos trecheiros, se ocorrem dentro das cidades, serão determinados pelas possibilidades de ação por elas oferecidas. Assim, na descrição de seu cotidiano em Belo Horizonte, todos os trecheiros por mim entrevistados incluíram a frequência ao Albergue Municipal Tia Branca ou ao Abrigo São Paulo, aos pontos de doação, ao Plantão Social da Secretaria de Assistência Social (onde buscam obter documentos e passagem de ônibus) e ao Centro de Referência da População de Rua – onde foram realizadas as entrevistas.

De um lado, o trecheiro só entra num agenciamento “trecheiro” em função do trecho, por isso ele se articula para obter passagens e outros recursos que possibilitem o seu deslocamento. Por outro lado, na medida em que o trecheiro se encontra na cidade, e não no trecho, ele busca recursos que facilitem sua estadia, utilizando, para isso, a rede de assistência aos moradores de rua.

Mas o trecheiro é antes um agenciamento possível dos moradores de rua do que uma parcela dessa população, como também o são as demais categorias pelas quais a população de rua se classifica. Além disso, um agenciamento trecheiro, se entendido como um exercício de deslocamento e desterritorialização constantes – ou

de reterritorialização no caminho, na passagem – não se realiza necessariamente num trecho entre as cidades. É possível que um morador de rua, que não seja um trecheiro, permaneça em constante deslocamento, mesmo sem deixar a cidade. Mas, ainda que um andarilho possa percorrer toda a cidade, dormindo a cada dia no lugar onde estiver ao anoitecer, Escorel (2000) observa que “os moradores de rua tendem a estabelecer um território de circulação” (ESCOREL, 2000, p.150), ou, na expressão usada pelos técnicos que trabalham com a população de rua: um *itinerário de errância*. Isso significa que alguns moradores de rua – conhecidos pelos técnicos como “sozinhos” – se territorializam num bairro ou região ou mesmo num circuito de grande distância, estabelecendo uma rotina diária de ações e deslocamentos. Na região da Pampulha, por exemplo, todos os dias por volta de sete horas da manhã um homem carrega galhos de árvore que apanha na mata da UFMG pela avenida Carlos Luz até uma rotatória do Anel Rodoviário, onde pode ser visto sentado pelo resto da manhã. Assim, vemos que, do mesmo modo como alguns trecheiros estabelecem um trecho específico no qual trafegam, alguns moradores de rua estabelecem um percurso recorrente e até mesmo uma rotina para suas ações.

Black Rey acorda no alto da avenida Afonso Pena, zona sul de Belo Horizonte, anda em direção ao hiper-centro e à Lagoinha procurando latinhas, toma café, joga no bicho, chega na Lagoinha e vende as latinhas sempre no mesmo lugar. Com o dinheiro das latinhas almoça no Restaurante Popular – na Avenida dos Andradas. Após o Almoço vai para o Centro de Referência da População de Rua, na Avenida do Contorno. Às dezoito horas, quando o Centro fecha, ele sai em busca de latinhas em pontos predefinidos. Chega na marquise onde dorme após ter percorrido aproximadamente 15 quilômetros ao longo do dia.

Alguns moradores de rua constroem itinerários mais restritos, que englobam somente uma rua ou avenida e adjacências, ou um quarteirão ou somente alguns metros além do local onde se instalou. Mais que um território de circulação, alguns fazem de seus corpos, além de uns poucos trapos, sacolas e objetos o seu território existencial, sua marca de expressão, como observa a psicóloga social Cenise Vicente sobre a população de rua de Campinas:

“O mau cheiro de quem não toma banho na situação de rua é uma estratégia de sobrevivência, é uma couraça protetora do corpo. (...) o mau cheiro lhes é útil, pois funciona como defesa e como proteção, afastando as pessoas. (...) O corpo é o último território que sobrou para aquela pessoa; ela perdeu, do ponto de vista do tempo, o passado, porque perdeu o direito de ter uma raiz, de ter um lugar no mundo. Ela vai perambular de cidade em cidade ou dentro da mesma cidade por vários locais e vai perdendo essa coisa fundamental, o direito de ter memória, de pertencer a uma comunidade.” (VICENTE,1995,p.25)

Na fala de Vicente (1995) podemos notar, por um lado, os diferentes agenciamentos que assume essa expressividade territorial do corpo, segundo a posição ocupada pelo morador de rua em relação à população sedentária e a desejabilidade do afastamento ou da proximidade: “... o mau cheiro lhes é útil”. O mau cheiro, a sujeira, a exibição pública de tudo o que deveria se realizar em ambiente privado são os obstáculos que esses moradores de rua colocam no caminho daqueles que deles poderiam se aproximar, substituindo cercas e muros.

No seu deslocamento, buscam alimentos através de doações realizadas por restaurantes, se andarem por regiões de comércio ou pela caridade privada que cuida da distribuição de alimentos para a população carente, como igrejas, por exemplo. Muitas vezes reviram o lixo em busca de latas para vender, ou mesmo alimentos e objetos de consumo pessoal. Mas não dependem dessa atividade para viver e não a realizam de forma sistemática. Podem também realizar pequenos serviços em troca de um prato de comida – como acontece nos bairros residenciais, afastados do centro. Nas casas também eles pedem água, comida e roupas usadas, o que não acontece com muita frequência nos edifícios de apartamentos, já que o contato com os moradores é mais controlado. Por isso, embora haja muitos andarilhos pelo centro, os bairros residenciais são uma área privilegiada para a sua circulação. Por vezes, são forçados a se sedentarizar, limitados por seus próprios corpos, e podem ter a sorte de serem incorporados pela vizinhança – quando não são expulsos – e se tornarem os “mendigos” do bairro.

No entanto, muitos desses moradores de rua não fixam um local de dormitório nem mesmo um itinerário de circulação. Tomam banho e lavam roupas, quando o fazem, em equipamentos urbanos que se destinam a isso, assim como em fontes e chafarizes, em riachos na cidade, na lagoa da Pampulha, em postos de gasolina etc. que estejam em seu caminho. Passam a vida perambulando pela cidade. A

construção do território existencial dos andarilhos passa antes pela apropriação dos lugares em que se encontram e dos recursos a que têm acesso do que por uma demarcação espacial (como fazem os maloqueiros).

Havia um morador de rua na Avenida Campos Sales, em frente ao antigo Posto de Atendimento Médico da Avenida Campos Sales (PAM – Campos Sales), cujo território era uma vasta cabeleira, barba, muita sujeira, uns papelões e uns trapos do que talvez tenha sido um colchão, uma sacola de supermercado onde guardava a comida que ganhava, uma garrafa pet, cigarros. Às vezes tinha remédios - porque era atendido num hospital psiquiátrico. Tinha época em que não conversava com ninguém. Havia épocas em que, estando na rua, sequer mendigava. Não saía dali, nem quando chovia – seu território não incluía abrigo contra a chuva. Quando sua saúde piorava muito, dizia a vizinhança que ele era recolhido pela polícia e levado a um asilo, não se sabe onde. Depois ele voltava. Quando voltava, voltava bem e era conversador. Com o tempo ia se tornando recluso novamente. Da última vez que sumiu disseram que havia morrido. Outro morador de rua da região informou que ele foi espancado na rua e não resistiu. Alguns vizinhos disseram que isso era mentira. Na verdade só se sabe que ele foi retirado de lá numa ambulância.

Na marquise do prédio onde moro, na região centro-sul da cidade, havia outro mendigo. Este não ficou na rua por muito tempo. No início ele dizia que era pedreiro e pintor e que não era morador de rua. Mas dormia sob a marquise. Fazia pequenos serviços na vizinhança. Depois passei a vê-lo revirando o lixo e andando pela Avenida Prudente de Moraes. Por fim ficou doente. Num domingo passou muito mal. O porteiro do prédio tentou socorro por telefone nos hospitais e avisou a polícia. Não conseguiu nada. A polícia só chegou para vigiar o corpo, depois que já estava morto.

Os moradores de rua que vivem sozinhos e perambulam pela cidade, assim como alguns trecheiros, estão muito expostos tanto à violência urbana quanto às doenças e a morte é sempre uma possibilidade muito próxima. Além disso, é uma vida que não se presta à acumulação. Pode haver fixação temporária, se a vizinhança permitir, se a região oferecer recursos adequados: uma árvore, uma marquise, acesso à água etc. Nesse caso alguns poucos objetos poderão ser acumulados e, juntamente com outras marcas expressivas, como aquelas do baixo viaduto, circunscrever um território, impor uma distância frágil e agressiva – como pepinos do mar que lançam suas vísceras contra o inimigo -, assinalar um domínio através do

mau cheiro, da sujeira, da imagem desagradável, da distribuição de seus objetos sobre a calçada. Como no caso de Jonas, com seu colchão, seu cobertor e sua insistência em permanecer no mesmo lugar, fizesse sol ou fizesse chuva.

c) O circuito das instituições e das territorialidades

Há um outro tipo de territorialização dos moradores de rua que se dá numa espécie de “circuito de instituições”. Há indivíduos que, estando em situação de rua, nunca dormem ou comem na rua e alguns nem sequer fazem da rua seu principal meio de socialização. Dormem sempre no Albergue ou no Abrigo São Paulo, passam o dia no Centro de Referência da População de Rua e, quando não recebem sua alimentação no Centro de Referência em função de sua participação em oficinas no período da manhã, fazem suas refeições nos pontos de doação.

Certa vez um morador de rua que vivia dessa forma me disse que a rua era como uma grande casa, os quartos ficavam no Albergue, a sala, o banheiro e a área de serviço no Centro de Referência e o refeitório variava, sendo um dia na Bernardete (Fraternidade Espírita Irmão Glaucus), um dia na Comunidade Amigos da Rua, outro dia numa igreja Batista e assim por diante. Costumavam também dizer que tinham uma religião diferente por dia da semana, de acordo com o fornecedor do “rango”, da comida.

Os técnicos que trabalham no atendimento à população de rua, ou os voluntários que trabalham na caridade, também participam dessa representação da casa. Eles são chamados de pais, mães, avós ou tios pelos moradores de rua. Muitas vezes eles também se consideram assim e aceitam ser chamados dessa forma – o que reforça o personalismo no atendimento a essa população, reforçando também a necessidade, por parte dos moradores de rua, de construir discursos convincentes para obterem os serviços, ou favores, que desejam ou necessitam.

Nas instituições que atendem a população de rua, trecheiros, maloqueiros, caídos, todos se misturam. Assim como as malocas podem ser visitadas por trecheiros e caídos, maloqueiros podem passar uma temporada no trecho. Além disso, ao longo de suas vidas, os moradores de rua podem se estabelecer em mais de um território, e esta é uma das razões pelas quais as categorias classificatórias – maloqueiro, trecheiro e caído – não são suficientes para descrever os moradores de rua. Black Rey, por exemplo, passou por diversas cidades até se estabelecer em Belo

Horizonte, há 13 anos. Nasceu em Mantena e já passou pelo Mato Grosso, por Vitória, Carabina da Serra e Roraima. Ou Marinalva, que pegou o trecho com um namorado, quando era moradora de rua em Belo Horizonte. Ou João, que já viveu sozinho na rua, já dormiu no Albergue e já viveu em maloca. Há moradores de rua que oscilam entre o isolamento e o Albergue, ou entre a maloca e a rua, a maloca e o Albergue ou o Abrigo etc. Há também os que dormem nas instituições, mas passam o dia sob os viadutos ou freqüentam as malocas.

As territorialidades dos moradores de rua se cruzam, se confundem, se englobam. Trecho-corpo-casa-instituição se encontram em um mesmo território: a rua. E na rua os eremitas, quando levados a se fixar, acabam por improvisar moradias e a estabelecer fronteiras que marcam um interior e um exterior; os trecheiros se institucionalizam rapidamente nas cidades; o corpo permanece como território importante mesmo nas malocas, etc.

Trecho-corpo-casa-instituição são infra-agenciamentos - agenciamentos de expressão e demarcação territorial – e intra-agenciamentos – modos de segmentação e organização territorial – da rua. Por sua vez, a rua é um território cujo meio é a cidade, é o espaço reservado pela cidade para o fluxo de carros e pedestres, de modo que a ocupação desse território como local de residência é geradora de conflitos e de negociações entre a população de rua e a população sedentária, que resultam na distribuição dessas populações.

Por isso, do mesmo modo como os moradores de rua devem se adaptar às condições da cidade, a cidade acaba por se adaptar aos moradores de rua, construindo equipamentos para atendê-los e evitar que façam nas ruas aquilo que deveriam fazer em casas, tomando medidas que impeçam a sua permanência em certas áreas e também adaptando suas atividades produtivas em função da presença de moradores de rua. Exemplo disso é que nas proximidades do Elevado Castelo Branco as construções da Avenida do Contorno que serviam ao comércio foram, aos poucos, sendo transformadas em galpões de triagem de lixo, já que os moradores de rua representavam um risco para esses estabelecimentos (como aconteceu com dois estacionamentos entre a rua Araguari e a rua Ouro Preto), e ao mesmo tempo, a concentração de moradores de rua nessa região representava uma grande oferta de mão-de-obra para os galpões. Do ponto de vista dos pedestres, essa é uma área a ser evitada e eles preferem passar um quarteirão acima.

Casas de comércio das imediações do Elevado, assim como os restaurantes e os postos de gasolina são citados como pontos de apoio pelos moradores de rua. Há alguns botequins, dentre eles um na rua Ouro Preto, esquina com a rua Goitacases e outro na própria avenida do Contorno, – este estrategicamente construído ao lado do Centro de Referência da População de Rua, próximo a vários galpões de catação de material para reciclagem - que vendem salgados, comida barata e cachaça e são freqüentados por catadores de papel e, eventualmente, por moradores de rua. Pequenas feiras de objetos usados ou roubados podem ser vistas na Avenida dos Andradas e nas “Feiras do Rolo”, que são feiras onde se pode vender ou trocar objetos baratos, novos ou usados, roubados ou não e que são freqüentes na região da Lagoinha e nas proximidades da estação rodoviária.

III.3 TEMPO E DINHEIRO; CONSUMO E CONFLITO

Perguntei a João:

- Mas começa quando?

- De uma hora para outra – ele respondeu.

“Na rua não há nada para se fazer”, dizem os moradores de rua. Se passamos pela rua Araguari já próximo ao Elevado a qualquer hora do dia, vemos sempre alguns moradores de rua, que são também catadores de lixo, encostados no muro de um galpão. Alguns dormem encostados ao muro, ou no meio da calçada. Embaixo do Elevado – quando não são retirados pela polícia – também se encontram sempre moradores de rua fazendo nada. Os moradores de rua simplesmente ocupam a rua, permanecendo muitas vezes imóveis no centro nervoso da cidade. E é a sua permanência, e não a sua mobilidade, que provoca caos na organização da cidade.

É nessa imobilidade, nesse *fare niente* que as ações na rua se desenrolam. De repente, quando tudo parece tranqüilo, um morador de rua pega a bolsa da madame e começa a correria. Às vezes é parado por algum transeunte que recupera a bolsa e espanca o ladrão, às vezes a polícia chega a tempo, na maioria das vezes ele simplesmente desaparece.

As brigas também acontecem a partir de situações muito simples quando parece que não vai acontecer nada. Às vezes estão todos deitados ou sentados na rua, uns dormindo, outros conversando e do nada alguém se ofende, revida, outro se levanta

e muita gente se aglomera em torno da confusão. Quando a briga acaba volta cada um para o seu canto.

Num final de tarde, quando estava tomando café no Centro de Referência da População de Rua, pude assistir a uma confusão no depósito ao lado. Um casal começou uma briga. O homem, um sujeito forte, mas tão bêbado que parecia não se agüentar sobre seu próprio corpo, pegou um vaso sanitário e começou a rodar, rodar, rodar, até tentar arremessar o vaso. Já não brigava com a mulher. O vaso caiu, cortando seu pé. Pegou o pedaço de vaso e continuou ameaçando todo mundo – a essa altura havia muita gente ao redor. A polícia chegou. Ele queria arremessar o que restou do vaso nos policiais. Foi rendido e preso. A mulher chorava pedindo que não o levassem. A multidão dispersou rapidamente. A rua parecia vazia.

A relação do morador de rua com o tempo não passa pela estriagem do tempo em horas, minutos, segundos, nem, tampouco, pelo ordenamento de suas atividades. Eles ocupam e se distribuem no espaço, naquele momento. Suas ações são pouco coordenadas. Raramente marcam encontros – e cumprem o compromisso. Se encontram. Quando tem festa nas malocas, as pessoas ficam sabendo umas pelas outras, sejam elas bem-vindas ou não. Cada um chega no seu tempo. Na maior parte das vezes se reúnem por acaso. Um descola um dinheiro, outro compra a cachaça, outro prepara qualquer coisa para comer, se o dinheiro der tem maconha, dependendo da maloca tem crack. As festas podem ser para comemorar aniversários, Natal, Ano Novo, nascimentos, casamentos, batismos, ou podem acontecer sem qualquer motivo especial. A comida pode ser churrasco ou salgadinhos industrializados e baratos. Nas festas escuta-se pagode (podem improvisar uma batucada), axé, música romântica rap, hip-hop e música sertaneja. Pratos e copos, se necessários, são improvisados em garrafas pet cortadas, sacolas de supermercado, tampas de lata etc. No dia seguinte as pessoas comentam a festa, se os anfitriões estavam presentes, se trataram bem as pessoas, se houve briga, se alguém arrumou namorado, quem faltou, quem compareceu, quem deu vexame...

Os moradores de rua, quando são chamados ou quando vêem alguém chegando com cachaça ou preparando alguma droga para usar, se agrupam e bebem, fumam ou cheiram juntos. A cachaça é o principal vetor de aglutinação da população de rua. Ao seu redor os moradores de rua se reúnem, conversam, contam piadas, às vezes

jogam baralho. Quando ela acaba, um dorme num canto, outro na calçada, dois discutem, outros continuam o jogo. A sua frequência é tamanha, que um morador de rua, decidido a parar de beber, contou em uma tarde quantas vezes a garrafa de cachaça passou pelas suas mãos. Ele resistiu por mais de 40 vezes. Dois dias depois foi encontrado desmaiado de tanto beber, na calçada da rua Araguari.

Não é todo mundo na rua que consome drogas ilícitas. O uso dessas drogas é duplamente perigoso: é preciso ter dinheiro para pagar o traficante e é preciso tomar cuidado para evitar a polícia. Além disso, o preconceito que existe contra o uso e os usuários de drogas ilícitas entre os não moradores de rua existe também entre os moradores de rua. Preconceito que existe também em relação à cachaça: é a cachaça, e não a bebida alcoólica em geral, que faz com que a pessoa seja caída, “pinguça” ou “cachaceira”.

A mesma potência que a cachaça tem para reunir os moradores de rua, ela tem para gerar desentendimentos. A princípio, quando eu perguntava quais eram os principais motivos de atrito entre os moradores de rua e eles me respondiam a cachaça e a droga, eu pensava que essa era uma espécie de resposta padrão da qual eles esperavam que eu os levasse a concluir que não deveriam beber ou se drogar. De fato, há um certo moralismo nessa resposta, mas se perguntamos a eles: “depois de beber cachaça, o que faz com que vocês briguem?”, ouvimos que brigam por ciúmes, por dinheiro, por antipatia gratuita. Se um não gosta do outro ele pode, por estar embriagado, fazer acusações de cunho ofensivo – como falar mal da mãe ou da família (mãe, na rua, também é especialmente sagrada), chamá-lo de bêbado ou de maloqueiro. Essas acusações costumam ser respondidas com um soco na cara ou com algo mais contundente, como aconteceu com Isaura, que teve sua garganta cortada. Perguntei por quê elas brigaram e a mulher havia cortado sua garganta e ela me respondeu:

“Não sei. Cachaça demais, nós tudo. Era final de ano, né. Aí todo mundo bebe mais. Ela nunca gostou de mim. Ela nunca gostou de mim e nem eu dela, né. Aí aconteceu. Aí aconteceu isso e nós não conversa mais, é ela pra lá eu pra cá.” (Isaura)

No decorrer dessa mesma entrevista, comecei a perceber que eu deveria levar mais a sério essa resposta. Como eu esperava mesmo uma resposta moralista, não notei

que a frase “briga-se por causa de cachaça” tinha um conteúdo bastante objetivo: briga-se *pela* cachaça. Como Isaura me disse,

“E outros motivo é que às vezes, a cachaça, né, que suponhamos assim, a gente já levanta de manhã bebendo, aí por volta lá de 9 horas, 10 horas, então já costuma ter uns que já tá mais bêbo, outros que agüentam mais bebida. E aí aqueles que não agüenta mais começa a caçá uma... começa uma pequena confusão, quando vai ver a confusão é grande. (...) Pela cachaça. Por exemplo: às vezes a cachaça é minha, aí eu não quero dar à outra pessoa. Não vou dar porque é minha. Aí a outra pessoa começa brigando por conta da minha cachaça. Aí de repente às vezes chega até a avançar na minha mão e tomar de mim. Aí já gera uma confusão.” (Isaura)

Também Tequinho comentou sobre o risco que se corre brincando com a droga e a bebida alheias:

“Caçar confusão é... provocando o outro, tipo, se tá bebendo com o cara desde cedo aí ele já começa a beber não agüenta a onda dele, já começa a caçar confusão... então ele já começa com a brincadeira de mau gosto. Tem umas brincadeira que homem não pode brincar... tipo assim brincar negócio de dar soco, jogar pinga fora, pegar boné da gente assim falar que tá tomado, mandar a mãe da gente tomar no cu, ou senão é... já começa a falar safadeza com a sua família, com negócio que cê já tá triste mesmo, ou senão cê tá fumando seu negócio e toda hora coloca a mão no cachimbo, assim...” (Tequinho)

Um dos principais motivos de conflito entre os moradores de rua se deve ao fato de que, quando a cachaça é comprada, as pessoas que irão consumir a cachaça – ou pelo menos algumas delas – devem dar o dinheiro e uma pessoa é escolhida para efetuar o ato da compra – assim como fazem com outras drogas. Então acontece de algumas pessoas se endividarem para conseguir dinheiro para comprar bebida. Outras pessoas bebem sempre às custas de outras – a essas pessoas se aplica, entre os moradores de rua, o termo maloqueiro no seu sentido mais pejorativo, o do “cara folgado que vive encostado nos outros”. O pior que pode acontecer nessa situação que envolve a compra da bebida é o sujeito responsável por recolher o dinheiro e comprar a cachaça desaparecer com o dinheiro e aparecer embriagado e sem a garrafa. Dependendo do valor recolhido e de outros fatores, o sujeito que roubou o dinheiro corre o sério risco de ser morto pelos companheiros.

Eventualmente a bebida pode ser roubada de armazéns ou supermercados, mas essa prática é arriscada, pois, desde que entram nesse tipo de estabelecimento, os moradores de rua são observados pelos caixas ou vendedores e a vigilância sobre seus atos é grande. Roubar o dinheiro para comprar a bebida ou buscar alternativas, como se comprometer a pagar da próxima vez, são práticas recorrentes. Em relação às drogas ilícitas a situação é mais complicada, pois é mais difícil roubar drogas dos traficantes – eles geralmente estão mais bem armados e mais dispostos a atirar do que os caixas de supermercado e donos de armazéns. Eventualmente ocorrem conflitos entre moradores de rua e traficantes nas proximidades do Albergue Noturno, que fica numa região onde o a atuação do tráfico de drogas é muito intensa. O mais comum é que, quando há furto ou roubo de drogas por parte dos moradores de rua, ele se dê entre os próprios moradores de rua. Esse tipo de situação gera conflitos muito graves, geralmente chegando a espancamentos e facadas.

Os moradores de rua mais conhecidos e respeitados raramente são vítimas de roubos por parte de seus companheiros, ao contrário dos mais caídos que estão sempre mais vulneráveis, dependendo geralmente de alguém para defendê-los enquanto dormem nas calçadas, como é o caso do marido de Isaura – que dormia na calçada enquanto eu a entrevistava. Antes da entrevista ela retirou dele o boné e algumas coisas no bolso da camisa para evitar que outros o fizessem. De qualquer forma, os moradores de rua furtam muitas coisas uns dos outros, mas essa não é, nem pode ser sua única fonte de renda ou de obtenção de provisões.

a) Onde está o dinheiro?

De onde vem o dinheiro para comprar a cachaça e outras provisões? É sobretudo desses trabalhos, que exigem pouca ou nenhuma escolaridade e especialização que a população de rua garante a sua renda. Em uma pesquisa realizada sobre a população de rua do Rio de Janeiro, Sarah Escorel constata que:

“Podem ser assinalados três grandes grupos de atividades realizadas com vistas a obtenção de rendimentos: catadores, atividades vinculadas à mercantilização do medo ou propriamente à criminalidade e a mendicância. Porém, as atividades da maior parte dos moradores de rua têm a intermitência como característica principal; são atividades que precisam ser buscadas diariamente: dependendo das circunstâncias, das solicitações ou das oportunidades, o

morador de rua pode estar guardando carros hoje, carregando e descarregando caminhões de feira amanhã, encartando jornais ou catando latas. A atividade de biscateiro, o 'faz tudo' que respondia às pequenas e variadas solicitações de consertos domésticos, foi substituída pelo 'faz qualquer coisa', solicitada ou não. São as 'virações', qualquer atividade (ao seu alcance) que possa se reverter em dinheiro, alimentos ou outros donativos. Como dificilmente conseguem auferir rendimentos necessários à sua reprodução (mesmo levando em conta o rebaixamento dos custos em função de sua moradia nas ruas), devem associar atividades variadas com a obtenção de auxílios (monetários ou não) de particulares ou de instituições." (SCOREL, 2000 p.163)

As atividades, como coloca Escorel, são conciliadas. Catam latinhas, vigiam carros e pedem esmola ao mesmo tempo. Procuram fazer todas essas coisas próximas ao local onde dormem. Por isso muitos moradores de rua preferem dormir na rua do que nos albergues, já que o horário de atendimento dos albergues é incompatível com o trabalho noturno.

Quando anoitece, quem tem carrinho vai puxar carrinho, recolher lixo para reciclar. A noite é também a melhor hora para vigiar carros, é quando as pessoas se sentem mais inseguras, o ritmo da cidade desacelera e os guardadores de carro têm mais tempo, tanto para conquistar os clientes, quanto para achacá-los. Os que viram o lixo sem carrinho não têm hora para o trabalho. Procuram suas latinhas sempre que estão caminhando pelas ruas. Recolhem o suficiente para pagar o almoço ou a cachaça. Os trabalhos são feitos assim, na medida do desejo e da necessidade, como faz Black Rey:

"É... quando eu saio aqui do Centro de Referência é o seguinte, eu só sei que uma coisa de fazê, eu vou daqui eu vou catando umas latinha, já tem os ponto, os lugar que eu pego umas latinha... (...) À noite, depois das 18 horas. Então eu chego, pego a latinha, de manhã eu vendo elas... isso aí é um... é um tipo de vida que eu tenho. (...)Onde? Eu vendo aqui na... na Lagoinha. Eu vendo aqui na Lagoinha. É três reais e trinta centavos o quilo. Meio quilo, oitocentas grama. Então eu, eu... pego as minhas latinhas e sobrevivo disso." (Black Rey)

Os que trabalham puxando carrinhos preferem fazê-lo durante a noite, quando o movimento de carros é menor e quando os escritórios põem seu lixo para fora, um lixo rico em papéis brancos, que valem mais no mercado. O trabalho de triagem nos galpões acontece durante o dia. Recolher material para vender aos depósitos nos finais de semana é menos vantajoso. Diante da necessidade explícita de quem vende, os compradores pagam menos. Alguns trabalhos, como o de vendedor

ambulante ou o de “chapa” de caminhão dão aos moradores de rua menos autonomia quanto ao horário em que serão realizados. Mas em todos esses casos, por se tratar de trabalhos muito informais, a relação dos moradores de rua com o trabalho passa antes pela vontade de trabalhar e a necessidade de consumir do que pelo compromisso com o trabalho.

Embora os trabalhos sobre a população de rua procurem encobrir ou minimizar ao máximo a questão do roubo, como podemos ver na fala de Lourenço e Oliveira - *“Esmolar para eles é ato vergonhoso, mas é muito mais fácil pedir do que roubar”* (LOURENÇO; OLIVEIRA, 1995 p.32), tanto nas entrevistas que realizei, quanto no meu convívio com os moradores de rua, eles não apresentaram muito pudor para dizer que roubam, ou, principalmente, para acusar seus companheiros de ladrões: *“Morador de rua que fala que não rouba tá mentindo. Aqui todo mundo rouba.”* (Baco*, morador de rua). Houve uma época em que alguns moradores de rua que dormiam no Albergue aproveitavam o tempo entre o jantar e o sono para treinar como “bater carteiras”. Não aconteceu, durante as entrevistas, de justificarem o roubo pela pobreza ou pela necessidade. A fala de Joel mostra justamente o contrário:

“Porque, eu fui pra cadeia porque droga demais, maconha. Então eu assinei ...155, arrombamento. Eu assinei 155 porque eu fiz arrombamento, abri uma loja de roupa e levei 270 peças de roupa para, pra mim agradá uma menina. Pra agradá uma menina que não me deu valor, que sempre me... entendeu... me fez chorar, abortô minha criança, entendeu, me pôs na cadeia, então... Vivi muito tempo com ela na rua, 3 anos com ela na rua.” (Joel)

Não é razoável crer que alguém necessite de 270 peças de roupa para se vestir. Também não é razoável tomar ao pé da letra a generalização de Baco*, que diz que todos os moradores de rua roubam. Mas é fácil de entender a sua acusação, pois as principais vítimas dos moradores de rua são os próprios moradores de rua, como podemos ver na fala de Isaura que, ao ser perguntada se tem muito roubo na rua, responde:

“Tem. Tem assim... você não viu eu pegando a camisa do meu marido ali? Na, na, aquele que tava deitado lá. Por que senão quando eu chegar lá, que ele tava dormindo, não tá? Quando ele acordar a camisa dele não tá lá mais. (...) Que aí ele vai ver a camisa e vai falar “essa camisa é minha” aí a pessoa fala “não, mas fui eu que ganhei, fui eu que comprei”. Aí já gera confusão, porque ele vai querer a camisa falando que é dele.

Outra hora a pessoa pega e não usa por aqui, vende pra outra pessoa que não fica por aqui, já ganha o dinheiro e compra cachaça. Aí nem pra um, nem pra outro, né. Ele mesmo quase não tem nada, porque ele dorme. Ah eu não, eu sou mais difícil de dormir.” (Isaura)

Também a mendicância, apesar de muito freqüente, não deve ser generalizada ou tratada de forma homogênea. O ato de mendigar nem sempre é realizado de forma humilhante – e o que é humilhação para uns não o é para outros. A mendicância se apresenta também investida de malandragem – o termo *manguear*, utilizado pelos moradores de rua, é próprio desse tipo de ação – e investida de violência – que se expressa no ato de *achacar*, coagir uma pessoa a dar o dinheiro amedrontando-a, às vezes somente pela imposição de sua presença, às vezes ameaçando-a de agressão.

Manguear é um modo recorrente de um morador de rua obter dinheiro, passagens de ônibus ou vales-transporte, encaminhamentos para adquirir documentos gratuitamente etc. Consiste no exercício de convencer o interlocutor da necessidade de ajudá-lo, de dar a ele algum trocado, um prato de comida ou de comprar sua mercadoria. O morador de rua pode fazer isso inventando qualquer caso ou apenas sendo insistente. É uma arte bastante praticada pelos trecheiros; aliás o seu domínio é condição fundamental para a vida no trecho.

Saber mentir é parte essencial do jogo. O bom humor também. Houve um morador de rua que sempre pedia dinheiro e vale-transporte porque sua mulher estava doente e ele morava em General Carneiro. Quando ele contava esse caso com cara de ressaca para os companheiros, todos achavam muita graça da sua cara-de-pau, porque ele não era casado e não fazia idéia de onde fica General Carneiro. Além disso, contava sempre esse mesmo caso, não se dava o trabalho de inventar um novo. Um dia ele bebeu além da conta e dormiu dentro de um container que fica próximo à Praça da Liberdade, onde as pessoas jogam jornal e papel fora. Sem querer se trancou no container e só conseguiu sair no dia seguinte quando já estava sendo levado para o caminhão de lixo. Diz o pessoal da rua que o depósito de lixo fica em General Carneiro...

Cada caso tem seu lugar. Na rua, para as “madame”, é melhor pedir dinheiro para comprar um prato de comida, para comprar uma passagem ou para comprar remédio. Nos equipamentos públicos não se consegue dinheiro, então eles pedem

vale-transporte para olhar um trabalho, para ir ao hospital ou para “correr atrás” dos documentos.

Arroz* freqüentava os bares do centro da cidade com uma gaita, tocava músicas em troca de cerveja, cigarro e um “dinheirinho, se for possível”. Se os freqüentadores do bar tivessem um violão ele também tocava. João, quando estava bêbado e alegre gritava para todo mundo *”o seu prefeito, o Dr. Célio de Castro, me chamô lá no gabinete dele e ele disse que é para você me dar um Real. Um Real. Se não tiver dinheiro pode ser em cheque mesmo.”* Depois se jogava de costas no chão com as pernas para o ar. Quando estava bêbado e triste, ou quando estava sóbrio, ele mostrava a todos os seus documentos, os laudos médicos e a lista de medicamentos, depois pedia ajuda para resolver um processo trabalhista que se arrastou por anos.

João vigiava carros, fazia ponto na rua dos Aimorés, próximo a um cinema, nos finais de semana. O dinheiro que João conseguia – assim como as marmitas – ele dividia com os colegas da região. Além disso ele recebia um dinheiro de aposentadoria por invalidez. Esse dinheiro, ao que parece, ele enviava todo para a mãe, que morava em Ponte Nova.

Assim como João, Marta* também recebia pensão, só que por ser viúva. O dinheiro da pensão ela mandava todo para as filhas, que eram criadas pela avó paterna e por uma tia. Marta* dizia que ficava na rua porque se a sogra ou a cunhada a vissem com outro homem tomariam dela a pensão e a casa que o marido havia deixado. Marta* gostava bastante de namorar. O dinheiro para viver na rua ela conseguia lavando e passando roupas para outros moradores de rua. Com esse dinheiro ela *“zoava até umas hora”*.

Há uns moradores de rua que recebem pensão do governo por invalidez, aposentadoria, pensão por viuvez ou por divórcio. É interessante observar que João e Marta*, assim como muitos outros moradores de rua, destinam esse dinheiro “certo” aos seus familiares. Por outro lado, também acontece de a família dos moradores de rua ajudarem-nos financeiramente, muitas vezes sem saber da situação em que se encontram. A ruptura dos moradores de rua com os laços familiares nem sempre é radical ou definitiva e, por vezes, o compromisso em enviar dinheiro para a família ou a aceitação do dinheiro enviado por familiares, assim como visitas ocasionais à família, servem para manter aberta uma fresta nas portas

das casas ou para que os moradores de rua não se esqueçam de quem eles foram ou de quem eles são.

CONCLUSÃO

LINHAS DE FUGA, REDES DE CAPTURA

Os moradores de rua representam um desafio para a manutenção da ordem social urbana na medida em que não se integram a esta ordem e tampouco afastam-se dela. Eles traçam linhas de fuga em relação à estrutura social. Escapam a essa estrutura tanto por meio de forças centrífugas da sociedade, como a pobreza e o desemprego – que levam as pessoas ao deslocamento em busca daquilo que não lhes é acessível em suas comunidades locais – quanto pelo seu próprio desejo de fazê-lo. Rua e estrada são tomadas por esse grupo populacional, canalizando seu fluxo.

Como afirma Merton, o comportamento daqueles que negam, ao mesmo tempo, os objetivos almejados por sua cultura e os meios socialmente instituídos para alcançá-los é prontamente combatido pela sociedade a que pertence. Isto porque se a sociedade não agisse assim, *“admitiria dúvidas quanto a tais valores. Aqueles que abandonaram a busca do sucesso são implacavelmente perseguidos até seus esconderijos por uma sociedade que insiste em ter todos os seus membros orientados em direção aos esforços em adquirir o sucesso”* (MERTON, 1970, p.228). Portanto, reconhecendo ou não a possibilidade de desejo do morador de rua, reconhecendo ou não a possibilidade de que os desejos dos moradores de rua sejam diferentes daqueles que lhes sugere a sociedade, através do Estado e através de organizações não governamentais vinculadas ou não às igrejas, à filantropia ou à politização das classes excluídas, cria-se em torno dos moradores de rua uma rede de ações e instituições que pretende reajustá-lo aos seus padrões.

Essa rede é composta tanto de aparelhos fundamentalmente repressivos – que atuam no sentido de limpar as ruas da sujeira material e moral representada pela população de rua, estando prontos a colocá-los nas cadeias sempre que houver oportunidade legal ou interesse situacional; e de aparelhos de apoio, que podem servir tanto ao sanitarismo – limpando a cidade dos mendigos, bandidos em potencial, levando-os para abrigos ou enviando-os para outras cidades – quanto a objetivos filantrópicos ou humanitários. Como Belo Horizonte foi administrada por partidos de esquerda (Partido dos Trabalhadores e Partido Socialista do Brasil) no

período em que convivi com a população de rua e em que realizei esta pesquisa e como os setores considerados mais progressistas da Igreja Católica têm sido bastante atuantes junto à população de rua, cabe observar que muitas das ações em relação aos moradores de rua passam antes pelo discurso da construção da cidadania do que pelo discurso da filantropia pura e simples. O conjunto dessa rede – que inclui repressão, sanitarismo, filantropia e conscientização – chamei para os fins desta dissertação de “rede de captura” da população de rua, na medida em que se trata de um conjunto de ações e instituições que visam a retirada dos moradores de rua da rua, seja pela integração ou a reintegração dessa população ao mercado de trabalho e ao mundo da casa, seja colocando-os nos presídios. De modo geral, me concentrei mais no que chamei de rede de apoio ou rede de assistência, excluindo assim desta rede a atuação puramente repressiva contra a população de rua.

A rede de captura se organiza como um rizoma²⁷, cujos nós ou junções são realizados, no mais das vezes, pelos próprios moradores de rua, não havendo necessariamente relação entre as ações das instituições que a compõem. Partes dessa rede são organizadas para agir em conjunto, mas ainda assim não há uma centralização da ação.

Mas o que faz desse rizoma uma rede de captura? Trata-se de uma rede de captura cujo objetivo é fazer com que o fluxo dos moradores de rua siga o sentido da estrutura social, até que eles voltem a integrá-la. Portanto, não se trata de um rizoma que é rizoma desde o princípio, mas de um *intermezzo* entre a raiz central e o substrato que ela penetra. A eficácia da rede seria assim garantida por ela assumir uma forma que se adequa ao objeto a ser capturado. Eficácia essa que algumas vezes se realiza.

No entanto, o fluxo seguido pelos moradores de rua é quase sempre outro, eles vão e vêm pelos canais, estacionam em algumas de suas partes, entopem suas veias, alguns saem da rua, seguem o sentido proposto. Outros se apropriam da rede e nela traçam sua linha de fuga. Não são raros os casos de migrantes e trabalhadores itinerantes que se integram à população de rua através dos equipamentos de

²⁷ Rizoma é um tipo específico de raiz assim definido por Deleuze e Guattari, “Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, *inter-ser*, *intermezzo*. A árvore é *filiação*, mas o rizoma é *aliança*, unicamente *aliança*. A árvore impõe o verbo ‘ser’, mas o rizoma tem como tecido a *conjunção* ‘e... e... e...’” (DELEUZE ;GUATTARI, 2000a, p. 37).

atendimento a esta população – que chegam em Belo Horizonte, dormem no Albergue, usam os serviços do CRPR e, quando se dão conta, já estão na cidade vivendo como moradores de rua.

NO MEIO DA RUA NA BOCA DO POVO

Como afirmei no início desta dissertação, são muito poucos os trabalhos sobre a população de rua realizados no Brasil, sendo que a maioria dos trabalhos a que tive acesso foram apresentações em seminários e congressos, por pessoas que não eram necessariamente cientistas sociais.

Grande parte dos autores que escrevem sobre a população de rua no Brasil enfatiza questões como a migração campo-cidade, o desemprego, os reflexos da crise mundial, as mudanças estruturais da economia, a crise social provocada pelo crime organizado e o tráfico de drogas, o neo-liberalismo etc. como fatores que explicam (e no mais das vezes justificam) a utilização do espaço público como local de moradia.²⁸

Em sua pesquisa sobre os moradores de rua de Nova Iorque, J. Passaro (1997) observou essa insistência nas explicações macro (políticas, econômicas e sociais) para a existência dos moradores de rua e, segundo a autora, essa insistência faz parte de uma estratégia para manter afastado o discurso dos moradores de rua sobre sua condição e sobre as razões pelas quais foram levados a optar pela vida nas ruas e aquelas pelas quais permanecem nas ruas mesmo quando lhes são oferecidas oportunidades para sair da rua.

De fato, também no Brasil a questão da “opção” ou “não-opção” por viver na rua ronda muitos dos trabalhos, como podemos observar nas passagens a seguir, escritas por Alba Zaluar e Maria Conceição D’Incao:

²⁸ A esse respeito ver: BURSZTYN, Marcel (org.): 1995 e ROSA, Cleisa M.M. (org.): 1995.

“É preciso abandonar a retórica romântica de apontá-los como pessoas livres que escolheram estar na rua como um exercício de liberdade e ouvir o que têm a dizer sobre o seu sofrimento e a vontade que alguns ainda expressam de sair dessa situação de absoluta penúria. A idéia de defender o *direito* dessas pessoas ficarem na rua, expondo-se à violência física e simbólica de todos, inclusive dos próprios companheiros, ou de considerar essa situação como chaga da sociedade que precisa continuar a ser vista cotidianamente deve ser repensada. Até porque ser tratado como chaga e obrigado a ser visto assim talvez não seja o desejo dos moradores da rua, cuja única organização conhecida em São Paulo foi autodenominada *sofredores de rua*.” (ZALUAR, 1995: 57)

Tenho observado que as relações sociais iguais ou transparentes às quais já nos referimos são em si mesmas transformadoras. Porque essas pessoas foram socializadas nas perversas relações de dominação que caracterizam nossa história e, na oportunidade de uma relação igual ou de respeito mútuo, começam a romper a paralisia das relações sociais que lhes foram impostas e a se pensar como capazes de algum tipo de decisão sobre suas próprias vidas. Mas, daí a pensar as alternativas de vida ou de trabalho que os homens de rua vêm desenvolvendo em seu cotidiano, penso que existe uma grande distância. Proclamar a liberdade implícita nesses novos modos de vida me parece, no mínimo, inocência. (...) E tenho receio dessa valorização ingênua de suas formas ou modos de vida como espaço de contestação social ou de exercício de liberdade. Sou tentada a pesar que essas leituras das populações de rua correspondem muito mais a desejos de liberdade reprimidos em nós mesmos, a projeções de nossas próprias frustrações. Mas isso já é uma outra história. (D'INCAO, 1995:52-53)

Mas a discussão quanto à opção ou não-opção pela vida na rua aparece também de forma indireta, por exemplo, a partir da discussão sobre a categoria de *migrante* ou *trecheiro*, como vemos ainda na fala de D'Incao:

"Insisti no fato de que a categoria migrante é uma construção da ideologia dominante e, como tal, tem sido muito usada para reproduzir a situação de pobreza dos setores não qualificados de nossa população. Migrante, *trecheiro*, peão, itinerante são designações que deslocam a explicação dos processos sociais que geram a exclusão desses setores para o que costuma ser entendido como uma espécie de natureza das pessoas que os compõem." (D'INCAO, 1995: 49)

Sobre as citações anteriores é interessante observar que se trata de comentários feitos pelas autoras de trabalhos apresentados sobre a população de rua (descrição do perfil de populações de rua de diversas cidades brasileiras e apresentação de experiências de trabalho de assistência ou mobilização com essas populações),

trabalhos esses que não colocam os moradores de rua como pessoas que escolheram livremente viver nas ruas, nem mesmo defendem o “direito” que elas teriam de fazê-lo. De fato, quem apresenta a questão da *opção pela rua* são os próprios moradores de rua, quando afirmam que vivem na rua porque gostam da rua ou quando, mesmo tendo casa própria, como era o caso de Marta*, ou tendo boas relações com a família, como era o caso de Rose* e de Joana*, preferiam ficar na rua; ou quando os que vivem no trecho dizem que gostam mesmo é de pegar a estrada, como é o caso de Márcia e de boa parte dos travestis que convivem com ela, que dizem que não gostam de “esquentar lugar”. Tais declarações, assim como a constatação daqueles que trabalham com a população de rua da dificuldade em retirá-los das ruas, fazem com que a seguinte questão seja colocada: se viver na rua representa o grau máximo de miséria e de degradação física, moral e social – como afirma Alba Zaluar (1995:56), o que leva moradores de rua a dizer que gostam de viver na rua e, mais do que isso, a insistir em viver na rua mesmo quando estão diante de outras possibilidades de vida?

Essa pergunta tem sido usualmente respondida das seguintes formas:

- o morador de rua está de tal modo afetado pela miséria que já perdeu toda a sua auto-estima, está tão completamente destituído de esperança e fé na vida que se entrega à miséria por não acreditar que tem forças para lutar contra ela – como aparece nos relatos dos técnicos que atendem a população de rua no Brasil reunidos por Rosa (ROSA, 1995);
- o morador de rua já foi tão agredido pela sociedade que passa a agredir todo aquele que se aproxima, utilizando-se para isto os últimos recursos que lhe restaram: o mau cheiro, a sujeira etc. Afirmar que gosta de ficar na rua é apenas mais uma maneira de manter afastadas as pessoas que desejam se aproximar dele – como vimos na fala de Cenise Vicente (VICENTE, 1995, pg.25);
- o morador de rua que não sai da rua quando lhe é dada esta possibilidade o faz porque sempre foi ou porque tornou-se – pelas influências da rua – um indivíduo moralmente degradado, um “vadio”, um “vagabundo”, alguém que não quer trabalhar, “não quer nada com a dureza” – como é comum escutarmos da polícia, dos setores mais conservadores da sociedade e dos próprios técnicos que trabalham com a população de rua, diante da

frustração de não ter conseguido encaminhar certos moradores de rua para o mercado de trabalho ou para programas de moradia.

Ao contrário das duas primeiras alternativas, que são encontradas com frequência em textos publicados sobre moradores de rua²⁹, a última alternativa – vinda geralmente dos segmentos mais conservadores da sociedade e que aparece nos momentos de frustração daqueles que trabalham com a população de rua – é a única que reconhece o desejo do morador de rua de permanecer na rua. No entanto ela julga esse desejo de forma negativa, transformando-o em uma sentença – seja, quando proferida por pessoas que trabalham junto à população de rua, pela frustração do seu próprio desejo de retirá-lo da rua, seja pela necessidade de se justificar o preconceito, o abandono, os maus tratos, a repressão policial ou a expulsão dos moradores de rua de determinados espaços públicos.

A negação de qualquer possibilidade de desejo do morador de rua em permanecer na rua – seja de forma direta, seja tratando esse desejo como consequência de uma patologia – parece, então, uma resposta ao receio dessa condenação moral do morador de rua. É interessante observar que muitas pessoas que trabalham no atendimento aos moradores de rua, embora assumam o discurso de afirmar que a condição de rua é consequência de fatores econômicos, do desemprego, da falta de políticas sociais de inclusão no mercado de trabalho etc., a cada vez que um morador de rua recusa uma oportunidade de saída da rua elas afirmam que “ele está na rua porque quer” ou que “enquanto ele não quiser sair da rua não podemos fazer nada” ou, o que é muito comum nos casos de políticas de moradia: “Precisamos respeitar o tempo das pessoas”, ou “*fulano* ainda não se mostrou preparado para sair da rua” ou, ainda, “*fulano* não demonstrou desejo suficiente de sair da rua.”

A estratégia para desconsiderar a possibilidade dos moradores de rua terem feito qualquer tipo de opção pela rua e ao mesmo tempo torná-los moralmente corretos mesmo quando apropriam privadamente de espaços públicos, praticam furtos ou assaltos, se mantêm permanentemente bêbados ou consomem drogas ilícitas, está em recorrer às explicações “macro”, tornando-os vítimas de forças estruturais da sociedade.

²⁹ Ver BURSZTYN, Marcel (org.) : 1995; . ROSA, Cleisa M.M. (org.) :1995 e ALMEIDA e TAVEIRA: 2002.

AS EXPLICAÇÕES “MACRO” – DESEMPREGO, MIGRAÇÃO E CRESCIMENTO URBANO

Em Belo Horizonte a população de rua é estimada por volta de 1000 pessoas entre migrantes em situação de rua, trecheiros e moradores de rua “propriamente ditos”. Ocupam principalmente a região central da cidade, onde se encontra a rodoviária, a estação ferroviária e onde se concentram os equipamentos de atendimento a esta população. É uma população constituída sobretudo por homens em idade produtiva, havendo poucas mulheres (aproximadamente um quinto da população) e poucos idosos.

Conforme a trajetória de vida das pessoas que estão vivendo nas ruas, o tipo de deslocamento que realizam ou realizaram, o uso que fazem do espaço urbano e suas condições gerais de saúde física e mental, essas pessoas são classificadas como migrantes, trabalhadores itinerantes, trecheiros, maloqueiros ou caídos – termos que também são usados pelos moradores de rua para referir-se a si próprios.

Colocada nesta ordem, essa classificação faz parecer que existe uma solução de continuidade entre cada uma dessas categorias, mas freqüentemente ocorre o contrário: um migrante não consegue trabalho na cidade para onde se deslocou, parte em busca de trabalhos temporários em várias cidades, esses trabalhos temporários se tornam escassos, ele continua a viajar porque não pode voltar para casa “de mãos abanando”, passa a aceitar qualquer tipo de serviço para garantir sua sobrevivência e não se fixa nas cidades tempo suficiente para encontrar um trabalho melhor, se tornando um trecheiro. Um dia ele chega em uma cidade grande e tem seus documentos roubados; na espera pela nova documentação ele acaba por se fixar na cidade, constrói uma maloca mas suas condições de vida continuam muito ruins. Para se socializar na rua ele passa a consumir muito álcool, perde o pouco que tem e se torna um caído.

Essa aparente continuidade entre o migrante, o trecheiro, o maloqueiro e o caído, faz com que muitas explicações para a existência da população de rua tenham como ponto de partida a migração. Mas antes de afirmar que a existência de moradores de rua nas grandes cidades se deve aos processos migratórios, é importante considerar os dois principais componentes que fariam desses processos as causas desse

fenômeno: de um lado o fator econômico, que é o desemprego, e de outro os possíveis choques culturais a que estão sujeitos os migrantes. Começamos então pelos fatores econômicos.

Considerando o migrante como aquele que parte em busca de trabalho em outro lugar devido à falta de oferta de trabalho que o satisfaça em sua cidade de origem, as explicações que partem do processo migratório para entender a população de rua em muito se assemelham àquelas que consideram o desemprego como causa maior para a existência de pessoas que vivem nessa situação. Delma Peçanha Neves vai buscar na precariedade das condições econômicas do trabalhador desempregado a explicação para a exclusão social a que se submetem os moradores de rua:

“... para se tornar trabalhador ou se inserir no mercado de trabalho, o portador dessa condição deve criar o fundo de capital com que é pago, investindo na manutenção de um patrimônio ou fundo de consumo que lhe assegure condições de ir em busca do trabalho ou do salário. Na constituição desse fundo de consumo as gerações de trabalhadores e seus familiares atuais têm papel fundamental, facilitando ou viabilizando a inserção no mercado de trabalho e o próprio empregador, que toma esse empréstimo para utilizar a força de trabalho. (...) Se a força de trabalho está dissociada dos meios de produção, não tem valor de troca; se essa dissolução é prolongada, pode inviabilizar o empréstimo que o trabalhador deve fazer ao empregador, adiantando ou transferindo valor correspondente ao fundo de consumo acumulado, pois que ele se sustenta até que a mercadoria por ele produzida seja realizável ou até que o empregador lhe transfira parte do salário devido, porque adiantado. E já destacava Marx: o trabalhador sem o fundo de consumo vegeta na caridade e/ou se integra a atividades cuja exploração pressupõe a expropriação do fundo de consumo.”
(NEVES, 1995: 64)

Embora Neves (1995) assumira uma perspectiva marxista para explicar a situação dos moradores de rua, a autora exclui a possibilidade, contemplada por Marx e por Engels de que nem todos os miseráveis se encontrem na miséria por efeitos do modo de produção capitalista. Marx e Engels distinguem dois tipos de “miseráveis”: de um lado estão os proletários desempregados, estes são parte da estratégia capitalista de manutenção dos baixos salários e das péssimas condições de trabalho impostas ao proletariado. Assim como toda a classe proletária, para Marx e Engels, esses trabalhadores que se encontram no exército industrial de reserva devem também ser conscientizados sobre a exploração burguesa e se unir para fazer a

revolução socialista (MARX e ENGELS: 1988). De outro lado estão os vagabundos, os ladrões, os bêbados, as prostitutas e os camponeses que não quiseram, ou não conseguiram, se submeter ao trabalho industrial. Estes formam o *lumpemproletariado*. São perigosos, não são dignos de confiança e só agem em interesse próprio. Nos dizeres dos autores:

“O lumpemproletariado, essa putrefação passiva dos estratos mais baixos da velha sociedade, pode, aqui e ali, ser arrastado ao movimento por uma revolução proletária; no entanto, suas condições de existência o predispõe bem mais a se deixar comprar por tramas reacionárias.” (MARX e ENGELS, 1988: 76)

Nota-se que, para Marx e Engels, assim como para a burguesia que eles combatiam, o trabalho também é um imperativo moral. Se o miserável não apresenta o desejo de empregar-se, ele representa perigo não somente para a sociedade burguesa, como também para a “revolução”.

Marx afirma que o modo de produção capitalista gera uma massa de trabalhadores desempregados, que tem por função a pronta substituição dos trabalhadores da ativa, facilitando seu descarte. Deste modo os salários são forçados para baixo e os trabalhadores são levados a se conformar com condições cada vez piores de trabalho e existência. A esse conjunto de trabalhadores desempregados Marx dá o nome de *exército industrial de reserva*, pois, segundo o autor,

“A superpopulação relativa existe sob os mais variados matizes. Todo trabalhador dela faz parte durante o tempo em que está desempregado ou parcialmente empregado. As fases alternadas do ciclo industrial fazem-na aparecer ora em forma aguda nas crises, ora em forma crônica nos períodos de paralisação. Mas, além dessas formas principais, que se reproduzem periodicamente, assume ela, continuamente, as três formas seguintes: flutuante, latente e estagnada.” (MARX, 1992: 125)

Portanto, segundo o autor, ao contrário do que possa parecer, a população de desempregados e de miseráveis cresce na medida em que o capitalismo se desenvolve, o que explicaria o fato de a população de rua ser maior nas grandes cidades dos países onde o capitalismo é mais desenvolvido – como se observa nas tabelas 1 e 2 que vêm adiante. Como afirma Marx,

“O pauperismo constitui o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção e sua necessidade se compreendem na produção e na necessidade da superpopulação relativa, e ambos constituem condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. O pauperismo faz parte das despesas extras da produção capitalista, mas o capital arranja sempre um meio de transferi-las para a classe trabalhadora e para a classe média inferior.” (Idem: 128)

Encontraremos, então, nas ruas esse *peso morto do exército industrial de reserva*, “o mais profundo sedimento da superpopulação relativa” que “*vegeta no inferno da indigência, do pauperismo*”, especialmente os “*degradados, desmoralizados, incapazes de trabalhar*” vivendo nas ruas de Belo Horizonte, mas junto a eles estarão também pessoas que Marx faz questão de tratar de forma apartada das classes trabalhadoras: vagabundos, criminosos e prostitutas, em suma, o *lumpemproletariado*.

Como já foi dito anteriormente, a população de rua é maior nos países onde o sistema capitalista se desenvolveu com mais sucesso do que nos países subdesenvolvidos economicamente. Bursztyn atribui a existência e o crescimento da população pobre e também da população de rua nos países ricos à adoção de políticas neo-liberais e ao conseqüente enfraquecimento das políticas sociais do welfare-state. Segundo o autor,

“No limiar do século XXI, nós nos deparamos com a emergência dos ‘inimpregáveis’ pelo sistema econômico do mundo globalizado, que deixam de ser um fenômeno apenas dos países mais pobres; agora, eles estão em toda parte, inclusive nas sociedades mais afluentes. E, diante de tal fato, o mundo se espanta e as políticas públicas se mostram inoperantes. Afinal, não há como assegurar proteção social aos excluídos. (...) Por conta dessa tendência, que é mundial, cresce a população de rua (sem-teto, *homeless*). Já não são mais apenas o mendigos tradicionais, os *clochards*, os *hippies*, os *squatters*, os deficientes físicos ou mentais, ou os vagabundos, como em outros tempos. Agora, a estes se juntam os involuntariamente desvinculados do mundo do trabalho.” (BURSZTYN, 2000:42)

Se podemos concordar com o autor quando diz que os “inimpregáveis” pelo sistema econômico não são uma exclusividade dos países pobres, o mesmo não podemos fazer em relação à sua tese de que o crescimento da população de rua se deve ao crescimento do desemprego, como veremos nas tabelas que se seguem.

Tabela 2 Estimativa do número de moradores de rua em dois países e em algumas grandes cidades do mundo – LOVISI, 2000

País e cidade	População	População de rua		
		Total (n) (%)	Nas ruas (n) (%)	Em Albergues (n) (%)
	Total	Total (n) (%)	Nas ruas (n) (%)	Em Albergues (n) (%)
Holanda (Schabel, 1992)	15.010.000	10.000 (0,06)	600 (6,00)	9.400 (94,00)
EUA (Rossi, 1989)	263.437.000	300.000 (0,11)	200.000 (66,65)	100.000 (34,44)
Chicago (Rossi et al., 1987)	2.783.726	2.344 (0,08)	1.383 (59,00)	961 (41,00)
Nova Iorque (Cohen, 1994)	17.783.455	80.000 (0,44)	40.000 (50,00)	40.000 (50,00)
Londres (Cohen, 1994)	6.803.100	20.140 (0,29)	2.140 (10,00)	18.000 (90,00)
Rio de Janeiro	5.480.768	6.500 (0,1)	3.500 ³⁰ (53,85)	3.000 ³¹ (46,14)

A tabela 1 apresenta o resultado de pesquisas quanto ao tamanho da população de rua de alguns países e algumas capitais. Para possibilitar a comparação das populações de rua entre cidades, construí a Tabela 2 aproveitando somente os dados referentes às cidades e acrescentando os dados referentes à população de rua de Belo Horizonte e de São Paulo e as taxas de desemprego das cidades no mesmo período.

Tabela 3 População de rua e população desempregada em relação à população economicamente ativa

Cidade	População Total	População de Rua (N)	População de Rua (%)	Taxa de desemprego (% PEA)
Belo Horizonte (Janeiro/1998)	2.238.526 (2000)	916	0,04	13,4
São Paulo (Janeiro/2000)	10.435.546 (2000)	8.706	0,08	17,7
Rio de Janeiro (1999)	5.857.904 (2000)	3.500 ³²	0,06	11,5
Londres (1994)	6.800.000	2.140	0,03	Entre 7 e 8
Nova Iorque (1994)	17.900.000	40.000	0,2	Entre 8 e 10

³⁰ Fonte: Rodrigues & Silva Filho (1999).

³¹ De acordo com dados da Secretaria Estadual de Bem-Estar Social e Lazer e da Secretaria Municipal de Habitação, existiam cerca de 3.000 residentes em albergues públicos na cidade do Rio de Janeiro, em 1998.

³² O número de pessoas encontradas nas ruas do Rio de Janeiro corresponde às pessoas que se encontravam nas ruas da Região Metropolitana e não da cidade do Rio de Janeiro, por isso a diferença em relação ao número de moradores da cidade do Rio de Janeiro apresentado no capítulo 1 desta dissertação.

Em São Paulo, no ano 2000 foram encontradas 8.704 pessoas morando nas ruas³³, no Rio de Janeiro foram contadas 3.500 pessoas em 1999 – considerando apenas os que se encontravam realmente nas ruas - e em Belo Horizonte, como já foi dito, haviam 916 pessoas em 1998. Em relação à população total, conforme o censo do IBGE realizado em 2000, a população de rua corresponde a 0,08% da população total de São Paulo, a 0,04% da população de Belo Horizonte e a 0,06% da população total do Rio de Janeiro.

Se compararmos os índices de desemprego, na ocasião da pesquisa realizada, em Londres, Nova Iorque, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, veremos que não há correspondência entre as porcentagens de desempregados e a porcentagem de moradores de rua em relação ao total da população. Em Londres o índice de desemprego variava entre 7 e 8%³⁴ quando a população de rua correspondia a 0,29% da população, em Nova Iorque a taxa de desemprego oscilava entre 8 e 10%³⁵ enquanto a população de rua correspondia a 0,44% da população, ao passo que em São Paulo a taxa de desemprego era de 17,7%³⁶ em 2000, no Rio de Janeiro em 1999 a taxa de desemprego era em torno de 11,5%³⁷ e em Belo Horizonte 13,4%³⁸.

É importante ressaltar que o autor da tabela 1 utilizou dados colhidos em pesquisas diferentes, com técnicas de abordagem e conceitos do que seja a população de rua diferentes, portanto devemos ser cautelosos quanto à validade desses dados para fins comparativos. Entretanto, dada a exorbitante diferença entre a população de rua encontrada em Londres e Nova Iorque e a população de rua encontrada nas grandes cidades brasileiras, nada me leva a crer que a população de rua do Rio de Janeiro, Belo Horizonte ou São Paulo deva ser maior do que a dessas duas metrópoles internacionais. Assim, considerando todas as ressalvas feitas aos dados obtido na tabela 1, a tabela 2 foi construída como um exercício cujo objetivo é comparar os dados referentes à população de rua e as taxas de desemprego das

³³ Fonte: Censo de Moradores de Rua da Cidade de São Paulo, 2000 - Secretaria de Assistência Social -SAS/Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

³⁴Fonte: http://www.lho.org.uk/HIL/Determinants_Of_Health/EmploymentandUnemployment.htm.

³⁵ Fonte: Bratton, W.J. e Andrews, W. (1999), disponível no site do Manhattan Institute for Policy Research: http://www.manhattan-institute.org/html/cj-delito_e_castigo.htm.

³⁶ Fonte: SEP. Convênio Seade – Dieese.

³⁷ Fonte: IBGE /Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD

³⁸ Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). Convênio FJP/DIEESE/SEADE/SINE MG.

idades em questão procurando levar a sério os resultados obtidos, ao invés de criticá-los ou justificá-los de modo a reafirmar noções previamente estabelecidas.

Se observarmos a Tabela 2, veremos que é mais fácil inferir que a proporção de moradores de rua de uma cidade será tanto maior quanto maior for a população da cidade do que estabelecer uma relação entre população de rua e população desempregada ou entre a população de rua e outros indicadores econômicos e sociais como renda per capita, escolaridade etc.

Considerando a relação entre taxa de desemprego e população de rua, veremos que a taxa de desemprego em Nova Iorque é maior, mas muito próxima da taxa de desemprego em Londres e, no entanto, a população de rua de Nova Iorque é sete vezes maior do que a população de rua londrina. A comparação entre Belo Horizonte e o Rio de Janeiro também leva à mesma conclusão: enquanto a população de rua de Belo Horizonte é menor do que a do Rio de Janeiro, a taxa de desemprego de Belo Horizonte é maior do que a do Rio de Janeiro. A comparação entre as cidades brasileiras e Nova Iorque ou Londres é ainda mais contundente. A taxa de desemprego de São Paulo é praticamente o dobro da de Nova Iorque, enquanto a população de rua de São Paulo corresponde a menos da metade da população de rua de Nova Iorque.

Portanto, muito embora a população de rua seja composta por pessoas desempregadas (se considerarmos apenas o mercado formal de trabalho), provenientes de famílias de baixa renda e com baixa escolaridade, a pobreza, o desemprego e a baixa escolaridade não são razões suficientes para explicar a existência desse contingente de pessoas que ocupam as ruas da cidade – ou teríamos que explicar porque milhares de pessoas desempregadas, provenientes de famílias de baixa renda e com pouca escolaridade não estão vivendo nas ruas e sim em suas casas, com suas famílias.

Como vimos, o desemprego, ainda que seja um componente importante na vida dos moradores de rua, não é exclusividade dos migrantes, como também não pode ser considerado o fator preponderante para que as pessoas abandonem suas famílias para viver nas ruas.

Retomemos pois o ponto referente à migração e ao choque cultural entre o campo e a cidade. Segundo a perspectiva dos que consideram a migração como causa

importante para a existência de moradores de rua, os moradores de rua seriam migrantes frustrados que, ao chegarem nas grandes cidades, não conseguiram encontrar emprego e nem tampouco se adaptar a um suposto modo de vida metropolitano.

De fato, como vimos ao longo desta dissertação, há muitos moradores de rua provenientes de outras cidades em Belo Horizonte, como também acontece em outras capitais. Mas nessas cidades, a população proveniente de outras cidades e de outros estados é bastante significativa e não se encontra apenas morando nas ruas. Além disso, nem todo morador de rua que não é natural de Belo Horizonte provém do meio rural, pelo contrário, há muitos moradores de rua em Belo Horizonte que vieram de Salvador, como o Zé, de São Paulo, como Paulista e de outras cidades grandes ou capitais.

Se as cidades com maior contingente populacional são também aquelas que apresentam uma maior proporção de moradores de rua em relação à população total, talvez seja porque as condições de existência da população de rua estejam mais presentes nas cidades grandes do que nas pequenas.

Nas cidades menores, as políticas de deportação de potenciais moradores de rua são muito freqüentes. Por outro lado, quanto maiores forem as cidades, mais lixo elas irão produzir (e a catação de lixo é, sem dúvida, uma fonte de renda importante para os moradores de rua), mais caminhões serão necessários para abastecê-las (garantindo assim o trabalho dos “chapas”) etc. Ou seja, nas grandes cidades, a população de rua encontra mais recursos para a sua sobrevivência. Além disso, em capitais como Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Brasília as políticas de acolhimento à população de rua acabam servindo também de atrativo e favorecendo a permanência dessa população na cidade.

Vemos assim que a população de rua tem suas origens no desenvolvimento do capitalismo e no crescimento das cidades. Mas, mesmo considerando que essa população será majoritariamente recrutada nas camadas mais baixas da população, não será no desemprego ou no pauperismo em si que encontraremos as causas de sua existência, e sim nas próprias condições desse desenvolvimento que fazem da inserção no mercado formal, ou pelo menos regular, de trabalho uma condição primordial para a inserção social e que leva as administrações municipais a adotar políticas de afastamento, acolhimento ou repressão desta população que não se

adequa aos modos de vida apresentados como desejáveis ou, pelo menos, aceitáveis pelo poder público e pelos demais moradores das cidades.

Mas quais são os indivíduos, dentre os milhares que compartilham das mesmas condições sócio-econômicas, que se tornam moradores de rua?

AS EXPLICAÇÕES “MICRO” – QUEM SÃO OS MORADORES DE RUA?

Poderíamos objetar que os agenciamentos que levam os indivíduos a saírem de suas casas são muitos. Podemos dividir esses agenciamentos em três grupos: o dos indivíduos que saem de suas casas devido a conflitos domésticos ou devido ao abandono de seu grupo familiar, o dos indivíduos que saem de suas casas e da região (bairro ou cidade) onde moram para salvar tanto a si mesmo quanto a sua família das ameaças provocadas por conflitos com a vizinhança e, por fim, os que são vítimas de grandes tragédias pessoais e perdem a casa e até mesmo a família e acabam encontrando nas ruas a sua única alternativa.

Quanto aos últimos, quando vão para a rua com a família muitas vezes não chegam sequer a fazer parte da população de rua, em pouco tempo já constróem um barraco em alguma área de ocupação que logo se tornará uma favela. Quando perdem tudo e ficam sozinhos, é bem provável que se incorporem à população de rua, na medida em que perdem as suas referências familiares.

Os conflitos domésticos, o abandono por parte dos familiares e os conflitos com a vizinhança, são os mais mencionados como motivo de afastamento da casa e da família. Assim, observamos que o que essas pessoas têm em comum é o fato de, já antes de viverem nas ruas, apresentarem uma relação muito frágil tanto com a família quanto com o mundo do trabalho e de, geralmente, apresentarem baixa escolaridade e qualificação profissional.

ALGUMA COISA ESTÁ FORA DA ORDEM

Toda sociedade apresenta a seus membros uma certa quantidade de possibilidades de existência aceitáveis – não necessariamente agradáveis a todos os indivíduos – mas apresenta também outras tantas possibilidades que, embora não sejam consideradas socialmente aceitáveis, são conseqüência dos próprios agenciamentos gerados por essa sociedade.

A racionalização dos meios de produção – que cria o chamado “mercado de trabalho” - traz consigo a necessidade de se desenvolver técnicas corporais que lhes sejam adequadas. O trabalho é a mercadoria do trabalhador e para sua execução o corpo do trabalhador, *locus* da sua força de trabalho, precisa ser devidamente produzido. As técnicas desenvolvidas para a sua produção são decorrentes da aplicação da racionalidade econômica aos movimentos, criando assim uma “economia dos gestos”. O objetivo é obter o máximo de eficiência com o mínimo de movimentos e deslocamentos. O corpo do trabalhador deve ser um corpo que se adapte à disciplina das máquinas e de uma ordem burocrática altamente estriada temporal, espacial, funcional e hierarquicamente. Como afirma Foucault, o corpo do trabalhador deve ser um corpo dócil, ou seja, *“um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”* (FOUCAULT, 1999a, p.126). Os corpos dóceis, segundo Foucault, são corpos fortes o suficiente para serem utilizados e submissos o suficiente para não representarem perigo à ordem social.

A racionalização dos modos de produção, ao disciplinar os corpos, os espaços, as funções e uma ordem hierárquica, sedentariza os territórios, distribuindo cada coisa em seu lugar e atribuindo um lugar para cada coisa. Nessa distribuição de atividades pelo território, o trabalho, e todas as ações e relações que o envolvem, deve estar afastado do espaço doméstico e de todas as relações que o envolvem. Portanto, a racionalização dos modos de produção torna cada vez menos possível a autonomia econômica do grupo familiar, no sentido de que cada vez menos as necessidades básicas das famílias podem ser supridas sem que estas recorram à venda da força de trabalho individual de seus membros. Assim sendo, nas sociedades modernas as famílias são compostas por trabalhadores e a cooperação entre os familiares se dá

pela participação no pagamento das despesas da casa e não mais no compartilhamento de tarefas domésticas e na troca de bens e serviços, ou seja, pela participação na economia doméstica.

É nesse território sedentário que o morador de rua se instala. Ele ocupa de forma desordenada um espaço que é esquadrihado: estriado em casas, prédios, condomínios, ruas, quarteirões, bairros e regiões. Essas divisões delimitam possibilidades de ação – a casa é o local da habitação, a rua é o local destinado ao trânsito, bairros e quarteirões delimitam relações de vizinhança ou o tipo de produção, comércio ou serviços que se apresentam etc. A existência dessa estriagem define assim a distinção entre os espaços de permanência, os espaços onde se dão os contatos entre os diferentes espaços e as vias de trânsito que dividem e comunicam esses espaços.

Como foi dito no segundo capítulo desta dissertação, os caminhos que levam as pessoas a viver nas ruas são muitos. A vida na rua é um devir para os migrantes e para os trabalhadores itinerantes, pois tanto uns quanto outros se encontram desterritorializados. Mas a vida na rua é, principalmente, um devir dos alcoólatras, drogaditos, loucos, dos que transgridem explicitamente a moral social ou sexual, de doentes crônicos, aleijados etc. especialmente nas famílias de baixa renda. Pessoas que, embora possam estar geograficamente em seu território de origem, estão social e afetivamente desterritorializadas. São pessoas consideradas por suas famílias como um “problema”, seja ele de ordem financeira, moral ou emocional. Eventualmente podem representar inclusive risco para a integridade física de seus familiares – como é o caso de pessoas envolvidas em crimes como o tráfico de drogas ou de pessoas que apresentam graves distúrbios psiquiátricos. O morador de rua não é simplesmente uma pessoa desempregada, mas uma pessoa com perspectiva de permanecer cronicamente desempregada.

Assim, os moradores de rua transgridem, ao mesmo tempo, as duas ordens: a da distribuição dos indivíduos no território urbano e a da participação no mercado de trabalho. Uma terceira ordem, intimamente ligada às duas primeiras, é também transgredida pelos moradores de rua: a da inserção na burocracia do Estado. Os moradores de rua, em sua maioria, não possuem documentos de identificação, título de eleitor, carteira de trabalho etc. Eles também não se prestam ao recenseamento do IBGE e, portanto, sem registro em cartório e sem aparecer no censo, eles nem

sempre existem como cidadãos. Isso tudo se dá sem que haja um afastamento eficaz dos moradores de rua do convívio social (como ocorre aos criminosos ou aos doentes). Ao contrário, eles se instalam nas frestas da cidade e sua presença é uma exibição dos resíduos humanos e não-humanos que ela produz.

A relação entre os moradores de rua e a cidade nos remete às questões analisadas por Mary Douglas em seu clássico ensaio sobre as noções de poluição e tabu. Segundo a autora,

“No processo de imposição de uma ordem qualquer, seja ao pensamento, seja ao mundo exterior, a atitude perante os fragmentos e as parcelas rejeitadas passa por duas fases; primeiro consideram-se fora do seu lugar; ameaçam a boa ordem das coisas e, portanto, são repreensíveis e vigorosamente repelidos. Neste estado ainda possuem um resto de identidade: são fragmentados indesejáveis da coisa a que pertenciam; cabelos, alimentos, invólucros. É nestes estados que são perigosos; a sua semi-identidade agarra-se a eles e a sua presença compromete a pureza dos lugares onde são intrusos. Mas um longo processo de pulverização, de dissolução e de empobrecimento aguarda todas as coisas físicas impuras. No fim, toda a identidade se sumiu. As suas origens esquecidas reúnem-se à massa dos dejectos comuns. Ninguém quer vasculhar nestes desperdícios em busca de alguma coisa, o que equivaleria a ressuscitar a identidade. Desprovidos de identidade, os dejectos não são perigosos e nem sequer são objecto de percepções ambíguas. Ocupam um lugar bem definido num monte de lixo. Até as ossadas dos reis defuntos não causam especial medo ou respeito e a idéia de que o ar está impregnado da poeira dos cadáveres de raças passadas não abala ninguém. Sem diferenciação não há impureza.” (MARY DOUGLAS, 1991, p.186)

Os moradores de rua fazem mais do que expor sua condição de elemento impuro da nossa sociedade, já que não vivem conforme as condições que consideramos adequadas aos seres humanos saudáveis e corretos e que nem sempre se caracterizam como doentes ou criminosos, para que possam ser isolados, na medida do possível, do contato com os demais integrantes da sociedade. Eles impõem sua presença fixando-se nos espaços destinados à circulação. Privatizam o espaço público, poluindo a paisagem urbana. Vasculham os dejetos deixados na cidade. Criam para si novas identidades, adotando nomes e apelidos diversos, construindo para si histórias diferentes. Não apenas são impuros, como também fazem aflorar novas e antigas impurezas, desfazendo, com a sua existência, o trabalho de purificação a que se dedicam os modernos. São perigosos, na medida

em que não abdicaram de sua “semi-identidade”, mas também na medida em que os agenciamentos da rua não se definem exclusivamente pela ética do trabalho, nem tampouco pela moralidade da casa ou pela negação das duas coisas. São imprevisíveis e, como os epicuristas, não têm muito a perder.

Morar na rua é um desses agenciamentos considerados socialmente inaceitáveis – seja do ponto de vista humanitário, religioso etc., seja do ponto de vista da manutenção da ordem social –, mas que, dialética ou ironicamente, só podem ter lugar nas sociedades onde a racionalização dos modos de produção e a vida urbana constituem a base da cultura que os condena.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARAÚJO, Carlos Henrique. "Migrações e vida nas ruas". In: BURSZTYN, Marcel (org.). *No meio da rua: nômades, excluídos, viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
2. BUARQUE, Cristóvão. "Olhar a (da) rua". In: BURSZTYN, Marcel (org.). *No meio da rua: nômades, excluídos, viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
3. BIRNBAUM, P. e CHAZEL, F. *Teoria Sociológica*. São Paulo: HUCITEC, Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.
4. BURSZTYN, Marcel (org.). *No meio da rua: nômades, excluídos, viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
5. BURSZTYN, M. "Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua" e "Vira-mundos e 'rola-bostas'". In: BURSZTYN, Marcel (org.). *No meio da rua: nômades, excluídos, viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
6. CLASTRES, Pierre. *A sociedade Contra o Estado*, São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
7. DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
8. DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia – vol.1*. São Paulo: Editora 34, impressão 2002a.
9. _____ vol.4. São Paulo, Editora 34, impressão 2002b.
10. _____ vol.5. São Paulo, Editora 34, impressão 2002c.
11. DIAS, Andréa T. T. *Comparando albergues públicos e filantrópicos: apresentação de uma escala de avaliação objetiva dessas instituições*. [Mestrado] Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública; 1999. 70 p. Disponível na World Wide Web:
http://portalteses.cict.fiocruz.br/transf.php?script=thes_chap&id=00005002&lng=pt&nrm=iso
12. D'INCAO, Maria da Conceição. "Perfil da população de rua: comentários" e "Comentários dos Assessores sobre o perfil da população de rua". In: ROSA, Cleisa M.M. (org.). *População de Rua: Brasil e Canadá*. São Paulo: Hucitec, 1995.
13. DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo: Ensaio sobre as noções de poluição e tabu*. Lisboa: Edições 70, 1991.

14. DURHAM, Eunice R. *A caminho da cidade: A vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva (Coleção Debates), 1984.
15. DURKHEIM, E. *O suicídio : estudo de sociologia*. Lisboa: Presença; São Paulo: Liv. Martins Fontes, impressão 1973.
16. ESCOREL, Sarah. "Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro". In: BURSZTYN, Marcel (org.). *No meio da rua: nômades, excluídos, viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
17. FERREIRA, Vera Maria da Costa. "Porto Alegre". In: ROSA, Cleisa M.M. (org.). *População de Rua: Brasil e Canadá*. São Paulo: Hucitec, 1995.
18. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio século XXI: o minidicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2002.
19. FOUCAULT, Michel. "Disciplina". In: *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999a.
20. _____ *História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999b.
21. GAUTIE, Jérôme. "Da invenção do desemprego à sua desconstrução". *Mana*. [online]. out. 1998, vol.4, no.2 [citado 05 Setembro 2004], p.67-83. Disponível na World Wide Web: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000200003&lng=pt&nrm=iso
22. GOFFMAN, Erwin . *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
23. GOLDMAN, Márcio. "Antropologia Contemporânea, Sociedades Complexas e Outras Questões". In: *Anuário Antropológico n.º 93*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995: 113-153 (mimeo).
24. GUPTA, Akhil and FERGUSON, James (ed.) *Anthropological Locations: boundaries and grounds of a field science*. London, Berkley and Los Angeles: University of California Press, 1997.
25. HOLANDA, Sérgio Buarque de. "O homem cordial" In: *Raízes do Brasil – São Paulo*: Companhia das Letras, 2001.
26. JESUS, I. P. e SANDE, J.C.B. "Salvador". In: ROSA, Cleisa M.M. (org.). *População de Rua: Brasil e Canadá*. São Paulo: Hucitec, 1995.
27. LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997 (Coleção Trans).
28. LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Papyrus, 1989.

29. LOURENÇO, E. M. e OLIVEIRA, M. T. "Bauru". In: ROSA, Cleisa M.M. (org.). *População de Rua: Brasil e Canadá*. São Paulo: Hucitec, 1995.
30. LOVISI, Giovanni M. "Avaliação de distúrbios mentais em moradores de albergues públicos das cidades do Rio de Janeiro e de Niterói". Tese apresentada com vistas à obtenção do Título de Doutor. Orientador: Anastácio Ferreira Morgado. Data de entrega: Junho de 2000 – disponível na World Wide Web: http://portalteses.cict.fiocruz.br/transf.php?script=thes_cover&id=000016&lng=pt&nrm=iso
31. MAGNANI, José Guilherme C. "Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole". In: MAGNANI, J.G. e TORRES, Lilian de L. (orgs.) *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 1996.
32. MARTINS, Ana Lúcia L. *Livres acampamentos da miséria*. Rio de Janeiro: Obra Aberta (série Terceira Margem), 1993.
33. MARX, K. (IANNI, Otávio - org.). *Marx: Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1992.
34. MARX, K e ENGELS, F.; *Manifesto do Partido Comunista* – Petrópolis: Vozes, 1988.
35. MELLO, João. "Fortaleza". In: ROSA, Cleisa M.M. (org.). *População de Rua: Brasil e Canadá*. São Paulo: Hucitec, 1995.
36. MERTON, Robert K. "Estrutura Social e Anomia" In: *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970. Pp.203-234.
37. MILITO, Cláudia e SILVA, Hélio R. S. *Vozes do meio-fio: etnografia sobre a singularidade dos diálogos que envolvem meninos e adolescentes ou que tomam a adolescência e a infância por tema e objeto nas ruas da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
38. NASCIMENTO, Eurípedes Costa do and JUSTO, José Sterza. Roamers lives and Alcoholism: a social question. *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. 2000, vol.13, no.3 [cited 20 July 2005], p.529-538. Available from World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722000000300020&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0102-7972
39. NEVES, Delma Peçanha. "Comentário" e "Comentários dos assessores sobre o perfil da população de rua" In: ROSA, Cleisa M.M. (org.). *População de Rua: Brasil e Canadá*. São Paulo: Hucitec, 1995.

40. PASSARO, Joanne. "You can't take the subway to the field!": 'Village' epistemologies in the global village". In: GUPTA, Akhil and FERGUSON, James (ed.) *Anthropological Locations: boundaries and grounds of a field science*. London, Berkley and Los Angeles: University of California Press, 1997.
41. PERLONGHER, N. "Territórios Marginais" In: *Saúde e Loucura: grupos e coletivos* Nº4. São Paulo: Hucitec, 1994.
42. PBH. 1º censo da população de rua do município de Belo Horizonte. 1998.
43. ROSA, Cleisa M.M. (org.). *População de Rua: Brasil e Canadá*. São Paulo: Hucitec, 1995.
44. ROSA, Cleisa M. M., BEZERRA, Eneida, VIEIRA, Maria A. C. *População de Rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: Hucitec, 2ª edição: 1994.
45. SERRANO, César E. G. *Eu mendigo: alguns discursos da mendicância na cidade de São Paulo*. [citado 20 de julho de 2005] Disponível na World Wide Web: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-20092004-153545/publico/serrano.pdf>
46. TARDE, Gabriel. "La variation universell" In: *Essais et Mélanges Sociologiques*. Paris, A. Maloine, Éditeur, 1895.
47. TAVEIRA, José Carlos e ALMEIDA, Regina S. A. *O morador de rua de Campo Grande*. Campo Grande: Editora UCDB, 2002
48. VICENTE, Cenise. "Campinas". In: ROSA, Cleisa M.M. (org.). *População de Rua: Brasil e Canadá*. São Paulo: Hucitec, 1995.
49. VIVEIROS DE CASTRO, E. B. "O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem". In: *A Inconstância da Alma Selvagem – e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.
50. ZALUAR, Alba. "Comentário" e "Comentários dos assessores sobre o perfil da população de rua" In: ROSA, Cleisa M.M. (org.). *População de Rua: Brasil e Canadá*. São Paulo: Hucitec, 1995.